



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE
MATO GROSSO – SFA-MT**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2011**

Março/2012



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE
MATO GROSSO – SFA-MT**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 063/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2010.

Várzea Grande, 30/03/2012

Março/2012

FRANCISCO MORAES CHICO COSTA
Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

LAUDILENE ALMEIDA RIBEIRO DE PAIVA FRANCESCHINI
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA

LORENNE GOMES DE ANGELIS
Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD

ALZIRA MENEZES DE ARAÚJO CATUNDA
Chefe da Divisão Defesa Agropecuária - DDA

ÊNIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS
Chefe do Serviço de Saúde Animal – SSA

DALCI DE JESUS BAGOLIN
Chefe do Serviço da Sanidade Vegetal - SSV

ANTÔNIO FRANCO BARBOSA FILHO
Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA

CLOVIS COSTA KNABBEN
Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV

GRAYCE CARVALHO KERBER
Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

SIDNEI FRANCISCO CRUZ
Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

CLEOMAR JOSÉ DA COSTA
Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA
Chefe da Divisão de Administração – DAD

NADIR EROTILDES DE JESUS DA COSTA
Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas - SGP

JOSÉ GERALDO FERREIRA DE SOUZA
Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA
Seção de Atividades Gerais – SAG

Coordenação:
Seção de Planejamento e Acompanhamento

Elaboração:
Equipes Técnica e Administrativa da SFA-MT

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA-MT – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso
SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária
SSA – Serviço de Saúde Animal
SSV – Serviço de Sanidade Vegetal
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade Bovina
MANUTCGAS - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
FISCONTRATO - Fiscalização de contratos de repasse
FISCAGRIC1 - Fiscalização de serviços agrícolas
APRODUTOR - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
DESENORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-órgânico
PROMOCOOP2 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo
ORGMANEJO1- Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Rec. Naturais em Agroecossistemas
CERTORGAN1- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
RASTREAB1 - Desenvolvimento e Mon. de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISAGROTOX - Fiscalização de agrotóxicos e afins
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISPROVET1 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
FISCGENE - Fiscalização de material genético animal
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa
VIGIFITO1 - Vigilância e Fis. Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos
VIGIZOO2 - Vigilância e Fis. Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos
FISCPLANTA2 - Vigilância e Fisc. do Trânsito Intern. de Vegetais, Seus Produtos e Insumos
FISCANIMAL2 - Vigilância e Fisc. do Trânsito Intern. de Animais, Seus Produtos e Insumos
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados
IPVEGETAL2 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
PADCLASSIF - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
INSPANIMAL3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	9
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	10
2.1. Responsabilidade da unidade na execução das políticas públicas	10
2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	14
2.3. Programas e Ações sob Responsabilidade da Unidade	18
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	18
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ	19
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	98
2.4.1. Programação Orçamentária	98
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	99
2.4.3. Indicadores Institucionais	103
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	103
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	103
5. RECURSOS HUMANOS	104
5.1. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	104
5.2. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	104
5.3. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	105
5.4. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	106
5.5. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	106
5.6. Composição do Quadro de Servidores Inativos	107
5.7. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	107
5.8. Composição do Quadro de Estagiários	107
5.9. Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	108
5.10. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	110
5.11. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	110

5.12. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	110
5.13. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	111
5.14. Locação de Mão de Obra mediante contratos de prestação de serviços	111
5.15. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	111
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	112
6.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	112
6.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	113
6.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	113
6.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	114
6.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	114
7. DECLARAÇÕES SOBRE SIASG E SICONV	116
8. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	118
9. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNOS DA UJ	119
10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	120
11. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	122
11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	122
11.2. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	122
11.3. Despesa com Manutenção no exercício	122
12. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	123
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	124

13.1. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	124
13.2. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo UG e PORTADOR	124
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	126
15. ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃO DE CONTROLE	127
16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO EM ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	127
17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	132

INTRODUÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA-MT, é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Neste relatório a SFA-MT, como Unidade Jurisdicionada, apresenta sua gestão em 2011 nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa TCU nº 63 de setembro de 2010

Mais especificamente, a estrutura deste Relatório segue as Orientações Complementares para elaboração do Relatório de Gestão conforme as normas editadas pelo Tribunal de Contas que faz a remissão necessária a cada um dos itens do Anexo II da DN TCU nº 063/2010 e Decisão Normativa TCU nº 108/2010 dispondo sobre os conteúdos do Relatório de Gestão nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa TCU nº 63 de setembro de 2010

Os itens do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 108/2010 que não dizem respeito a esta UJ são os seguintes:

- Programação de Despesas Correntes. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Programação de Despesas de Capital. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Quadro Resumo da Programação de Despesas. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Execução Orçamentária de Créditos Originários na UJ. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ. Não se aplica.

Ressalte-se que segundo as disposições acima foram elaboradas as seções segundo a relação apresentada no SUMARIO.

As principais realizações da SFA-MT durante o exercício estão apresentadas no transcurso do relatório.

Os principais resultados a serem buscados em 2012 são: o alcance com eficiência, eficácia e efetividade das metas previstas nas Ações (PIs) presentes na SFA-MT; a melhor estruturação do espaço físico; a melhoria no uso de sistemas de informações; a ampliação do quadro de servidores de forma a atender às necessidades do serviço e o aprimoramento e consolidação da Gestão Estratégica.

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso		
Denominação abreviada: SFA-MT		
Código SIORG: 002293	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 130077
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Regulação das Atividades Econômicas		Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3688-6701	(065) 3688-6707
Endereço eletrônico: gab-mt@agricultura.gov.br e spa-mt@agricultura.gov.br		
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br		
Endereço Postal: Alameda Aníbal Molina, s/nº, Bairro Porto, Várzea Grande – MT – CEP 78115-901		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Portaria nº 428, 14/07/10 Art. 1º As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de: I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; VII – planejamento estratégico e planejamento operacional; VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal. Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei da Política Agrícola nº 8.171/91 e Decreto do SUASA nº 5.741/06 Lei de Proteção de Cultivares nº 9.456/97 e Decreto no 2.366/97 e Lei de Sementes nº 10.771/03 e Decreto 5.153/04, Decreto 30.691/52 – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RISPOA Decreto 24.114/34 - Defesa Sanitária Vegetal, dentro outros.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
130077	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em MT	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
130077	00001	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. *Responsabilidade da unidade na execução das políticas públicas*

Na história recente de Mato Grosso, o Estado passou rapidamente de fronteira agrícola para liderança na produção agropecuária nacional. Atualmente é líder na produção de soja, algodão e em rebanho bovino. É destaque na produção de milho, está retomando a produção de arroz e a produção de suínos e aves cresce de forma expressiva. Na agricultura, destaca-se pela grande eficiência técnica e pelo nível empresarial das propriedades. Grandes investimentos estão sendo feitos na agroindustrialização, de modo a agregar valor a esta produção. Existe ainda grande potencial de crescimento na área de produção de agroenergia, reflorestamento, produção de borracha e ovinocultura. A existência de grande número de assentamentos rurais abre a perspectiva, desde que devidamente orientados e apoiados, de que estes promovam um incremento na produção da agricultura familiar, notadamente na fruticultura, bem como na produção orgânica.

Entre os entraves a esta produção podemos destacar as dificuldades na logística de transporte, devido às grandes distâncias e a existência ainda de trechos de estrada sem pavimentação, apesar dos investimentos realizados nos últimos anos. O alto custo dos insumos, notadamente de fertilizantes, que são em sua grande parte importados, é outro grande gargalo à produção agrícola. Alia-se a estes fatores, a necessidade de realizar o crescimento da agricultura e da pecuária de forma sustentável, garantindo a preservação adequada do meio natural e da biodiversidade. Ressalta-se também a ocorrência cada vez maior de barreiras sanitárias e fitossanitárias, os elevados gastos com o controle de pragas e doenças, bem como exigências de certificação e rastreabilidade por parte dos consumidores e países importadores.

Neste contexto, se insere o trabalho da **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA-MT**, que tem dentre seus objetivos garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal para os consumidores e a qualidade dos insumos agropecuários para os produtores; promover a defesa e vigilância sanitária e fitossanitária do Estado, bem como fomentar o desenvolvimento socioeconômico de nossa agropecuária.

A implementação deste trabalho segue as diretrizes do Mapa Estratégico do Ministério, que tem como premissas a Missão e Visão de Futuro abaixo apresentadas:

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Visão de Futuro prevista para o ano de 2015

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas Públicas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”.

Para atingir a VISÃO DE FUTURO e promover a MISSÃO foi elaborado o Planejamento Estratégico até 2.015, utilizando a ferramenta Balanced Scorecard, onde são definidos os Objetivos Estratégicos e seus Indicadores de Desempenho e Resultado, bem como as Tarefas que devem ser realizadas para que estes objetivos sejam atingidos. A seguir, listamos os Objetivos Estratégicos que estão relacionados com as ações realizadas pelo Ministério na Superintendência.

Perspectiva da Sociedade

Impulsionar o desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio	Participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.
Garantir a Segurança Alimentar	Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.
Perspectiva do Agronegócio e Parceiros	
Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio	Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade, inovação e democracia), visando atender adequadamente as demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade.
Perspectiva dos Processos Internos	
Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária	Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover a rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produto.
Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias	Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.
Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.
Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA	Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e implementação de políticas para o setor.
Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA	Fortalecer o processo de gestão estratégica, consonante ao plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre os planejamentos estratégico e operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.
Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho	Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando o aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infra-estrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.
Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira	Articular a alocação e disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparência por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.
Perspectiva das Pessoas e do Conhecimento	
Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes	Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades

Interdisciplinares	organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.
Desenvolver Cultura Orientada a Resultados	Desenvolver cultura focada em resultados, visando à mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

A SFA-MT participa da execução das ações do Plano Estratégico, principalmente realizando as ações operacionais que são de sua alçada e responsabilidade bem como participando de grupos de trabalho que visam à reformulação e o aperfeiçoamento de legislações que amparam o trabalho do MAPA, contribuindo com a visão de quem está na ponta, executando o trabalho.

A Superintendência realizou durante 2011 reuniões de acompanhamento dos Indicadores e Resultados do Plano Estratégico, bem como dos Resultados Operacionais da SFA-MT, tendo estas reuniões contribuindo para a melhor execução dos trabalhos tanto no nível estratégico como no operacional, bem como estimulado o desenvolvimento no corpo funcional de competências ligadas à gestão.

Em 2010, implantamos uma ferramenta denominada Painel de contribuição, que facilita o acompanhamento dos resultados operacionais e estratégicos da Superintendência.

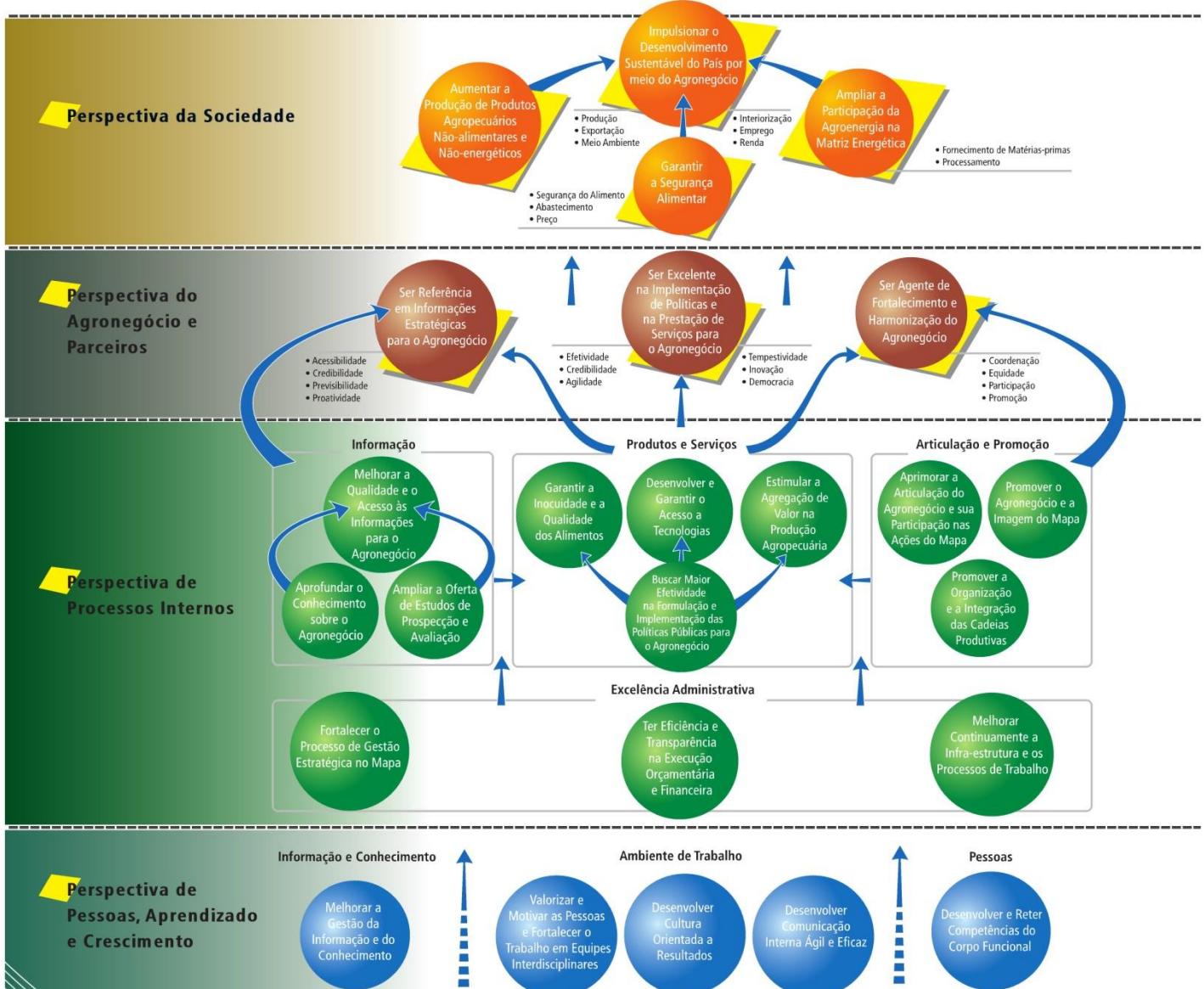
MAPA ESTRATÉGICO

■ Missão Institucional

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

■ Visão 2006 - 2015

Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.



FOCO, AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

O MAPA elaborou em 2005 o seu Mapa Estratégico, com o horizonte de 20 anos. Este Mapa, que segue a metodologia do Balanced Scorecard, está organizado em Perspectivas e é composto por Objetivos Estratégicos. Para o período de 2007 a 2010, estes objetivos foram estruturados em Resultados Estratégicos, tendo estes os seus indicadores que permitem acompanhar as Metas definidas para os Resultados e consequentemente para os Objetivos. Para que sejam atingidas as Metas, são executadas Tarefas, para algumas das quais as Superintendências contribuem, seja através da execução de suas atividades operacionais que fazem parte das Tarefas Estratégicas, seja participando de grupos de trabalho definidos nas Tarefas para revisão de legislação e melhoria de processos de trabalho, contribuindo com o seu conhecimento do dia a dia do serviço.

Dentre todos os Resultados Estratégicos, uma parte tem relação mais direta com as Superintendências. Em 2009, fomos pioneiros na implantação do acompanhamento destes resultados na SFA. O objetivo deste acompanhamento é promover o alinhamento entre as atividades executadas na unidade, que contempla um grande número de ações do PPA (PIs), com as diretrizes estratégicas definidas nas Tarefas, Resultados e Objetivos Estratégicos.

Para cada Resultado é apresentado as suas Tarefas a nível nacional, o Objetivo Estratégico relacionado, os Indicadores que permitem avaliar se a meta está sendo atingida, as ações, fatos e eventos pertinentes e os Pontos de Atenção.

No ano de 2011, foram realizadas 3 Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE na Superintendência onde são discutidos os Pontos de Atenção de cada Resultado e avaliado os indicadores.

A Gestão por Resultados ainda é algo novo no Serviço Público. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento inova ao utilizar uma ferramenta poderosa como é o Balanced Scorecard na sua Gestão Estratégica. Porém, a implementação é um processo que exige o seu tempo de maturação e um grande investimento no capital humano. A consolidação deste processo exige uma mudança na cultura da instituição. Os Indicadores, Resultados e Objetivos apresentados abaixo permitem fazer com que a instituição tenha um norte claro para a sua atuação, mas é necessário ainda um grande esforço na área de formulação e gerenciamento de projetos, bem como um salto qualitativo no envolvimento dos gerentes para que estas ações possam se incorporar ao dia a dia da instituição.

Abaixo, apresentamos os principais Resultados relacionados com a SFA e seus Indicadores, ao último Quadrimestre do ano, que permitem verificar o desempenho e efetividade dos trabalhos realizados.

Critério dos Faróis de Desempenho dos Indicadores

Critérios dos Faróis	
●	Maior ou igual a 90% de Consecução da Meta
■	Entre 60% e 90% de Consecução da Meta
●	Menor que 60% de Consecução da Meta
●	Indicador não disponível

T 1	T 2	T 3	Resultado	Indicador	Meta	Valor	Comentário
			Processo de gestão estratégica consolidado	Número de RAEs executadas	4	4	Foram realizadas 4 Reuniões em 2011, sendo uma referente a 2010 e as demais a 2011, mantendo continuidade na avaliação dos Resultados Estratégicos. O início das reuniões em 2012 depende da aprovação do novo Plano Estratégico do MAPA para o PPA 2012-2015.
				Grau de entendimento dos gerentes sobre a gestão estratégica	3,5	3,0	Houve uma redução deste indicador em relação aos anos anteriores devido à redução das atividades educativas relacionadas à Gestão Estratégica, sendo necessário retomar as mesmas no próximo ano.
Bem estar e motivação dos servidores assegurados				Nível de satisfação dos servidores			Este indicador ainda não foi implantado.
			Espaço físico do MAPA reordenado e reformado	Reestruturação física SGP	100%	100%	O projeto foi concluído no primeiro semestre, atingindo o objetivo de melhorar as condições e o ambiente de trabalho e de atendimento.
				Reestruturação física SEFIA	100%	100%	Apesar do atraso em relação ao cronograma inicial, o projeto foi concluído no segundo semestre, atingindo o objetivo de melhorar as condições e o ambiente de trabalho e de atendimento.
Modelo de segurança da informação do MAPA implantado				% do projeto executado	80%	65%	A finalização do projeto atrasou devido a dificuldades na instalação do quadro geral de comando. O projeto já foi finalizado e se tornou operacional em fevereiro de 2012.
			Sistema zoossanitário implantado e operacional em todo o território nacional	Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização	80%	0	Os cadastros das propriedades seguem o padrão preconizado pelo MAPA, mas o INDEA/MT ainda não tem um sistema capaz de emitir a GTA eletrônica.
				% da área e do rebanho livres de febre aftosa	100%	100%	O Estado de Mato Grosso há 16 anos não registra focos de febre aftosa, sendo considerado zona livre desta enfermidade, com status internacional.
				Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	90%	90%	As notificações de doenças são atendidas dentro do prazo estipulado pelos profissionais do INDEA/MT, que são capacitados e possuem o equipamento e material necessário para realização desta atividade.

		Qualificar e melhorar o status fitossanitário nacional	Identificador não definido			No último Encontro Nacional de Fitossanidade em 2011, o Departamento de Sanidade Vegetal do MAPA ficou de definir este indicador, já que os que existiam eram inapropriados para esta área. No momento este indicador ainda não foi definido.
		Sistema de inspeção animal revisado e implantado	Índice de conformidade dos processos de garantia de qualidade e inocuidade de produtos de origem animal	0,85	0,92	<p>A implantação dos circuitos de inspeção na área de lácteos surtiu muito efeito na busca de regularização por parte das empresas. A maioria está procurando se aprimorar em relação à implantação de controle de qualidade efetivo, bem como ao atendimento das exigências da IF de forma geral. Identificamos maior sucesso do programa nas indústrias que possuem SIF permanente devido à fiscalização freqüente, contudo nas indústrias que são fiscalizadas com intervalos curtos também podemos perceber o avanço que estão alcançando.</p> <p>Para a área de aves, ovos e suínos os resultados foram satisfatórios visto que para os casos em que foram adotadas medidas fiscais obteve-se controle do processo.</p> <p>Na área de carnes com inspeção permanente os planos de autocontroles já estão implantados ou tem prazo ainda vigente para implantação. Um problema crítico são os estabelecimentos que não possuem inspeção permanente, por exemplo, graxarias, pois a verificação fica prejudicada.</p>
		Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial	Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPOA	2	0	Ainda não está concluso o trabalho do DIPOA/SDA de Elaboração do Plano Nacional de Combate à Clandestinidade e ainda não foi realizado o a tarefa de capacitação do Grupo de Trabalho do DIPOA e dos Gestores Estaduais dos SIPOA.
		Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade dos produtos destinados à alimentação animal analisados	>90%	100%	Em 2011, ressalta-se o maior Índice de Conformidade alcançado, refletindo as melhorias advindas da implementação dos programas de BPF nas plantas, e da ação do Serviço de Fiscalização no segmento produtivo.

			Conformidade dos insumos agrícolas assegurada	Índice de conformidade dos insumos agrícolas	95%	94,14	O resultado revela os elevados índices de conformidade dos insumos agrícolas amostrados em Mato Grosso no exercício de 2011.

As informações acima atendem, no que cabe a Superintendência, como unidade regionalizada, ao Item 21 da Parte C do ANEXO II da DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, que são as informações específicas para o MAPA.

2.3. Programas e Ações sob Responsabilidade da Unidade

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não se aplica. A unidade, por ser descentralizada, não é responsável por Programas de Governo, apenas pelas Ações. Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação		Unidade de Medida	Execução Física	
						Meta prevista	Meta realizada
20	604	0357	2139	VIGIZOO2	Fiscalização realizada	10.041	20.622
20	604	0357	4842	FEBREAFTOS	Área Livre (km ²)	903.358	903.358
20	604	0357	8658	PCEANIMAL	Propriedade atendida	27.963	53.554
20	125	1442	8592	RASTREAB1	Fiscalização realizada	45	50
20	603	0357	2134	VIGIFITO1	Fiscalização realizada	5.400	6.981
20	603	0357	8572	PCEVEGETAL	Área controlada (há)	23.554	23.554
20	125	0356	4745	FISCORGEN	Fiscalização realizada	204	96
20	125	0356	8938	INSPANIMAL3	Estab. inspecionado	112	112
20	125	0356	4746	PADCLASSIF	Produto fiscalizado (t)	5.000	3.986
20	125	0356	8939	IPVEGETAL2	Estab. inspecionado	52	34
20	125	0375	2019	FISCGENE	Fiscalização realizada	14	17
20	125	0375	2124	FISCINAN	Fiscalização realizada	154	128
20	125	0375	2140	FISPROVET1	Fiscalização realizada	123	57
20	125	0375	2141	FISFECOI	Fiscalização realizada	350	189
20	125	0375	2179	FISCALSEM1	Fiscalização realizada	846	826
20	125	0375	2909	FISAGROTOX	Fiscalização realizada	69	72
20	603	0357	2180	FISCPLANTA2	Fiscalização realizada	711	886
20	604	0357	2181	FISCANIMAL2	Fiscalização realizada	20	28
20	125	0375	2177	FISCAGRIC1	Fiscalização realizada	40	32
20	665	1426	8606	DESENORG	Pessoa beneficiada	330	135
20	122	6003	2B17	FISCONTRATO	Contrato Fiscalizado	24	22

* Meta não quantificada no PPA, definida por órgão estadual.

** Meta – em número de reuniões programadas.

*** Meta não descentralizada para o Estado.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ

A seguir apresentamos a avaliação crítica da execução das Ações da SFA-MT:

2.3.2.1. Vigilância e Fiscalização Trânsito Interestadual de Animais, Produtos e Insumos - VIGIZOO2

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoosanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoosanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Saúde Animal
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Orasil Romeu Bandini
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ENIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisões Realizadas	0	41

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	0	0
Material de Consumo	0	0
Passagens	0	0
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0	0
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	0	0
Equipamentos e Material Permanente	0	0
Outros	0	0
Total	0	0

Observações: Não foram calculados os indicadores, pois não haviam sido programadas atividades com recursos do PI VIGIZOO para o ano de 2011. As 41 supervisões realizadas foram conciliadas com as programações de outros PIs da área técnica, como PCEANIMAL e FEBREAFTOS, utilizando recursos destes dois PIs.

Foram realizadas 41 supervisões, sendo 40 de médicos veterinários habilitados à emissão de GTA para aves, ovos férteis e pintos de um dia e uma em Posto de Fiscalização Interestadual do Pontal do Araguaia. Os recursos alocados foram do PI PCEANIMAL e FEBREAFTOS respectivamente. As supervisões foram realizadas aproveitando os deslocamentos para realização de atividades relacionadas ao Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) e Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA).

A parceria com Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT) através de Termo de Cooperação Técnica e Convênio Anual possibilitou a realização das ações de fiscalização e vigilância zoosanitária do trânsito interestadual e internacional na fronteira do Brasil com a Bolívia. Essa parceria é fundamental para a manutenção da qualidade da sanidade animal no Estado de Mato Grosso.

2.3.2.2. Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS

Descrição	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SSA/DDA/SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DSA
Coordenador Nacional da Ação	Orasil Romeu Bandini
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Ênio José de Arruda Martins

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Sua execução é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado. Os governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de agricultura e instituições vinculadas, responsabilizam-se pela execução do PNEFA no âmbito estadual. As atividades são predominantemente executadas, de forma indireta, pelo INDEA/MT, ficando a cargo desta Superintendência, por meio do seu Serviço de Saúde Agropecuária- SSA, o apoio técnico financeiro e a coordenação e supervisão dessas atividades. Esta parceria é fundamental para que o MAPA tenha o alcance necessário nas suas ações sanitárias.

Em 2011 houve uma alteração na classificação das unidades da federação segundo o risco de febre aftosa, a Instrução Normativa nº 13, de 21 de março de 2011, que reconhece a Zona de Alta Vigilância, implantada nas regiões de fronteira entre Mato Grosso do Sul e as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia como zona livre de febre aftosa com vacinação.

A perspectiva de reconhecer parte da região nordeste como área livre de febre aftosa não se efetivou, entretanto esforços como auditorias e apoios técnicos têm sido direcionados àquela região com o objetivo reforçado para o ano de 2012.

Os fiscais do SSA realizam continuamente supervisões no órgão de defesa estadual INDEA/MT, visando analisar as condições de funcionamento das unidades, a condução das atividades e controles praticados em relação ao trânsito estadual e interestadual referentes ao PNEFA e avaliar as atividades relacionadas ao convênio MAPA/INDEA 775771/11. Em 2011 foram supervisionadas as Unidades Regionais de Supervisão- URS de Cáceres, Pontes e Lacerda e Cuiabá, o CCDA, as Unidades Locais de Supervisão- ULEs de Barra do Garças, Canarana, Campo Verde, Pontal do Araguaia, Araguaiana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Marcelândia, Terra Nova do Norte, Sinop, Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda e as Barreiras Sanitárias- BS do Corixinha, Corixa, Avião Caído, Las Petas, Ponta do Aterro, Fortuna, Marphil e ainda o Posto Fiscal- PF Pontal do Araguaia. Nestas unidades foram analisados relatórios e formulários que comprovam a realização das atividades inerentes ao PNEFA, documentos comprobatórios da execução das metas previstas no convênio, supervisão das vacinações diretas contra febre aftosa realizadas na fronteira, além de terem sido feitas fiscalizações

em revendas de vacinas contra febre aftosa e propriedades rurais, como forma de subsidiar as supervisões.

O MAPA e o INDEA/MT com o apoio do GEFRON (Grupo Especial de Fronteira) realizam, desde 2007, uma operação de vigilância preventiva na fronteira do Mato Grosso e Bolívia visando impedir a entrada de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal. Tal ação visa minimizar os riscos de reintrodução da febre aftosa no país. Há sete barreiras sanitárias nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade. Todas as seis barreiras sanitárias que estavam em construção desde 2010 foram concluídas, além da BS do Avião Caído, que pertence a Polícia Militar, e que também serve como base para os fiscais do INDEA/MT. As atividades de vigilância na fronteira demandam a maior parcela das despesas executadas no âmbito do programa de desenvolvimento da bovideocultura. Com isto, o principal objetivo das ações foi plenamente alcançado, mantendo-se o Estado com o “status” nacional de zona livre de febre aftosa e, portanto, em condições de exportar para muitos países.

Dois monitoramentos soroepidemiológicos iniciados em 2010, um para avaliar a eficiência da vacinação contra febre aftosa e outro para verificação de circulação viral foram concluídos em 2011, com bons resultados para o estado, indicando correlação positiva entre a declaração da vacinação contra febre aftosa e a realização da mesma e ainda indicando ausência da circulação de vírus no Estado.

O Projeto PNC- Estudo a Campo para Avaliar a Detecção de Anticorpos Contra Proteínas Não Capsidais do Vírus da Febre Aftosa em Bovinos Vacinados findou-se em maio de 2011, tendo sido realizado com sucesso, porém os resultados oficiais ainda estão sendo aguardados.

Além destas atividades, o SSA desenvolveu, em parceria com o INDEA/MT, um projeto de educação sanitária na fronteira, que visava levar informações referentes aos programas do PNEFA, PNCRH e PNCBT. Foram realizadas nove palestras para os produtores rurais e alunos das escolas rurais da região de fronteira entre Brasil e Bolívia nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e Vila Bela. Houve ainda diversas palestras para veterinários autônomos e supervisão para levantamento dos bens adquiridos através de convênios entre o MAPA e o INDEA/MT.

As atividades previstas e realizadas, o custo e os indicadores e taxas do PI FEBREAFTOS estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão de URS (unidade regional de supervisão)	3	5
Supervisão de UC (unidade central)	2	2
Supervisão de ULE (unidade local de execução)	13	15
Supervisão de EAC (escritório de atendimento a comunidade)	8	3
Supervisão em propriedades	8	15
Fiscalizações das Revendas de Vacinas	21	14
Supervisão de estudos soroepidemiológicos	3	6
Fiscalização de atividades de convênio	5	31
Auditória em outra UF (PE)	1	1
Reuniões técnicas com o órgão executor	6	5
TOTAL	70	97

No quadro acima observa-se que, de um modo geral as metas previstas foram alcançadas. Com exceção da supervisão em EAC, da fiscalização em revendas e das reuniões técnicas os outros produtos tiveram resultados acima do esperado. A supervisão em EAC não foi concluída porque alguns destes, no segundo semestre de 2011 se transformaram em ULEs, pela presença do médico veterinário que foi nomeado e lotado naquele município, assim houve duas ULEs supervisionadas a mais que o previsto. Esta meta, bem como a fiscalização em revendas de vacina (que são atividades concomitantes) foi prejudicada em parte, pela limitação de diárias (40 diárias por servidor, sendo que a aprovação da prorrogação das diárias por parte da Secretaria Executiva ocorreu somente no mês de setembro) e pela restrição na emissão das mesmas (Decreto nº 7446, de 01/03/11 do poder executivo federal que restringiu a concessão de diárias, passagens e locomoção que só pode ser

autorizada pelo ministro de Estado). Além disso houve demandas em outras atividades, como participação em reuniões, treinamentos e cursos.

A conclusão, entretanto, é de que a quantidade de supervisões realizadas foi suficiente para atender aos objetivos propostos, tendo sido elaborados dois relatórios, um para o primeiro e outro para o segundo semestre, onde foram avaliadas a efetividade e eficácia das atividades realizadas pelo INDEA/MT no que se refere ao PNEFA e propostas soluções para melhoria do serviço estadual.

Com relação ao grande número de fiscalizações de convênio realizadas, houve uma mudança no produto, e então se passou a considerar cada fiscalização como uma unidade fiscalizada.

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Contribuições	1.586.437,00	1.586.437,00
Diárias - Pessoal Civil	20.595,30	20.595,30
Material de Consumo	22.907,16	22.907,16
Passagens e Despesas com Locomoção	10.352,79	10.352,79
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.022,00	3.022,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.366,00	5.366,00
Auxílios	1.166.500,00	1.166.500,00
Total	2.815.180,25	2.815.180,25

As despesas deste PI relativas às diárias a terceiros referem-se ao serviço de fiscalização na fronteira entre Brasil e Bolívia, nos municípios e Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião e à vacinação direta de febre aftosa nos municípios da fronteira de julho a agosto, antes de terem sido liberados os recursos do convênio nº 001/11.

A natureza da despesa “Contribuições” se refere aos recursos para custeio e a despesa “auxílios”, ao recurso disponibilizado para investimentos repassados ao órgão de defesa estadual através do convênio MAPA/INDEA/MT nº 001/11.

Atributo	Indicadores			
	Eficiência	Eficácia	Efetividade	
Indicador	Custo de uma supervisão/fiscalização Realizada (CSFR)	Percentual de supervisões/fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PSR)	Bovinos e Bubalinos vacinados nas 03 etapas de vacinação contra febre aftosa em 2011	
Fórmula de Cálculo	$CSFR = CTSF / NSFR$	$PSFR = (NSR / NSP) * 100$	$PBV = (PE1 + PE2 + PE3)$	
Operadores:	CTSF = Custo Total de Supervisões/fiscalizações (R\$) NSFR = Número de Supervisões/ fiscalizações Realizadas	NSFP = Número de Supervisões/fiscalizações Programadas NSFR = Número de Supervisões/fiscalizações Realizadas	PBV = percentual de bovinos vacinados PE1 = Percentual Etapa 1 PE2 = Percentual Etapa 2 PE3 = Percentual Etapa 3	
Valores	CTSF = 4169,12 NSFR = 92	NSFP= 70 NSFR= 92	$NBV = (100\% + 99,60\% + 99,75\%) / 3$	
Resultado	R\$ 45,31 *	% 100	99,78 %	
Und. Medida:	R\$/ Supervisão/Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)	
Observações	O valor se refere às diárias para fiscal (R\$4169,12)	Foram computadas todas as supervisões/fiscalizações		

	utilizado em todas as viagens para supervisão, auditorias e fiscalização.		
Fonte:	SIAPENET 2012	PLANO OPERATIVO 2012	Relatórios de vacina INDEA/MT- 2011

*Não entram nestes cálculos reuniões e treinamentos, para efeito de cálculo e comparação com o índice encontrado em 2010 (R\$221,00).

Observa-se que em relação ao ano passado houve um aumento do índice de eficiência, pois diminuíram os custos por supervisão/fiscalização. Uma das explicações é de que as supervisões foram todas feitas em conjunto com outros FFAs que aproveitam a mesma viagem para realizar supervisões de outros programas, e em 2011 os motoristas viajaram utilizando recursos do PCEANIMAL, bem como os recursos para suprimento também foram pagos com este PI. Além disso, houve um aumento de supervisões/fiscalizações por viagem (acompanhamento de convênio).

O índice de eficácia, assim como em 2010 ficou acima de 100%, pois houve um incremento de fiscalizações/supervisões em relação às metas.

Em relação à efetividade o valor permaneceu equivalente, e o índice de vacinação no Estado é bastante satisfatório, assim este indicador é considerado positivo.

2.3.2.3. Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL

Tip	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoosanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoosanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Orasil Romeu Bandini
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Ênio José de Arruda Martins

	Produtos	Física	
		Previstas	Realizadas
Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT	Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados e lojas veterinárias	101	93
	Supervisão de Unidades locais de execução do INDEA/MT	21	18
Programa Nacional de Controle de Resíduos - PNCR	Coleta de urina de bovinos vivos	214	274
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e outras Encefalopatias - PNCRHE	Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária – UAV do INDEA/MT	34	39
	Capacitação de profissionais para atuação no PECCRHE	4	10
Programa Nacional de Sanidade Equídea - PNSE	Fiscalização nos laboratórios credenciados	0	1

Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS	Fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos	9	5
Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA	Fiscalização de estabelecimentos avícolas	19	11
	Ministrar treinamento para capacitação de Médicos Veterinários autônomos e oficiais	8	11
	Supervisão das atividades de defesa sanitária animal nas unidades locais de execução do INDEA e Méd. Veterinários habilitados	40	44
TOTAL	Ações Programadas e executadas pelo PCEANIMAL	450	506

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
CONTRIBUICOES	429.751,00	429.751,00
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	67.248,10	64.886,59
MATERIAL DE CONSUMO	33.402,32	32.475,85
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	19.022,70	18.206,09
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.573,00	2.573,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	42.425,91	41.467,74
INDENIZACOES E RESTITUICOES	80,37	80,37
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.285,00	41.285,00
Total	635.788,40	630.725,64

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Eficiência
Indicador	Percentual de Ações realizadas em relação às programadas (PAPR)	Custo de uma ação realizada (CAR)
Fórmula de Cálculo	$PAPR = (NAR / NAP) * 100$	$CAR = CTA / NA$
Operadores:	NAP = Número de Ações Programadas NAR = Número de Ações Realizadas	CTA = Custo Total das Ações (R\$) NA = Número de Ações
Valores	NAP=450 NAR=506	CTA = 58.275,02 NA = 506
Resultado	112 %	R\$ 115,17
Unidade de med.:	Percentual (%)	R\$115,17/Ação (fiscalizações/supervisões/colheita de amostra)
Observações		O valor se refere às diárias para fiscal e motorista e combustível utilizado em todas as viagens para supervisão, fiscalização e colheita de amostras.
Fonte:	SSA-MT	Planilhas de controle SSA

1 - AÇÕES PROGRAMADAS: fiscalizações, supervisões e colheita de amostra de urina em bovinos

Elementos de Despesa	Realizadas
Diárias - Pessoal Civil	43.075,02
Material de Consumo	15.200,00
TOTAL	58.275,02

2 - AÇÕES NÃO PROGRAMADAS*

Elementos de Despesa	Realizadas
Diárias - Pessoal Civil	5.280,04
Material de Consumo	0
Passagens e Despesas com Locomoção	4.230,52
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.573,00

Indenizações e Restituições		80,37
TOTAL		12.163,93
3 – OUTROS**		
Elementos de Despesa		Financeiro
	Previstas	Realizadas
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	43.661,15	43.661,15
Equipamentos e Material Permanente	35.110,25	35.110,25
TOTAL	78.771,40	78.771,40

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT, o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e Demais Encefalopatias Espóngiformes Transmissíveis – PNCRH, o Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS, o Programa Nacional de Sanidade Eqüídea - PNSE e o Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, estão agrupados no PI – PCEANIMAL, com a finalidade de garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais através de ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.

O Indicador de eficiência foi calculado utilizando-se uma estimativa do custo total das ações programadas referente às diárias para fiscal e motorista e uma estimativa do combustível utilizado em todas as viagens para supervisão, fiscalização e colheita de amostra de urina de bovinos. Conforme tabela 1.

*Entretanto, dentro do valor financeiro existiram diversas ações que não foram programadas conforme tabela 2, tais como: capacitação técnica em Goiás/GO abordando requisitos sanitários da União Aduaneira, supervisão de convênio, reunião técnica do PNCRH em Brasília, reunião SISBOV e PNEFA em Brasília/DF, reunião com produtores e prefeitura municipal para discutir sobre o projeto de compartimentação avícola e projeto de educação sanitária em Lucas do Rio Verde/MT, treinamento de médicos veterinários para habilitação de emissão de GTA para aves, reunião com prefeito para assinatura de termo de Cooperação técnica em Lucas do Rio verde/MT, curso de capacitação técnica em inspeção de carne de aves em Goiânia/GO, participar da 2ª edição do encontro nacional de defesa sanitária animal - ENDESA 2011, workshop "resposta emergencial a doenças avícolas na América do Sul em Cananéia/SP, treinamento para os responsáveis pelo PNSA, Curitiba/PR, ENESCO, Belo Horizonte/MG, treinamento de suínos em Goiânia/GO, Especialização (pós graduação) em Belo Horizonte/MG, reunião técnica em Brasília/DF sobre sistema de vigilância Sanitária na ZLPSC.

**Foram utilizados recursos financeiros em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica com Correios, manutenção de veículos, combustível, encaminhamento de amostras, serviços gráficos, telefone, licenciamento anual e seguro obrigatório. Em Equipamentos e Material Permanente, foram adquiridos as câmeras de vigilância, equipamento para videoconferência e móveis.

I – PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE - PNCEBT

Indicador	Percentual de Unidades de Locais do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)		
Fórmula de Cálculo	$PSUAV = (NSUAVR / NSUAVP) * 100$		$PMVF = (NFR / NFP) * 100$
Operadores:	NSUAVP = Número de Unidades locais programados a Supervisionar NSUAVR = Número de Supervisão de Unidades Realizadas	NFP = Número de fiscalizações programadas NPF = Número de fiscalizações realizadas	IVB = Índice de vacinação de Bezerros IVP = Índice de vacinação de propriedade

Valores	NSUAVP=21 NSUAVR=18	NFP= 101 NFR= 93	IVB= 77,0% IVP= 72,0%
Resultado	86 %	92 %	74,5%
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentagem
Observações			
Fonte:	SSA-MT	SSA-MT	INDEA/MT
Indicador	Percentual de Unidades de Locais do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)	Percentual de Médicos Veterinários habilitados e lojas veterinárias fiscalizadas (PMVF)	Índice de vacinação de brucelose (IVB)
Fórmula de Cálculo	$PSUAV = (NSUAVR / NSUAVP) * 100$	$PMVF = (NFR / NFP) * 100$	$IVB = IVR + IVP / 2$

Em 2011, foi programada a supervisão em 30% das ULEs do INDEA/MT nos municípios que possuem médicos veterinários habilitados para realização de exames e a fiscalização de 35% destes, bem como lojas veterinárias para subsidiar a supervisão das unidades locais e dos veterinários habilitados.

O índice de eficácia de 86% nas supervisões realizadas foi devido à realização de atividades não programadas como: participação em comissão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD durante o mês de fevereiro, realização de palestras referentes ao PNCEBT para os médicos veterinários que tomaram posse no INDEA/MT – (Pré-serviço), nos meses de fevereiro e março, análise da prestação de contas do convênio MAPA/INDEA/MT N° 001/09 – SICONV 707073/2009, durante todo o mês de agosto, realização de quatro palestras (fiscalizações de convênio) para treinamento de médicos veterinários autônomos que foram realizadas em seis municípios diferentes em cumprimento ao convênio MAPA/INDEA/MT n° 755771/2011 no mês de setembro, outubro e novembro. Foram realizadas ainda habilitações de médicos veterinários para o PNCEBT e palestras sobre a legislação do PNCEBT nos treinamentos ministrados pela UFMT para a habilitação de médicos veterinários para o diagnóstico de brucelose e tuberculose e pelo INDEA/MT para cadastramento de veterinários para realizarem a vacinação de brucelose. No entanto, não houve prejuízo à conclusão do diagnóstico quanto ao andamento do PNCEBT no Estado de Mato Grosso.

O PNCEBT no Estado de Mato Grosso atingiu 303 (trezentos e três) médicos veterinários habilitados na SFA/MT para fins de execução de atividades previstas no regulamento do Programa, referentes à realização de testes diagnósticos de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.

A Efetividade de 2011 medida através do índice de vacinação de brucelose (média do índice de vacinação de bezerras e de propriedades vacinadas) teve um decréscimo de 8,5% devido ao desabastecimento da vacina contra brucelose.

Em 2011 foi concluído o Estudo de Prevalência de tuberculose no Estado de Mato Grosso sendo o resultado 1,3% em propriedades e 0,123 em animais. Devido a prevalência muito baixa, em 2012, o Estado de Mato Grosso irá implantar o Plano Estadual de Erradicação da Tuberculose Bovina.

Para 2012 será programada a fiscalização de 40% dos médicos veterinários habilitados no estado de Mato Grosso, supervisão de 35% das unidades locais do INDEA/MT em que há médicos veterinários habilitadas sendo duas ULEs/URS, e fiscalização em lojas veterinárias para subsidiar a supervisão no INDEA/MT.

II - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS – PNCRC

Indicadores

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em	Taxa de conformidade de amostras (TCF)

	relação ao programado (PFR)	
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCF = (TAA / TAC) * 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	TAA = Total de Amostras Analisadas TAC = Total de Amostras Coletadas
Valores	NFP = 214 NFR = 274	TAC = 274 TAA = 238
Resultado	128 %	86,86 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações	O número de fiscalizações programadas foi baseado no número de amostras a serem coletadas, estipulado pela Coordenação do PNCRC para o ano de 2010.	
Fonte:	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT

Os objetivos das atividades do PNCRC/ Bovino Vivo são de melhorar a qualidade da produção pecuária através de orientação dos trabalhadores e produtores rurais sobre o uso responsável de medicamentos veterinários, bem como fiscalizar e coibir a utilização de produtos proibidos, como os hormônios anabolizantes promotores de crescimento. Esse trabalho visa à segurança dos alimentos de origem animal para o consumidor, aumentando dessa forma a credibilidade da pecuária brasileira frente às barreiras comerciais sanitárias internacionais.

As coletas de urina de bovinos vivos são realizadas mensalmente, sendo o número de amostras coletadas definidas pela Coordenadoria do PNCRC. As ações são realizadas entre os meses de março a novembro.

Os recursos disponibilizados durante o ano de 2011 não foram suficientes para o desenvolvimento das ações do Subprograma de Monitoramento, já que a restrição de 40 diárias por servidor foi atingida no mês de julho e a aprovação da prorrogação das diárias por parte da Secretaria Executiva ocorreu somente no mês de setembro. As principais despesas foram com diárias para um Fiscal Federal Agropecuário e um motorista, e combustível para o deslocamento até as propriedades rurais.

As dificuldades encontradas para o desenvolvimento do PNCRC no Estado de Mato Grosso estão relacionadas com o prazo estipulado pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC para coleta e envio das amostras ao laboratório. O prazo de 15 dias para a amostra chegar ao laboratório, contados a partir do dia da coleta, inviabiliza o monitoramento em municípios mais distantes (acima de 1.000 km), já que apenas um fiscal é responsável pelo programa. Mensalmente são 13 ou 15 estabelecimentos a serem fiscalizados, levando duas semanas para visitá-los de forma aleatória, sem agendar previamente com o proprietário. Para cumprir o prazo, o Fiscal teria que retornar à SFA ao final de cada semana de trabalho, dobrando os custos com o veículo, aumentando o desgaste físico, além de comprometer a qualidade das fiscalizações.

No ano de 2011 ocorreu descarte de 36 amostras que chegaram ao laboratório fora do prazo. Estas amostras foram redistribuídas para serem coletadas nos meses subseqüentes, mas devido à demanda de outros programas não foi possível realizar a coleta de reposição. O percentual de fiscalizações realizadas foi de 128% sobre o programado, porque a amostragem no ano de 2011 foi ampliada. Apesar de ter coletado mais amostras que em 2010, deixamos de coletar 20,8 %, totalizando 42 amostras. Dessa forma, o aumento da demanda comprometeu a programação do ano de 2011.

Propomos como melhoria para o PNCRC, que as coletas de amostras de urina em bovinos vivos sejam realizadas pelo INDEA/MT e que o SSA/SFA/MT seja o gestor e supervisor dessa atividade. A SFA/MT deve ter uma equipe composta por Fiscais do SEFIP, SIPOA e SSA responsáveis pelo PNCRC. Essa equipe deve ser responsável pela elaboração de um método de educação sanitária e agir conjuntamente nas ações investigação nos casos de violação ou apreensão de substâncias proibidas.

**III - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS,
PREVENÇÃO DA VACA LOUCA E DEMAIS ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES
TRANSMISSÍVEIS - PNCRH**

Eficácia			
Atributo	Capacitação de profissionais para atuação no Programa Estadual de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias PECRHE	Fiscalização em propriedades rurais de criação de bovinos para vigilância de Doenças Nervosas, em função das atividades executadas pelo INDEA/MT.	Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária do INDEA/MT
Indicador	Percentual de profissionais capacitados em relação ao programado (PPC)	Percentual de Propriedades Fiscalizadas em relação ao programado (PPF)	Percentual de Unidades de Atenção Veterinária do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)
Fórmula de Cálculo	$PPC = (NCP / NCR) * 100$	$PPF = (NPF / NPPF) * 100$	$PSUAV = (NUAVSR / NSUAVP) * 100$
Operadores:	NCP = Número de capacitações programadas a NCR = Número de capacitações realizadas	NPPF = Número de Propriedades programadas a Fiscalizar NPF = Número de Propriedades Fiscalizadas	NSUAVP = Número de Unidades de Atenção Veterinária programados a Supervisionar NUAVSR = Número de Unidades de Atenção Veterinária com Supervisões Realizadas
Valores	NCP= 4 NCR=10	NPPF= 10 NPF= 23	NUAVPS=34 NUAVSR= 39
Resultado	250 %	230 %	131,81 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Fonte:	SSA-MT	SSA-MT	SSA-MT

EFETIVIDADE

Índice de bovinos mortos por raiva em 2011 em relação ao ano anterior

$$[(BM2011 / BM2010) - 1] x 100 = X [(352 / 372) - 1] x 100 = - 5,37\%$$

Fonte: Informe mensal sobre raiva dos herbívoros (INDEA/MT)

Para atingir os objetivos da ação, foram executadas conforme o Manual Técnico para o Controle da Raiva dos Herbívoros e legislações sanitárias, as seguintes atividades: atuação em focos e perifocos de ocorrências da raiva dos herbívoros, com indicação da vacinação dos herbívoros domésticos num raio de 12 km, cadastro e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos (*Desmodus rotundus*) transmissores da raiva, captura e tratamento desses transmissores nos abrigos cadastrados, capacitação de Médicos Veterinários oficiais e autônomos, fiscalização e colheita de amostras de alimentos para ruminantes, em propriedades rurais, para pesquisa de proteína de origem animal, fiscalização de bovinos importados de país de risco para vigilância da Vaca Louca, triagem e envio de amostras ao laboratório para diagnóstico histopatológico e imunohistoquímico para Vaca Louca e Paraplexia Enzoótica do Ovinos (*Scrapie*). Essas atividades foram executadas por Fiscais Federais Agropecuários da Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MT e por Médicos Veterinários oficiais do INDEA/MT, tendo algumas atividades em interface com médicos veterinários autônomos, principalmente atendimento a campo de suspeitas de doenças nervosas em herbívoros.

Coube ao SSA/SFA/MT executar as atividades de supervisão das atividades delegadas da ação, capacitação de Médicos Veterinários oficiais e autônomos, monitorar a fiscalização de bovinos importados de países de risco para a EEB e de criação de herbívoros nacionais, atividade executada por Médicos Veterinários do INDEA/MT, triagem e envio de amostras de Tronco Encefálico ao laboratório para diagnóstico histopatológico e imunohistoquímico para as Encefalopatias Espóngiformes Transmissíveis (Vaca Louca e *Scrapie*).

O SSA/SFA/MT, para certificar-se do andamento das atividades da ação, acima descrita, a nível de Unidade Veterinária Local – UVL do INDEA/MT e a campo realizou supervisão em 39 (trinta e nove) UVL, das 86 (oitenta e seis), unidades existentes, totalizando um percentual de 45,34% de UVL supervisionadas, tendo havido, portanto, um acréscimo de 31,81% de UVL supervisionadas em relação às 34 (trinta e quatro) programadas a supervisionar. Vale ressaltar que, o acréscimo de 21 (vinte e uma) UVL do INDEA/MT, em relação a 2010, deveu-se à realização de concurso público e contratação de Médicos Veterinários para o seu quadro. Realizou-se também, fiscalização em 23 (vinte e três) propriedades rurais com herbívoros nacionais, em relação às 10 (dez) propriedades programadas. Os resultados das supervisões e fiscalizações foram registrados em relatórios que foram encaminhados ao órgão executor da defesa sanitária animal em Mato Grosso, o INDEA/MT, para conhecimento e quando apontadas, correção das não conformidades.

Para execução de atividades do Programa foram capacitados 211 (duzentos e onze) Médicos Veterinários oficiais do INDEA/MT e SFA/MT (SIF), e da iniciativa privada, mediante a realização de 10 (dez) eventos, tais como: palestras técnicas, treinamentos teóricos e práticos em estabelecimentos de abate de bovinos para colheita de tronco encefálico, atividade realizada em parceria com a UFMT e INDEA/MT.

Com relação à vigilância das doenças nervosas, durante o ano de 2011 foram notificadas suspeitas de ocorrências de doenças nervosas em herbívoros em 336 (trezentas e trinta e seis) propriedades rurais de criação de herbívoros, destas notificações, em 97 (noventa e sete) propriedades 28,86%, confirmaram a ocorrência de raiva, quando vieram a óbito 352 (trezentos e cinquenta e dois) herbívoros. Os exames laboratoriais em herbívoros das 239 (duzentas e trinta e nove) propriedades (71,14%) resultaram negativos para raiva e, para aqueles que possuíam idades acima de 24 (vinte e quatro) meses para bovinos e 12 meses para ovinos e caprinos, foram submetidos ao teste histopatológico e imunohistoquímico para Encefalopatia Espóngiforme Bovina e Paraplexia Enzoótica dos Ovinos (*Scrapie*) respectivamente, com diagnósticos que resultaram negativos, atividade integrante da vigilância para essas doenças. Esse procedimento é adotado em função da incorporação das mesmas ao sistema de vigilância da raiva dos herbívoros – Portaria Ministerial nº 516, de 09 de dezembro de 1997 e Instrução Normativa Ministerial nº 05, de 01 de março de 2002.

Em 2011 houve uma diminuição de 5,37% de herbívoros mortos por raiva em relação ao ano de 2010 (372 herbívoros mortos em 2010 e 352 herbívoros mortos em 2011), mesmo que tenha havido um acréscimo na ocorrência de focos em 2011 em relação ao ano anterior (62 focos em 2010 e 97 focos em 2011). Esse resultado, mesmo com acréscimo de focos, foi obtido aplicando as estratégias de ação preconizadas pelo Programa com vistas a atingir o objetivo que é baixar a prevalência da raiva em herbívoros domésticos, com redução da incidência e mortalidade de herbívoros.

Em regiões dos focos e perifocos de raiva em herbívoros, em 2011, foram capturados 245 (duzentos e quarenta e cinco) morcegos hematófagos da espécie *Desmodus rotundus* e tratados com Warfarina (Substância anticoagulante), em 94 (noventa e quatro) capturas realizadas em abrigos cadastrados e próximos à fonte de alimentação, ação necessária para o controle populacional desse principal transmissor da raiva dos herbívoros, pois é sabido que 01 (um) morcego hematófago capturado e tratado com Warfarina (Anticoagulante) é capaz de eliminar até 20 (vinte) outros morcegos hematófagos não capturados. Ainda, dentro das atividades preconizadas pelo programa e desenvolvidas para o controle da raiva dos herbívoros, foram vacinados 3.397.845 (três milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco) herbívoros em 16.334 propriedades focais e perifocais relacionadas aos 97 (noventa e sete) focos registrados em 2011.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB/BSE, conhecida como doença da vaca louca é exótica para o Brasil, e para a vigilância e monitoramento de sua possível ocorrência no país, as atividades de fiscalização de bovinos importados de países de ocorrência da doença foram executadas pelo INDEA/MT. Para atendimento dessa vigilância, no Estado, foram fiscalizados os 15 (quinze) bovinos importados, de país de risco de ocorrência, em 06 (seis) propriedades rurais.

Integrando as ações de vigilância e monitoramento para a doença da vaca louca, visando manter a doença exótica, outras atividades também, foram executadas, tais como:

Triagem e envio de 1.533 (um mil, quinhentos e trinta e três) amostras de tronco encefálico, ao laboratório de Patologia da Universidade Federal do Rio Grande do SUL, com sede em Porto Alegre/RS, para realização do teste histopatológico e imunohistoquímico para as Encefalopatias Espóngiformes Transmissíveis – EET, incluindo a doença da vaca louca, que foram colhidas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF, de bovinos de abate de emergência, em frigoríficos sob inspeção federal, amostras essas que resultaram negativas, mantendo a doença exótica.

Fiscalização de propriedades rurais, para vigilância de alimentos de ruminantes, com colheita de amostras com vistas a verificar o possível fornecimento proibido de proteínas de origem animal, conforme legislação vigente, tendo sido fiscalizadas 643 (Seiscentas e quarenta e três) propriedades rurais, dos municípios de risco para EEB, assim como colher 210 (duzentas e dez) amostras de alimentos para ruminantes, quando houve a detecção do fornecimento indevido de proteínas de origem animal, em sete propriedades com colheita, representando 1,08% (um vírgula oito por cento) das propriedades fiscalizadas, tendo sido eliminados os bovinos que ingeriram indevidamente proteínas de origem animal de quatro fazendas, e os bovinos de duas, os proprietários pediram prorrogação de abate, conforme legislação vigente, nos quais os processos estão na fase de análise para decisão por comissão constituída para tal fim. De 01 (uma) fazenda que entrou com defesa face a aplicação da Lei nº. 9.784/99, o processo está na fase de instrução para relatoria e julgamento. Vale registrar que esta atividade foi desenvolvida com a colaboração de médicos veterinários do INDEA/MT, mediante cumprimento de meta/etapa de convênio celebrado em 2011 entre o MAPA/INDEA/MT. Vale ressaltar que, estavam programadas a fiscalização de 54 (cinquenta e quatro) propriedades rurais, com os recursos financeiros do convênio foi possível fiscalizar outras 589 (quinhentas e oitenta e nove) propriedades, superando 1.190% a programação do Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA.

Medidas a continuar implementando com vistas a baixar a prevalência da Raiva em Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espóngiforme Bovina - EEB:

Para se continuar baixando a prevalência da Raiva em Herbívoros e manter a Encefalopatia Espóngiforme Bovina – EEB exótica pretende-se continuar determinando a vacinação compulsória de herbívoros em focos e perifocos, realizando cadastros e monitoramentos de abrigos de morcegos, capturas e tratamentos de morcegos hematófagos objetivando controlar a sua população, realizar treinamentos para Médicos Veterinários do SIF e do INDEA/MT, assim como da iniciativa privada.

Fluxo de processo

1. Análise laboratorial de material encefálico:

- Triagem de amostra de tronco encefálico e encaminhamento ao Laboratório: O Médico Veterinário do SIF após colher amostra do Tronco Encefálico de um bovino em abate de emergência e fixá-la em formol a 10% por um período de 7 a 10 dias preenche uma ficha de colheita identificando/numerando a amostra no frasco e na ficha, em seguida a encaminha a cada 15 dias ao SSA/SFA/MT que irá realizar a triagem e envio da amostra no mesmo mês do recebimento ao Laboratório.

2. Capacitação de profissionais veterinários, servidores e demais agentes para identificação de doenças nervosas:

a. Treinamento de Médicos Veterinários do SIF para colher Tronco Encefálico: faz-se a identificação do Médico Veterinário a treinar em seguida desloca-se ao Estabelecimento sob SIF de sua lotação e em uma cabeça de bovino desarticulada do corpo por meio do forâmen magno na articulação atlanto-occipital utilizando uma colher específica para esse fim retira-se o tronco

encefálico colocando-o em um frasco de boca larga com formol a 10% fixando-o por um período de 7 a 10 dias e em seguida o Médico Veterinário do SIF faz o encaminhamento ao SEDESA/SFA/MT para triagem e envio ao laboratório credenciado para exame histopatológico de EEB. Para cada amostra colhida e colocada em um frasco numerado é preenchida uma ficha de colheita contendo os dados da fazenda de origem e seu proprietário e da GTA que acobertou o trânsito do animal;

b. Treinamento de Servidores do INDEA/MT para identificação de doenças nervosas: É elaborado o módulo do treinamento e seu conteúdo didático com período de execução, em seguida identifica o instrutor e o tempo de instrução. Havendo necessidade de recursos orçamentários e financeiros estes são programados e solicitados à administração central para alocação.

3. Controle Sanitário da raiva e EETs:

a. Supervisão das atividades delegadas de defesa sanitária animal: A atividade é realizada "in loco", e as constatações das supervisões são registradas em formulário próprio gerando um relatório final que é encaminhado ao INDEA/MT para conhecimento e correção das não conformidades.

b. Fiscalização de propriedades rurais: É realizada diretamente nas propriedades, quando se executa as atividades de inspeção de bovinos importados para vigilância da EEB, essas atividades após serem executadas são registradas em formulários próprios que são anexados aos processos previamente constituídos para acompanhamento dos bovinos importados; fiscalização e colheita de amostras de alimentos para ruminantes que são encaminhadas ao laboratório para análise de microscopia ótica para verificar se está sendo fornecido proteína e gorduras de origem animal a ruminantes, proibido pela legislação vigente (Instrução Normativa Ministerial nº. 08, de 25 de março de 2004). Monitoramento de focos e perifocos de raiva em herbívoros, atualização cadastral de propriedades rurais com atualização de informações eletrônicas do sistema de defesa sanitária animal do órgão executor.

IV - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍDEA

Atributo	Indicadores		
Indicador	Eficácia	Efetividade	
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PTR)	Percentual de não ocorrência de doenças controladas em GRSC em 2011
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) \times 100$	$PTR = (NTR/NTP) \times 100$	$(NDCSF / NDC) \times 100 =$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NTP = Número de Treinamentos Programados NTR = Número de Treinamentos Realizados	NDCSF = n º de doenças controladas em GRSC sem ocorrência de foco NDC = n º de doenças controladas em GRSC Doenças: Peste Suína Clássica, Aujeszsky, Brucelose, Tuberculose, Leptospirose e Sarna.
Valores	NFP= 9 NFR= 5	NTP = 0 NTR = 0	NDCSF = 6 NDC = 6
Resultado	PFR = 56 %	PTR = 0%	100 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações			
Fonte:	SFA	SFA	SFA

Em 2011, foi programada fiscalização no Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) em nove granjas Granjas de Reprodutores de Suídeos Certificada- GRSC de forma que contemplasse a visita em todas existentes no Estado sendo programadas também supervisões nas ULEs correspondentes a cada granja.

As fiscalizações programadas nos estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos (GRSC) não foram realizadas em sua totalidade, pois a responsável pelo programa acumula outras atividades como o SISBOV, Informes Epidemiológicos e SivCont. Além do fato da falta de pessoal para trabalhar no Serviço, o que fez com que uma FFA assumisse dois Programas de grande demanda no SSA. Fatos estes que justificam 56% no indicador de eficácia.

No primeiro semestre de 2011 ainda houve atividades do Inquérito Soroepidemiológico em criatórios de suídeos, pois foram necessárias algumas recoletas e visitas em propriedades suspeitas ou que tiveram problemas nas primeiras coletas. Outras atividades de fiscalização foram distribuídas ao longo do ano da seguinte forma: No primeiro trimestre foram renovadas as certificações das granjas GRSCs Lucion, Sítio II Sadia e Barreiro. Ocorreu uma reunião com o responsável pelo programa estadual de suínos para discutir coletas de animais suspeitos de doenças hemorrágicas em frigoríficos como parte da Norma Interna 05/2009 que trata do sistema de vigilância sanitária da zona livre de peste suína clássica.

No segundo trimestre foram renovadas as certificações das granjas GRSCs Vanguarda, Multiplicadora I e II Sadia, Petrovina e Diamantino e uma fiscalização na granja Multiplicadora II Sadia (Sorriso). Outras atividades programadas não foram realizadas, pois houve duas semanas de viagens para o ENESCO (encontro nacional de educação sanitária e comunicação) em Belo Horizonte e a reunião com a Coordenação Nacional do SISBOV em Brasília.

No terceiro trimestre foi realizada uma reunião com o INDEA relacionada ao sistema SIAPEC (que não foi implantado em 2011). Foram também renovadas as certificações das granjas Dona Clara, Diamantino, Lucion, Sítio II Sadia, Agropecuária Margarida (Vanguarda) e realizada fiscalização na granja Vanguarda, além de participação no curso de bem estar animal realizado em Cuiabá; capacitação às normas aduaneira – Rússia proferido pelo DIPOA, realizado em Goiânia; encontro do PRODESA (Lavras) e treinamento em Educação Sanitária com servidores do INDEA para posterior implantação do programa no Estado.

No último trimestre foram realizadas fiscalizações nas granjas Multiplicadora I Sadia, Sítio II Sadia e Diamantino e renovadas as certificações das granjas Multiplicadora I e II e a Barreiro. Houve a participação no EDESA (encontro nacional de defesa sanitária) de 3 a 7 de outubro, assim como uma reunião técnica sobre o sistema de vigilância sanitária na Zona livre de Peste Suína Clássica (Norma Interna nº5/2009) em Brasília com todos os coordenadores dos estados. Dar-se-á prioridade no ano de 2012 aos estabelecimentos que não foram fiscalizados anteriormente.

Apesar de não ter sido programados treinamentos em 2011, houve participação em treinamento de Programas Oficiais de Sanidade Animal para médicos veterinários oficiais nomeados pelo Concurso Estadual de MT - Edital 005/2010, e dentre eles o PNSS.

A efetividade foi de 100% pois não houve ocorrência de doenças controladas em GRSC no ano de 2011.

Os controles sanitários nas granjas reprodutoras refletem na melhor condição sanitária dos rebanhos das unidades produtoras, assegurando e abrindo novos mercados para o produto estadual.

A condição sanitária do estado, caracterizado como livre de Peste Suína Clássica (PSC) e sem registros de ocorrências de doença de Aujeszky, além de contribuírem para as exportações, também tem atraído a instalação de novas empresas no estado.

Em 2012, pretende-se avançar no programa no que se refere à manutenção do status de zona livre para PSC, além de continuar a implantar o Sistema de Vigilância Sanitária para PSC no Mato Grosso. Com este Sistema objetiva-se intensificar as atividades de vigilância passiva e ativa nas áreas reconhecidas como livres de PSC, com ênfase naquelas com maior probabilidade de reintrodução do vírus (vulnerabilidade) e maior capacidade do vírus se instalar em rebanho suscetível (receptividade); evitando, caso ingresse na área livre, que se espalhe (difusibilidade), minimizando assim os prejuízos. Estas atividades deverão ser aplicadas de forma sistemática e contínua, até que surtam os efeitos para os quais foram propostos e seja feita nova avaliação das metas do Programa, ou seja, o objetivo é a padronização das ações de vigilância sanitária nos rebanhos de suídeos dos estabelecimentos de criação situados na zona livre de PSC, de forma a garantir a manutenção do status sanitário alcançado.

O setor acessa com maiores investimentos no ano vindouro, expandindo ainda mais a atividade, que dependerá efetivamente de um maior controle sanitário dos rebanhos e portanto, incrementos no processo de fiscalização.

V - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQÜINA

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Não Aplicável, não houve programação	Percentual de resultados negativos para AIE em relação ao número de animais examinados. (PRN) Percentual de animais com resultado positivo sacrificados. (PAS)
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) X 100$	$PRN = (NAN / NAE) X 100$ $PAS = (NAS/NAP) X 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	PRN = Percentual de Resultados Negativos NAN = Número de Animais Negativos NAE = Número de Animais Examinados PAS = Percentual de Animais Sacrificados NAP = Número de Animais Positivos NAS = Número de Animais Sacrificados
Valores	NFP= 0 NFR= 1	NAP = 1.650 NAE = 44.120 NAN = 42.470 NAS = 0
Resultado	PFR = 100%	PRN = 96,26% PAS = 0%
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações	A fiscalização que era realizada pelo SSA junto aos laboratórios credenciados para diagnóstico de AIE, passou a ser de atribuição exclusiva da CGAL a partir do ano de 2010. Dessa forma, não foram programadas fiscalizações pelo SSA e a CGAL realizou 1 auditoria.	Estes dois indicadores foram criados a partir de 2009, dessa forma o aumento ou diminuição da efetividade deverão ser comparados com os anos seguintes. O indicador PRN reflete o número de resultados negativos do total de animais diagnosticados. O indicador PAS reflete o número de animais sacrificados pelo órgão oficial de defesa do Estado.
Fonte:	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT

O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE) visa o fortalecimento da equideocultura nacional, por meio de ações de vigilância e defesa sanitária animal.

As ações previstas no PNSE são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como Instância Central e Superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e executadas, em cada Unidade da Federação (UF), pelos órgãos de Defesa Sanitária Animal (Instâncias Intermediárias).

As supervisões em laboratórios credenciados pela Coordenadoria Geral de Laboratórios – CGAL/SDA que eram realizadas pelo SSA até o ano de 2009, passaram a ser atribuições exclusivas dos auditores da CGAL, como as auditorias de credenciamento e recredenciamento de laboratórios. No ano de 2011 foi realizada 1 auditoria em laboratório credenciado pela CGAL no Estado de Mato Grosso.

A Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2004 está em revisão e será publicada nova legislação no ano de 2012. Após a publicação, serão padronizados procedimentos para a realização de supervisões junto aos órgãos de defesa sanitária animal dos Estados.

As dificuldades e limitações observadas no ano de 2011 foram: a transição das atribuições de cada serviço frente ao programa, comprometendo a fiscalização dos laboratórios; a falta de treinamento por parte do DSECOA para os Fiscais do SSA realizarem as supervisões no órgão de defesa sanitária do Estado; o não comprometimento com o PNSE por parte do INDEA/MT,

executor das atividades de defesa sanitária animal no Estado de Mato Grosso e; a quantidade reduzida de auditores da rede de laboratórios do MAPA, que não conseguem atender à demanda dos laboratórios pelas auditorias de credenciamento e recredenciamento em curto prazo.

Propomos como melhoria das atividades do PNSE no Estado de Mato Grosso, que o SSA realize supervisão sobre as atividades do INDEA/MT no que se refere à vigilância e defesa sanitária animal, em cumprimento às legislações do Programa Nacional de Sanidade Eqüídea.

VI - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA

Atributo	Indicadores			Efetividade
	Eficácia		Efetividade	
Indicador	Percentual de Fiscalização de estabelecimentos avícolas realizados em relação ao programado (PFR)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PTR)	Supervisão das atividades de defesa animal nas unidades locais de execução do INDEA e Méd. Veterinários habilitados	
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR/NFP) \times 100$	$PTR = (NTR/NTP) \times 100$	$PSR = (NSR / NSP) \times 100$	$(NDCSF2010 / NDC) \times 100 =$
Operadores:	PFR= Percentual de fiscalização realizada NFR= número de fiscalização realizada NFP= número de fiscalização programada	NTP = Número de Treinamentos Programados NTR = Número de Treinamentos Realizados	NSR=número de supervisão realizada NSP=número de supervisão programada	NDCSF = n º de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros NDC = n º de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros Doenças: Gênero Salmonela (04 sorotipos) e Gênero Micoplasma (02 sorotipos) Newcastle Influenza Aviária
Valores	NFR= 11 NFP= 19	NTR = 11 NTP = 8	NSR= 44 NSP= 40	NDCSF = 6 NDC = 8
Resultado	PFR = 57,89 %	PTR = 137,50%	PSR= 110 %	75,00 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações				
Fonte:	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT

As atividades do PNSA com objetivo de elevar o desempenho dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas foram executadas utilizando-se dos recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano Interno - PI PCEANIMAL.

Para atingir os objetivos do Programa foram executadas as seguintes atividades:

Acompanhamento do Projeto de Compartimentação em Lucas do Rio Verde;

Fiscalização de estabelecimentos de reprodução (aves e ratitas) que estão registrados e certificados nesta SFA, assim como aqueles que se encontram em processo de registro;

Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados à emissão de GTA (Guia de Trânsito Animal) para aves e ovos férteis e treinamento dos mesmos nas atividades do PNSA;

Supervisão das Unidades Locais de Execução (ULE) do INDEA/MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso) que atendem municípios que possuem estabelecimentos registrados ou com expressão na avicultura de corte ou postura;

Capacitação de Médicos Veterinários Autônomos, oficiais e FFA (Fiscal Federal Agropecuário) no PNSA;

Participações em reuniões do COESA/MT (Comitê Estadual de Sanidade Avícola);

Certificação de estabelecimentos (núcleos) registrados nesta SFA (Superintendência Federal da Agricultura);

Análise e acompanhamento das notificações de mortalidade de aves pelo SIF na Vigilância Permanente para Doença de Newcastle e Influenza Aviária;

Realização de triagem e envio das amostras aos laboratórios, como parte da Vigilância Permanente para Doença de Newcastle e Influenza Aviária;

As atividades do PNSA são desenvolvidas por FFA do Serviço de Saúde Animal – SSA/SFA/MT, por médicos veterinários oficiais do INDEA/MT, FFA do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários- SEFIP/SFA/MT e Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal- SIPOA/SFA/MT.

As fiscalizações de estabelecimentos de reprodução para obtenção de registro, foram realizadas em conjunto com FFA do SEFIP. Quanto aos estabelecimentos que se encontram registrados nesta SFA, foram realizadas algumas vistorias "in loco" pelo responsável do programa no SSA. Aproveitando-se os deslocamentos para vistoria, foram fiscalizados em conjunto com o INDEA/MT, os habilitados à emissão de GTA para aves e ovos férteis em cada ULE de cadastramento do habilitado.

As supervisões das unidades locais do INDEA, que possuem em seus municípios estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais, foram realizadas em conjunto com o responsável do PNSA no órgão estadual. As capacitações de Médicos Veterinários Oficiais e autônomos foram promovidas pelo SSA/MT e INDEA/MT, com objetivo de mantê-los atualizados quanto às ações de prevenção, controle e erradicação de doenças e nas atividades desenvolvidas pelo PNSA. Na prevenção e controle da DNC (Doença de Newcastle) e Influenza Aviária foram realizadas notificações de mortalidade no transporte e alojamento das aves em produção, pelos FFA's do SIF, com triagem e encaminhamento de amostras ao LANAGRO/SP pelo SSA, assim como recebimento e envio de amostras provenientes da vigilância ativa em aves de descarte e de notificações de doenças em estabelecimentos de reprodução, comerciais e propriedades de subsistência.

A FFA responsável pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) colaborou com algumas atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS), como fiscalizações em granjas GRSC.

As ações do PNSA não foram realizadas em sua totalidade, devido a outras inúmeras atividades demandadas que não estavam programadas, tais como: palestras aos servidores recém empessados do INDEA/MT, solicitações de vistoria para registro de estabelecimentos avícolas, videoconferências do PNSA com a Coordenação de Sanidade Avícola (CSA), fiscalizações do PNSS, reuniões do COESA (Comitê Estadual de Sanidade Avícola), reuniões com o coordenador do PNSA no INDEA/MT, coleta de amostras de monitoramento para certificação de estabelecimento avícola de reprodução, treinamento de Médicos Veterinários habilitados à emissão de GTA para aves e ovos férteis, participação de reuniões com outras instituições, participação em curso de bem estar animal e de educação sanitária, capacitação técnica em inspeção de carne de aves, participação do encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal (ENDESA-2011), participação em Workshop: resposta emergencial à doenças avícolas e treinamento do PNSA em Curitiba.

Em agosto de 2011, foi dado início também ao trabalho de Educação Sanitária e atualização cadastral de propriedades no município de Lucas do Rio Verde. O Projeto "Criando Aves com Saúde" consiste, em realizar educação sanitária com entrega de cartilha nas propriedades que possuem aves de subsistência, e concomitantemente realizar o cadastro destas propriedades e atualizar o das demais. Para dar início a este trabalho foram realizadas diversas reuniões com INDEA, MAPA, prefeitura e iniciativa privada, depois de tudo definido e alinhado realizou-se um treinamento teórico e prático com as equipes que iriam desenvolver o projeto. Este mesmo trabalho será realizado em pelos menos dois municípios que possuem expressão na avicultura por ano, municípios estes que serão votados em reunião do COESA/MT, ou seja, em 2012 desenvolveremos o projeto em mais dois municípios.

O indicador de eficácia relacionado às fiscalizações ficou em torno de 60%, porque houve outras atividades em 2011, conforme citado anteriormente, que tiveram que ser priorizadas.

Para 2012, foi programada supervisão e fiscalização em 100% das ULEs do INDEA/MT nos municípios que possuem expressão na avicultura, 100% dos médicos veterinários habilitados à emissão de GTA de aves, ovos férteis e pintos de um dia, 20% dos núcleos de estabelecimentos avícolas de reprodução e 100% dos incubatórios. Onde se dará prioridade aos estabelecimentos, Méd. Veterinários habilitados e ULE's do INDEA que não foram fiscalizados e supervisionados no ano anterior.

O indicador de efetividade neste ano não foi de 100%, pois ocorreram duas doenças em granjas Matrizeiras, *Mycoplasma synoviae* e *Salmonella enteritidis*, onde foram tomadas as devidas providências de acordo com as legislações pertinentes.

2.3.2.4. Desenvolvimento e Mon. de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREAB1

Tipo		Atividade
Finalidade		Registrar e identificar o rebanho bovino e bubalino do território nacional possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate, disponibilizando relatórios de apoio a tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importada.
Descrição		Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas		CSR
Unidade Executora		SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução		SSA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação		Jose Luis R. Vargas
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local		Isana Souza Silva

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	45	50

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	32.297,80	30.530,01
Material de Consumo	17.033,94	15.424,92
Passagens	6.300,00	3.625,17
Serviço de Terceiros Pessoa Física	10.885,50	10.354,50
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	4.096,01	3.359,01
Equipamentos e Material Permanente		
Indenização		
Total (excluindo passagens)	64.313,25	59.668,44

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de XXX (TC)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TCOGM= (1-(NC / FR)) * 100

Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NC = Não Conforme FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 59.668,44 NFR = 50	NFP= 45 NFR= 50	NC = 16 FR = 50
Resultado	R\$ 1.193,37	111 %	68 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

As auditorias técnicas de conformidade tiveram como objetivo verificar o atendimento dos ERAS inscritos no SISBOV quanto à legislação vigente, para que assim estas propriedades possam fazer parte da lista de propriedades aptas a fornecerem animais para produção de carnes destinadas à exportação para países membros da CEE.

- **Principais resultados:** No ano de 2011 as auditorias começaram a ser realizadas pelo INDEA sendo o MAPA responsável pelas reauditorias das propriedades da Lista Trace. Foi realizado um total de 63 auditorias sendo 50 com resultados conforme e 13 com resultados não conforme. Foram realizadas 50 reauditorias, destes 34 foram conformes e 16 tiveram resultado não conforme. Portanto o total das atividades somou-se 113, lembrando que essas atividades ora são feitos pelo INDEA, ora pelo MAPA e também por equipes mistas (MAPA e INDEA).

No ano de 2011 recebemos a Missão da UE no mês de março. Foram auditadas os ERAS 48853- Faz. Agromar, no município de São Jose do Rio Claro e o ERAS 50816 - Faz. Gera, no município de Campo Novo dos Parecis. Ambas com ressalvas, mas com resultados satisfatórios. Em decorrência do relatório final da missão UE, a CSR nos informou através do Memo.nº 62 que as reauditorias passariam de 2% para 10%.

Em junho foi realizada uma reunião com a CSR em Brasília, para discutir metas, atualizar trâmites processuais e outros assuntos. Destaca-se que na prática as atividades continuaram como estavam, pois após a reunião não nos foi informado nada oficialmente sobre as mudanças. Em novembro foi realizada a segunda reunião a qual o FFA Guilherme R.C. Dias participou, uma vez que a responsável pelo programa participou de reunião do PNSS na mesma data. A reunião foi para apresentar metas do SISBOV alcançadas no ano 2011 e discutir as metas previstas para 2012.

Para efeito das contas de eficiência, eficácia e efetividade foram consideradas apenas as reauditorias, visto que são as atividades previamente indicadas no SIPLAN. E as auditorias ocorrem de acordo com a demanda e não são previstas no SIPLAN. Para base de cálculo o CTF foi feito excluindo os valores de passagens; para o cálculo do CFR foi considerado somente o NFR do MAPA. O NFP foi o estipulado pela coordenação de Brasília (CSR).

Em virtude do Estado do Mato Grosso ter uma extensão territorial grande e o tempo médio de auditoria é de um dia (pois além da verificação documental da propriedade, há verificação dos animais em que no mínimo 600 bovinos são visualizados), em uma semana a média de propriedades auditadas é de três, pois o deslocamento da equipe ocorre na segunda feira para que na terça-feira na parte da manhã se iniciem os trabalhos e na sexta feira ocorra o retorno.

Em 2012, as auditorias continuarão sendo feitas pelo serviço oficial estadual e o MAPA responsável pelas reauditorias de lista *Trace*. Para o primeiro trimestre é esperada a missão da União Européia e a reunião com a CSR para traçar as diretrizes para o ano.

2.3.2.5. Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Unidade Executora	SSV/DDA/SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV
Coordenador Nacional da Ação	Laucir Rodrigues Gonçalves
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Dalci de Jesus Bagolin

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisões de Barreiras Fitossanitárias e de CFO	15	3
Fiscalizações nas Barreiras Fitossanitárias Estaduais (meta PPA)	5400	6981

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	4.500,00	5.469,44
Material de Consumo	3.000,00	-
Passagem aérea	-	8.753,05
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	900,00	3.150,00
Equipamentos e material permanente	5.000,00	-
Total	13.4000,00	17.372,49

As informações relativas ao convênio estão em tópico específico

Em 2011, foram descentralizados recursos financeiros através desta ação para a participação de 3 Fiscais Federais Agropecuários no XV Encontro Nacional de Fitossanitaristas em Salvador/Bahia. Tal evento contribuiu, especialmente, para a elaboração e definição de ações para o exercício de 2012, que objetivam a efetividade do Serviço de Sanidade Vegetal.

Em função da limitação do número de diárias por fiscal e da não liberação em tempo hábil de recursos não foi possível realizar a supervisão da Certificação Fitossanitária de Origem como estava previsto, tendo sido realizadas 3 supervisões em barreiras fitossanitárias interestaduais.

2.3.2.6. Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCVEGETAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacaicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de

	áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSV/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Frans
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Dalci de Jesus Bagolin

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão – Município	53	17
Levantamento de Pragas - Propriedade	33	99

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	15.000,00	10.801,72
Material de Consumo	10.000,00	5.097,32
Passagem aérea		5.532,82
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	3.000,00	1.300,56
Equipamentos e Material Permanente	10.000,00	
Obrigações Tributárias Contributivas		217,06
Total	38.000,00	22.949,48

As informações relativas ao convênio estão em tópico específico

Atributo	Indicadores
Eficácia	
Indicador	E = nº de inspeções e supervisões realizadas / nº de inspeções e supervisões programadas x 100
Fórmula de Cálculo	E = (NISR / NISP) x 100
Operadores:	NISR = Número de Inspeções e Supervisões Realizadas NISP = Número de Inspeções e Supervisões Programadas
Valores	NISR = 116 NISP = 86
Resultado	130,36 %
Und. Medida.:	Percentual (%)
Fonte:	SIPLAN

Abaixo listamos as principais atividades realizadas no exercício de 2011:

- Supervisão da Fiscalização do Vazio Sanitário da Soja, da Destrução de Soqueira de Algodão, do plantio de experimentos com soja autorizados durante o vazio sanitário, da Área Livre de Sigatoka Negra e do monitoramento de Mosca da Carambola;
- Acompanhamento da ocorrência de gafanhotos nas áreas de produção;
- Formalização do convênio de Defesa Vegetal com o INDEA-MT. Desde 2006 o órgão não formalizava convênio com o MAPA;

- Implantação do Projeto de Acompanhamento Mensal de Convênios, com a realização de curso e normatização;
- Estruturação da Fiscalização de Tratamentos Fitossanitários com Fins Quarentenários;
- Melhoria da qualificação do corpo funcional com a defesa da Tese de Doutorado do colega Wanderlei Dias Guerra e a participação no Mestrado Profissional em Defesa Vegetal de 2 FFAs;
- Participação no XV ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanidade e no Congresso Brasileiro do Algodão e no Curso para Elaboração de Análise de Risco de Pragas;
- Coordenação do Grupo de Trabalho para elaborar Instrução Normativa para controle da Broca Conígera;
- Participação no Grupo de Trabalho para definição pelo Brasil do AFIDI – Autorização Fitossanitária de Importação e para revisão da tabela de PVIA – Produtos Vegetais com Importação Autorizada;
- Elaboração de sugestões à minuta da nova Lei de Defesa Vegetal e à IN de CFO/PTV;
- Continuidade dos trabalhos de educação sanitária dos olericultores para utilização correta de agrotóxicos;
- Realização da Análise de Risco de Pragas para Pêra Asiática da Coréia do Sul e participação em Brasília de Força Tarefa para Análise de Risco de Pragas;
- Realização de Cursos sobre Defesa Sanitária Vegetal e de treinamentos práticos ao INDEA e aos RT sobre emissão de CFO e PTV para a Broca da Teca em Jangada e Cáceres;
- Elaboração em conjunto com o INDEA-MT da norma estadual de Certificação Fitossanitária de Origem;
- Discussão de Projeto de Elevação da Qualidade Fitossanitária de Sementes e análise das ARPs de Pragas Quarentenárias Não Regulamentadas – PNQR.

A formalização do convênio com o INDEA-MT na área de defesa vegetal foi o fato mais importante do exercício, uma vez que desde 2006 a área vegetal não tinha liberação de recursos para convênio. O convênio é importante porque através dele o governo federal pode direcionar as ações do órgão estadual de modo a atingir os resultados previstos no Plano Pluri Anual, sendo que através deste instrumento pode-se fornecer recursos para melhorar a estruturação do órgão e exigir o cumprimento das metas. Para se preparar para o melhor acompanhamento da execução do convênio, o SSV participou ativamente do Projeto da SFA destinado a implantar o acompanhamento mensal de convênios, através do qual foi definida uma metodologia própria, que atende às exigências legais e que permite uma adequada fiscalização nas áreas técnica, financeira e patrimonial.

A limitação de diárias por fiscal e a demora do MAPA em estabelecer um mecanismo que permitisse autorizar a ampliação do limite impactou no cumprimento das metas, mas, mesmo assim, verifica-se conforme as informações acima apresentadas, que este foi um ano bastante produtivo tanto em nível de campo quanto na discussão e elaboração de normas e no aprimoramento do órgão.

2.3.2.7. Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEM

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País
Descrição:	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:	Coordenação de Biosegurança - CBIO
Unidade Executora:	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução:	SSV/DDA/SFA-MT

Coordenador Nacional da Ação:	Marcus Vinicius Segurado Coelho
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local:	Dalci de Jesus Bagolin– Chefe do SSV/DDA/SFA-MT

Produtos	Física		
	Previstas LOA	Previstas POA*	Realizadas
Fiscalização de Pesquisa – Liberação Planejada	50	122	61
Fiscalização de Usuários – Milho GM	40	82	35
Fiscalização de OGM - Total	90	204	96

* POA – Plano Operativo Anual

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	11.432,39	8.506,32
Material de Consumo	6.100,00	6.168,94
Passagens e Despesas de Locomoção	0,00	3.886,56
Serviços de Terceiros P. Jurídica	2.000,00	1.900,57
Equipamentos e Material Permanente	9.000,00	0,00
Total	28.532,39	20.462,39

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização de pesquisa com OGM realizada (CFR)	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de Conformidade de milho de OGM (TCOGM)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TCOGM= (1-(AI / FR)) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 13.235,64 NFR = 96	NFP= 204 NFR= 96	AI = 4 FR = 35
Resultado	2008 R\$ 61,97 2009 R\$ 58,80 2010 R\$ 123,51 2011 R\$ 137,87	47,0%	88,57 %
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações	Considerou-se para apuração do Indicador as despesas com deslocamento para fiscalização de OGM.		
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

A ação de fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados compreende a fiscalização da manipulação de OGM **em regime de contenção**, que compreende a manipulação de OGMs em laboratório; a fiscalização da **liberação planejada** no meio ambiente, que compreende a pesquisa a campo antes da autorização para uso; a fiscalização do **uso comercial** e a fiscalização da **rotulagem** dos produtos com OGM.

No Mato Grosso, a fiscalização abrange a liberação planejada e o uso comercial, visto que não existem laboratórios de pesquisa de OGM em regime de contenção no Estado. A fiscalização de rotulagem não é atribuição de nosso setor.

Em vista disso, a fiscalização em 2011 concentrou-se no acompanhamento da liberação planejada no ambiente de OGMs, que consiste na fiscalização dos experimentos realizados a campo com cultivares detentoras de eventos ainda não autorizados para uso comercial. Estes experimentos concentraram-se no município de Sorriso, Campo Novo dos Parecis e na região do município de Primavera do Leste e Rondonópolis. As empresas fiscalizadas foram Monsanto, Bayer, Fundação MT e Du Pont. Durante o ano de 2010 e 2011 a CTNBio aprovou vários eventos de OGM, que fez com um número expressivo de experimentos não necessitasse ser mais fiscalizado uma vez que o produto foi liberado para uso comercial.

No primeiro semestre de 2011, na segunda safra do milho, foi realizada a fiscalização da Resolução Normativa nº 04/2007 da CTNBio, que define normas para o plantio comercial de milho geneticamente modificado, estabelecendo distâncias mínimas entre milho convencional e geneticamente modificado entre propriedades diferentes de forma a permitir a coexistência de ambos modos de cultivo. Ao todo foram feitas 35 fiscalizações em 10 municípios resultando em 4 Autos de Infração. Também houve a participação de 3 Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização de OGM no curso de Detecção de OGM no LANAGRO de Pedro Leopoldo – MG.

Conforme o indicador de **eficiência** acima, o Custo Médio das Fiscalizações de Liberação Planejada foi de R\$ 137,87 manteve-se relativamente estável em relação ao ano anterior.

No indicador de **eficácia** foi atingida 47% da meta. Este baixo índice se deve aos seguintes motivos:

1. Em função da aprovação de vários eventos GM pela CTNBio, houve uma redução nos experimentos de liberação planejada nos Centros de Pesquisa de Mato Grosso, em relação a anos anteriores, ocasionando um menor número de fiscalizações em relação aos anos anteriores e ao que estava previsto
2. O atraso no plantio da soja em 2010 e o alongamento de período de colheita da mesma devido às chuvas ocasionaram o atraso no plantio de milho de segunda safra, que corresponde por praticamente totalidade de milho plantado no Estado. Isso inviabilizou a fiscalização do milho em janeiro e principalmente fevereiro como estava previsto, pois ainda não havia milho no campo neste período, ao contrário de anos anteriores, diminuindo a janela de fiscalização, que devido a seca vai até meados de junho.
3. Em fevereiro e março, devido à suspensão dos empenhos e a impossibilidade temporária do Superintendente de conceder diárias, não foi possível realizar as viagens que estavam programadas, comprometendo o calendário de atividades.
4. Em razão da limitação de 40 diárias por fiscal por ano as atividades têm que ser escalonadas de forma a não ultrapassar logo este limite. Os FFAs do SSV e do SEFIA não realizam apenas atividades de fiscalização de OGM, atuando em outras competências dos respectivos serviços, tendo que distribuir o seu tempo e suas diárias entre ambos. Quando foi finalmente autorizado o aumento no número de diárias o período de fiscalização já estava praticamente no final. Verifica-se, portanto, que a limitação de diárias, a falta de agilidade do MAPA em autorizar a ampliação do limite contribuiu de forma significativa com o não atingimento da meta.

Em relação ao indicador de **efetividade**, verificou-se uma melhoria no índice de conformidade, principalmente em função do aumento da área plantada com milho GM, que faz com que a chance de ocorrer a irregularidade de ausência de isolamento na divisa da propriedade seja reduzida de forma significativa.

2.3.2.8. Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e

	beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos, suínos, aves, peixes e jacarés, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados, fraudados ou contaminados com o comprometimento da qualidade sanitária; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, Responsável Técnico - RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	S.D.A.
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPOA/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ANTONIO SERGIO MARQUES TELES LOBO – 01/01 A 20/07/2011 ANTONIO FRANCO BARBOSA FILHO – A PARTIR DE 17/08/2011

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Estabelecimento Nacional inspecionado (unidade) ¹	111	111
Supervisões	197	169

Fiscalizações	532	152
---------------	-----	-----

¹ utilizando o número real de estabelecimentos em dezembro/2011.

Elementos de Despesa	Financeiro		
	Previstas	Realizadas	
	SIPOA/DDA/SFA-MT	SIPOA/DDA/SFA-MT	DIPOA/SDA ¹
Diárias	345.055,51	149.244,79	68.937,07
Material de Consumo	54.215,00	53.998,67	2.859,38
Passagens	58.422,17	26.764,24	48.148,40
Serviço de Terceiros Pessoa Física	10.523,40	30.664,00	2.196,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	12.000,00	29.070,40	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	926,58	0,00
Obrig. tribut.e contrib-op.intra orçamentárias	0,00	1.460,00	0,00
Total	480.216,08	292.128,68	122.140,85

¹ Descentralização de recursos realizada para apoio das atividades previstas no Plano Operativo Anual - POA do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

Ação (PI) INSPANIMAL3

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de um estabelecimento inspecionado (CEI)	Percentual de estabelecimentos inspecionados em relação ao programado (PEI)	Taxa de conformidade em análises microbiológicas e físico-químicas. (TCAMF)
Fórmula de Cálculo	$CEI = CTE / NEI$	$PEI = (NEI / NEP) * 100$	$TCAMF = (QAC / QAMFQ) * 100$
Operadores:	$CTE = \text{Custo Total de Inspeção de Estabelecimentos (R\$)}$ $NEI = \text{Número de estabelecimentos inspecionados}$	$NEP = \text{Número de Estabelecimentos Programados.}$ $NEI = \text{Número de estabelecimentos inspecionados}$	$QAMFQ = \text{Quantidade de análises microbiológicas e físico-químicas.}$ $QAC = \text{Quantidade de análises em conformidade.}$
Valores	$CTE = 292.128,68$ $NEI = 111$	$NEP = 111$ $NEI = 111$	$QAMFQ = 3517$ $QAC = 3193$
Resultado	R\$ 2.631,79	100,00 %	90,78 %
Unidade de med.:	R\$ / Estabelecimento inspecionado	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações			
Fonte:	SIPLAN e SIGSIF	SIPLAN e SIGSIF	Análises microbiológicas e

		físico-químicas realizadas
--	--	----------------------------

A Ação (PI) é o tema central do relatório (foco de análise). É por meio da sua avaliação que podem ser verificados os resultados obtidos pela SFA. Portanto, o relatório deve apresentar além dos dados propostos nas tabelas, as informações mais significativas sobre a execução de cada ação no exercício, com destaque para:

- **Principais resultados:** os avanços conquistados considerando, por um lado, as metas e produtos de cada ação e os recursos (humanos, financeiros, materiais) utilizados na sua execução.
- **Principais Problemas:** eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da auditoria interna ou assessor especial, da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas
- **Avaliação Crítica de Desempenho:** Comentários avaliando a execução física e financeira e os indicadores.
- **Contratações, Parcerias e Transferências:** relatar as contratações, parcerias e transferências realizadas no exercício e sua importância para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

Apresentação.

Em 14 de junho de 2010 foi publicada a Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que além reformar administrativamente as Superintendências e reorganizar os seus serviços criou o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-MT em substituição do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/SFA-MT.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/MT tem por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado dos produtos oriundos de estabelecimentos que produzem Produtos de Origem Animal para os consumidores, buscando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

Por meio da Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, o SIPOA/DDA/SFA-MT busca garantir, no Estado a segurança higiênico sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal, por meio da realização de atividades de controle de inspeção e à fiscalização dos produtos de origem animal; pelo estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos sobre o setor; assim como pela classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interno e externo; e certificação de produtos. A quantificação de sua execução física toma por base o número de estabelecimentos inspecionados sob Serviço de Inspeção Federal – SIF, número de supervisões e fiscalizações realizadas.

Em 2011, o SIPOA/DDA/SFA-MT investiu **R\$ 292.128,68** no custeio das ações de: inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal; fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados, fraudados ou contaminados; estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal; classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada e treinamentos do quadro de pessoal envolvido.

Para apoiar as atividades de auditorias, apoio técnico, treinamentos e reuniões técnicas programadas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/SDA foi aplicado o valor de **R\$ 122.140,85** para custeio destas atividades, recursos previamente descentralizados pelo departamento responsável.

O Estado hoje possui 111 indústrias sob o Serviço de inspeção federal – SIF, sendo: 48 matadouros frigorífico bovino e/ou suíno, 06 matadouros de aves e coelhos onde 100% dos animais abatidos são inspecionados (inspeção permanente) por médicos veterinários e agentes de inspeção; 04 entrepostos de carnes e derivados; 07 fábricas de conservas; 09 fábricas de produtos não comestíveis; ao total são 40 indústrias de processamento de leite: 15 usinas de beneficiamento de leite e 25 fábricas de laticínios que estão sob inspeção permanente e/ou periodicamente inspecionadas, 03 entrepostos de pescado, 02 entrepostos de mel e cera de abelhas e 01 entreposto de ovos. Além disso, o Estado possui 19 Estabelecimentos Relacionados – ER, sendo: 10 curtumes, 06 granjas avícolas e 03 casas atacadistas.

Para atender os estabelecimentos sob inspeção federal o SIPOA/DDA/SFA-MT dispõe do quadro de servidores da Tabela 1. O SIPOA/DDA/SFA-MT possui dois cargos de carreira para atuação na área finalística: Fiscal Federal Agropecuário - FFA (cargo técnico de nível superior) e Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal – AISIPOA (cargo técnico de nível médio). E para suprir a deficiência de servidores do quadro e de acordo com o art. 44, alínea V, da Portaria nº 428, de 09/06/2010 publicado no D.O.U. em 16/06/2010, a SFA/MT realiza Termos de Cooperação Técnica - TCT com órgãos e entidades públicas, visando à execução de atividades de competência da SFA/MAPA. Assim surgem duas figuras de apoio as atividades do MAPA: os médicos veterinários conveniados e agentes de inspeção conveniados. Além dos convênios, os estabelecimentos sob inspeção federal em atendimento do art. 102, item II, do DECRETO No 30.691, DE 29 DE MARÇO DE 1952. – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA está obrigado a fornecer pessoal habilitado que fica sob ordens diretas do inspetor federal. Embora o SIPOA/DDA/SFA-MT utilize desta solução emergencial, o número reduzido de servidores de carreira prejudica as ações programadas no POA, pois as ações de fiscalização e supervisão só podem ser realizadas por servidores.

Tabela I – Força de trabalho atual do SIPOA/DDA/SFA-MT

Cargo	SIPOA-MT	SIF	Total geral
AISIPOA	09	69	78
FFA	04	37	41
MÉDICOS VETERINÁRIOS CONVENIADOS	00	41	41
AGENTE DE INSPEÇÃO CONVENIADO	00	141	141
AGENTE DE INSPEÇÃO (ART. 102 RIISPOA)	00	788	788
Total geral	13	1076	1089

Plano Operativo Anual – POA 2011.

Na execução do Plano Operativo Anual 2011 – POA 2011 – o SIPOA/DDA/SFA-MT encontrou dificuldades durante todo o ano de 2011 para cumprimento das ações previstas, pois além de baixo número de servidores, equipamentos de informática defasados, baixo número de veículos disponíveis; a limitação (contingenciamento) de empenho nas naturezas de despesa 339014 (diárias – pessoal civil), 339033 (passagens e despesas com locomoção) e 339036 (outros serviço de terceiros – pessoa física), limitação quanto ao número de diárias intercaladas por servidor, limitação quanto ao prazo máximo de deslocamento, deslocamento de mais de dez pessoas para o mesmo evento, conforme disposto no Decreto 7.446, de 01 de março de 2011. Assim apenas 30,77% (152 ações realizadas de 532 previstas) das ações de fiscalização previstas foram realizadas (Tabela 2), mas durante o ano de 2011 houve uma correção no POA, devido às limitações do Decreto 7.446 de 01/03/2011 e do baixo número de servidores, que reduziu o número de ações programadas para 141 que resultou uma execução de 107,80% (152 ações realizadas de 141 previstas corrigidas).

Tabela II – Plano Operativo Anual - POA 2011 - ação: fiscalização

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Previsto	38	38	38	76	38	38	38	38	38	76	38	38	532
Previsto corrigido	38	38	0	2	0	6	5	4	2	1	15	30	141
Realizado	2	2	2	2	6	20	12	24	13	17	22	30	152

O SIPOA/DDA/SFA-MT avalia o desempenho dos estabelecimentos de carne (bovina, suína e aves), leite, mel, pescado e derivados, através de supervisões periódicas nos estabelecimentos, independente das atividades rotineiras de inspeção.

No ano de 2011, foi realizado um total de 169 supervisões (Tabela III). Foram atingidos 85,79 % da meta (197), e devido às limitações impostas pelo Decreto 7.446, de 01 de março de 2011 as ações de supervisão foram corrigidas para 185, assim a execução prevista corrigida ficou em 91,35 %.

Tabela III – Plano Operativo Anual - POA 2011 - ação: supervisão

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Previsto	7	11	15	20	22	23	20	14	23	20	21	1	197
Previsto corrigido	7	16	19	36	18	20	4	3	14	30	5	13	185
Realizado	1	11	6	32	17	9	6	6	11	32	24	14	169

Autos de infração.

O SIPOA-MT realiza o controle de autos de infração aplicados aos estabelecimentos em decorrência de infrações à legislação sanitária. Estes autos podem resultar em advertência, multa, inutilização de produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento (Tabela IV).

Tabela IV – Histórico do número de autos de infração aplicados por área

Ano	Quantidade de autos de infração por área						Total por ano
	Aves	Bovinos	Suínos	Pescado	Mel	Leite	
2009	74	21	15	11	1	31	153
2010	35	43	10	13	0	36	137
2011	33	10	03	10	0	05	61

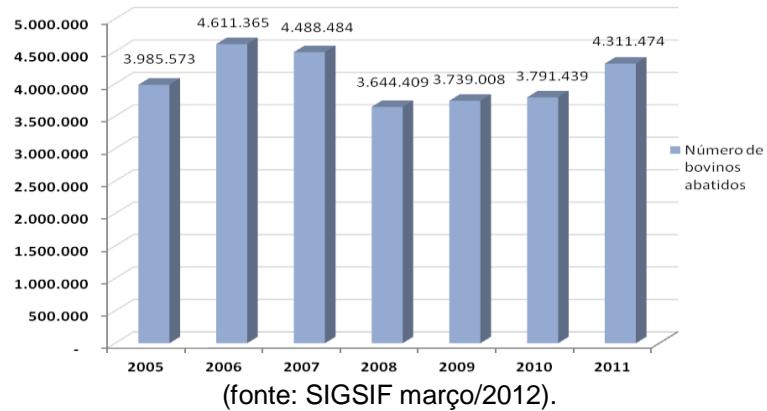
Acompanhamento de missões estrangeiras e auditorias.

O SIPOA/DDA/SFA-MT recebeu e acompanhou visitas de missões de Estados estrangeiros para avaliar o Serviço de Inspeção Brasileiro nas plantas sob SIF em Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso recebeu a visita da Missão do Estado Russo, Sueco, Estados Unidos da América, Egípcio, Missão do Estado do Chile, da Venezuela e da União Européia.

Considerações finais.

O Estado de Mato Grosso é líder nacional na atividade de pecuária bovina de corte, tendo o maior rebanho do país e sendo o estado que mais abateu bovinos no ano de 2011 em estabelecimentos sob SIF, no total foram abatidos **4.311.474 bovinos, aumento de 13,72%** em relação ao ano anterior (Figura I) conforme informações do SIGSIF em março/2012.

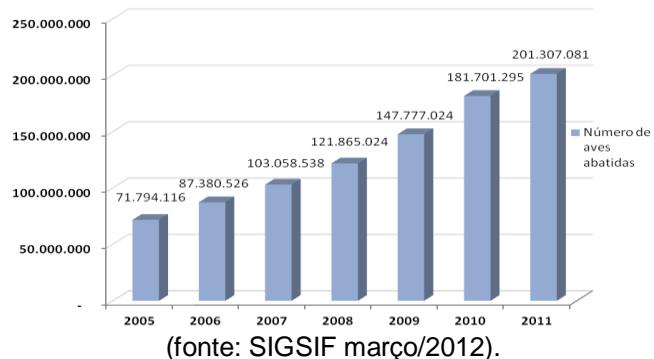
Figura I – Evolução de abate de bovinos por ano nos estabelecimentos sob SIF em Mato Grosso



(fonte: SIGSIF março/2012).

Em 2011, Mato Grosso foi o sétimo estado que mais abateu aves no Brasil com um total de **201.307.081 animais abatidos**, apresentando um **aumento 10,79%** em relação ao ano anterior (Figura II), conforme informações do SIGSIF considerando apenas os estabelecimentos sob inspeção federal.

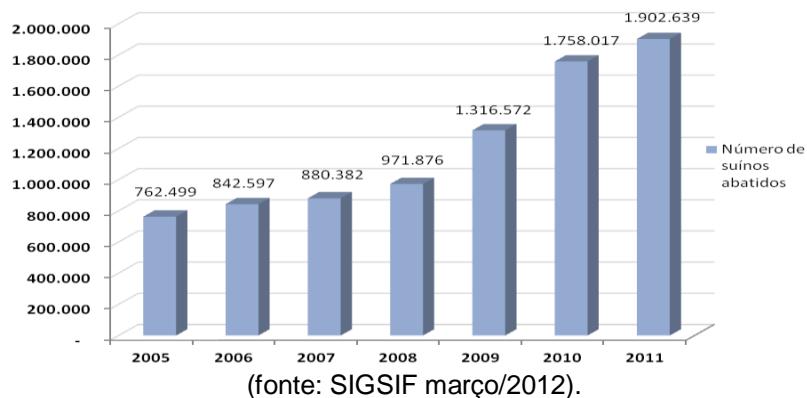
Figura II – Evolução de abate de aves por ano nos estabelecimentos sob SIF em Mato Grosso



(fonte: SIGSIF março/2012).

Em 2011, Mato Grosso foi o quinto estado que mais abateu suínos no Brasil com um total de **1.902.639 animais abatidos**, apresentando um **aumento de 8,23% no total de animais abatidos** com relação ao ano anterior (Figura III), conforme informações do SIGSIF considerando apenas os estabelecimentos sob inspeção federal.

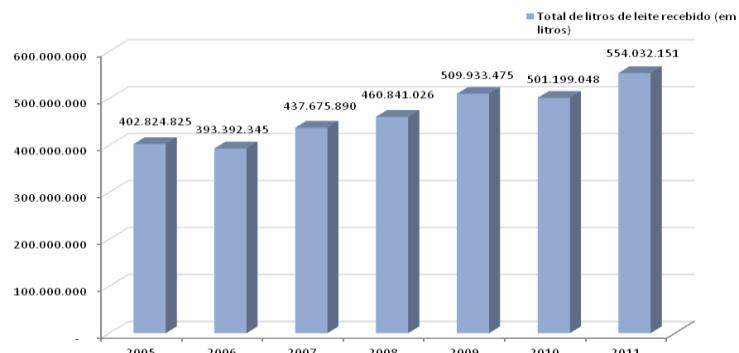
Figura III – Evolução de abate de suínos por ano nos estabelecimentos sob SIF em Mato Grosso



(fonte: SIGSIF março/2012).

Os estabelecimentos que processam leite sob SIF do Estado receberam **554.032.151 litros de leite** que representou um **aumento de 10,54% no volume total de leite recebido** com relação ao ano anterior (Figura IV). Conforme informações do SIGSIF em março/2012.

Figura IV – Evolução de recebimento de leite por ano nos estabelecimentos sob SIF em Mato Grosso



(fonte: SIGSIF março/2012).

Conforme os dados demonstram, a atividade agropecuária do Estado de Mato Grosso é crescente, o que faz os serviços oferecidos pelo SIPOA/DDA/SFA-MT ser cada vez mais demandado. E para atender esta crescente demanda um ponto de atenção é o baixo número de servidores que conforme levantamento do SIPOA/DDA/SFA-MT o estado necessita de um incremento de 104 Fiscais Federais Agropecuários – FFA, 950 Agentes de Inspeção de Produtos de Origem Animal – AISIPOA e 50 servidores administrativos. Além disso, será necessária também a aquisição de veículos, computadores e equipamentos de informática e móveis de escritório para melhor desempenho das atividades.

2.3.2.9. Padronização, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos,
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPOV/DDA/SFA-MT

Coordenador Nacional da Ação	Fabio Florêncio Fernandes
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Clovis Costa Knabben

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	5.000 ton.	3.986 Ton.
Supervisões Realizadas	100 Estabelecimentos	67

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	19.116,00	11.081,74
Material de Consumo	25.600,00	4.974,84
Passagens	3.000,00	-
Serviço de Terceiros Pessoa Física	3.200,00	-
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	14.000,00	4.543,16
Equipamentos e Material Permanente	-	-
Outros Indenizações e Restituições	-	612,23
Outros Bolsa estagiários	-	-
Taxas	-	371,72
Total	64.916,00	21.594,72

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Produtos (TCP)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TCP = (QPFC / QPF) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QPFC = Quantidade de Produtos Fiscalizados em Conformidade (t) QPF = Quantidade de Produtos Fiscalizados (t)
Valores	CTF = 21.594,72 NFR = 67	NFP= 100 NFR= 67	QPFC = 3.630 Ton. QPF = 3.986 Ton.
Resultado	R\$ 322,30	67,0%	TCP = 91,06%
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações			Considera-se como Quantidade de Produto Fiscalizado todo o estoque de produtos de origem vegetal padronizados que conste nos Estabelecimentos Comerciais visitados pelos FFAs, mesmo sem coleta de amostra.
Fonte:	SIAFI Gerencial e POA	Plano Operativo Anual	SIPLAN e Controles internos da Área de Qualidade Vegetal do SIPAG/DT/SFA/MT

- Principais resultados: Foi alcançado um resultado de 67,0% das fiscalizações programadas, com um volume de 3.986 ton. de produtos fiscalizados, frente a uma programação de 5.000 ton, o que representou 79,72% do total.

- Principais Problemas: O principal problema encontrado foi a deficiência de pessoal, uma vez que o PI conta apenas com um Fiscal, que também exerce a função de chefe do Setor e um

Classificador, contando apenas com a ajuda de um estagiário. O contingenciamento de recursos assim como a limitação de diárias também provocaram um impacto negativo na execução das metas planejadas.

- **Avaliação Crítica de Desempenho:** O desempenho do trabalho foi satisfatório, dentro das limitações de pessoal e condições apresentadas acima, atingindo índices aceitáveis para a condição descrita, apesar da impossibilidade de se realizar muitas outras demandas do setor.

- **Contratações, Parcerias e Transferências:** O PI contou apenas com 01 técnico (FFA) o que proporcionou uma sobrecarga de atividades, pois alem da responsabilidade sobre o PI, esse mesmo Fiscal também exerce a chefia do Serviço e ainda auxilia o setor de Bebidas, na relatoria de processos administrativos. Esta situação levou a uma redução nos trabalhos realizados.

- **Outras atividades realizadas:** Realizamos a Supervisões, para fins de homologação junto à Coordenação Nacional de Qualidade Vegetal, dos seguintes cursos de formação de classificadores de produtos de origem vegetal:

Abril – Curso de Classificadores de Algodão em Pluma – Unicotton – Primavera do Leste – duração 30 dias

Maio - Curso de Classificadores de Milho e Soja – O Classificador – Cuiabá – 15 dias

Julho - Curso de Classificadores de Milho e Soja – Rural Norte – Sinop – 15 dias

Setembro - Curso de Classificadores de Milho e Soja – O Classificador – Cuiabá – 15 dias

Participação como Chefe do SIPOV no Encontro Nacional de Bebidas – CGVB, realizado em Nov/2011 em Ilhéus /Ba.

Inspeção de empresas credenciadas junto ao MAPA para realização de Classificação Vegetal – Média de 02 Inspeções em 10 empresas.

- **Palestras proferidas sobre Qualidade Vegetal** – FFA Clovis Costa Knabben

Seminário Matogrossense de Arroz de Terras Altas – Realiz. EMBRAPA – Cuiabá

Encontro Estadual da Cultura do feijão – Realiz. EMPAER/EMBRAPA – Cuiabá

Simpósio Grãos Brasil 2011 – Realiz. Revista Grãos Brasil – Maringá PR

2.3.2.10. Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGVB/DIPOV/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPOV/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Helder Moreria Borges – Coordenador da CGVB/DIPOV
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Joaquim Guimarães Botaro

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Estabelecimento inspecionado	60	32

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	19.116,00	9.343,49
Material de Consumo	25.600,00	4.811,81
Passagens		1.982,72
Serviço de Terceiros Pessoa Física		-
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	14.000,00	3.400,82
Equipamentos e Material Permanente		-
Outros		-
Total	58.716,00	19.538,84

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma inspeção realizada (CIR)	Percentual de inspeções realizadas em relação ao programado (PIR)	Taxa de Conformidade das Empresas inspecionadas (TCE)
Fórmula de Cálculo	$CIR = CTI / NIR$	$PIR = (NIR / NIP) * 100$	$TCE = (QEIC / QEI) * 100$
Operadores:	CTI = Custo Total das inspeções (R\$) NIR = Número de Inspeções Realizadas	NIP = Número de Inspeções Programadas NIR = Número de Inspeções Realizadas	QEI = Quantidade Empresa Ispencionadas no Período QEIC = Quantidade de Empresa Ispencionadas Conformes no Período
Valores	CTI = 19,538,84 NIR = 32	NIP= 60 NIR= 32	QEI = 32 QEIC = 28
Resultado	R\$ 610,58	53,33%	87,5 %
Und. Medida.:	R\$ / Inspeção	Percentual (%)	Percentagem
Observações	Para que possamos atingir o objetivo, ou seja, INSPECIONAR UM ESTABELECIMENTO são necessárias outras ações de suporte, e que não são mensuradas, quais sejam: Coletas de amostras, Autuações, Apreensões, Intimações, Interdições, Inutilizações Vistorias p/ registro.		
Fonte:	SIAFI Gerencial e POA	Plano Operativo Anual	SIPLAN e Controles internos da Área de Qualidade Vegetal do SIPOV/DDA/SFA/MT

A principal atividade é inspecionar estabelecimentos produtores, industrializadores, estandartizadores, embaladores, envasadores, engarrafadores de bebidas e suas matérias primas, com o objetivo de garantir a segurança higiênico sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas, subprodutos e derivados vegetais. A área de bebidas, possui 2 Fiscais Federais Agropecuários Engenheiros Agrônomos.

Esta ação faz parte das atividades do SIPOV/DDA/SFA/MT que esta ligada regimentalmente à DDA, que por sua vez esta sob a coordenação do Órgão Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de onde são efetuadas as transferências de recursos, para que as ações sejam desenvolvidas, conforme as programações. As atividades consistem basicamente em exigir que as empresas afins, cumpram as normas regulamentares vigentes, quanto aos equipamentos e instalações de produção, bem como às metodologias e as matérias-primas utilizadas.

Para tanto, são realizadas inspeções de rotina nas empresas, onde são checadas as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de cada empresa e, caso ocorra alguma não-conformidade, são tomadas as providências necessárias de modo que o sistema de produção siga rigorosamente os critérios legais.

No decorrer de cada ação fiscal, podemos lançar mão de alguns procedimentos, quais sejam: Auto de Infração, Apreensão, Interdição, Intimação, Inutilização e Coleta de Amostras para Analise Fiscais. Quando se constata uma Infração às normas legais, é instaurado um processo administrativo, que o empresário infrator passa a responder perante o MAPA.

Em cumprimentos às normas legais vigentes, as empresas, bem como os seus produtos, antes de serem levados ao comércio, deverão ser registrados junto ao MAPA, que é representado pelas Superintendências Federais de Agriculturas de cada Estado.

No decorrer do ano de 2011, foram realizadas 72 (setenta e duas) inspeções em estabelecimentos, porém contam, para fins de cálculos deste relatório, somente as metas previstas e realizadas do SIPLAN com aplicação de LISTA DE VERIFICAÇÃO, ou seja, 32 (trinta e duas), mantendo-se o mesmo nível das metas em relação ao ano de 2010.

Com relação à eficiência, o custo de uma inspeção passou de R\$ 858,10 para R\$ 610,58 em razão das limitações de recursos e diárias, o que concentrou as inspeções em empresas próximas da Capital.

Ainda quanto às atividades de fiscalização, foram emitidos no ano de 2011, 41 (quarenta e um) Certificados de Exportação de Bebidas, que conferem o número de inspeções em lotes de bebidas que foram exportadas.

Com relação ao índice Efetividade, foram consideradas Quantidade de Empresas Ispencionadas não Conformes, somente aquelas que foram autuadas.

2.3.2.11. Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produtividade da pecuária, e proteção do patrimônio genético nacional.
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DMG/DFIP/DAS/MAPA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEFIP/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Beronete Barros
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Grayce Carvalho Kerber

Produto	Meta Física	
	Prevista	Realizada
Fiscalização	14	17

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	5.487,00	6.255,24
Material de Consumo	5.110,80	355,60
Passagens	0,00	3.267,35
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	4.400,00	200,00
Equipamentos e Material Permanente	4.941,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	19.938,80	10.078,19

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de MMA (TC)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TC MMA=(1-(AI / FR)) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 2.514,20 NFR = 17	NFP= 14 NFR= 17	AI = 11 FR = 17
Resultado	R\$ 148,00	121 %	59 %
Und. Medida:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações	Para o cálculo do custo total das fiscalizações foram deduzidos os valores aplicados em cursos, reuniões e outros eventos		Dos 11 autos lavrados, 7 foram em decorrências do não encaminhamento de relatórios mensais.
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

Em análise das ações desenvolvidas em 2011 no PI FISCGENE, verifica-se uma boa execução em relação à programação proposta. Devido à deficiência do número de fiscais na área, as fiscalizações foram realizadas considerando como prioridades os estabelecimentos com registros a serem liberados; atendimento às denúncias; estabelecimentos avícolas com registros em pendências, e os Centros de Coleta e Processamento de Sêmen de Bovino e Suíno.

Para o cálculo do Indicador de Eficiência, o valor total gasto em fiscalizações foi obtido contabilizando o aplicado em diárias pagas a servidores para execução de atividades de fiscalização dentro do Estado de Mato Grosso - R\$1.958,60 e os valores gastos com suprimentos de combustíveis e gastos com serviços de comunicação, totalizando o montante de R\$2.514,20. Excluiu-se o aplicado em diárias e passagens aéreas pagas a servidores para participação em atividades extra fiscalização, tais como reuniões, cursos, e auditorias externas.

O custo da fiscalização no exercício de 2011 ficou determinado em R\$148,00. Foi obtido através da divisão do valor gasto em fiscalizações, pelo número de fiscalizações realizadas (R\$2.514,20/17). Em comparação com os dados de 2010, cujo valor de fiscalização foi R\$ 254,00, temos um significativo decréscimo contrastando o aplicado em fiscalização. Isto se justifica porque às ações se voltaram, em sua maioria, aos estabelecimentos localizados na região metropolitana de Cuiabá, ocasionando menor dispêndio de recursos financeiros e de tempo de duração na execução das fiscalizações.

No cálculo do Indicador de Eficácia verifica-se que o percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado atingiu o escore de 121%, índice considerando muito satisfatório, decorrente de fiscalizações não previstas, tais como atendimentos às denúncias e vistorias para liberação de registros. Entretanto, há que se salientar que dos 59 estabelecimentos registrados apenas 11 foram fiscalizados, perfazendo o escore de 19% de estabelecimentos fiscalizados na área de material de multiplicação animal. Cabe ressaltar que as ações do PI Fiscgene são executadas compartilhando a disponibilidade da fiscal que acumula o cargo de chefia, e de outro fiscal com dedicação de 25% de seu tempo ao PI.

Quanto ao índice do **Indicador de Efetividade**, o mesmo foi calculado com base no número de estabelecimento produtor fiscalizado, dividido pelo numero de estabelecimento produtor que não sofreu infração grave durante a fiscalização. Desta forma, obtivemos o índice de efetividade de 59%. Todavia, acreditamos que este indicador será mais bem expressado se considerado o índice de conformidade do produto final, ou mesmo quando da implementação das boas práticas de fabricação, e a consolidação da aplicação dos POP e manutenção dos registros nos estabelecimentos industriais.

No exercício de 2011, registrou-se junto ao SEFIP/DDA/SFA-MT 2 novos estabelecimentos comerciantes de material de multiplicação animal. No decorrer de 2011 a Divisão de Material Genético/DFIP deu continuidade ao programa de capacitação dos FFA que atuam na área de Material de Multiplicação Animal. Para isto, foram aplicados em passagens aéreas R\$ 3.267,35 e em diárias o valor de R\$4.296,64, com participação do SEFIP/DDA-MT nos seguintes eventos:

- Modulo 5 do Projeto Curso de Capacitação em Biotecnologia da Reprodução de Animais de Interesse Zootécnico;
- Modulo 6 do Projeto Curso de Capacitação em Biotecnologia da Reprodução de Animais de Interesse Zootécnico;
- Reunião Técnica Anual do DFIP, Ações e Procedimentos de Fiscalização de Insumos Pecuários.

As limitações operacionais e gerenciais que se verifica na atividade são as mesmas apresentadas no exercício de 2010:

- No âmbito da regulamentação da atividade, que apresenta penalidades não coibitivas dos atos ilícitos, ou a completa ausência de penalidades às infrações cometidas, como é o caso da Legislação de Aves, IN 56/07 e IN 59/;

- Na atual competência regimental a fiscalização de estabelecimentos de Reprodução Avícolas, tem interface nos Serviços de Saúde Animal e de Fiscalização de Insumos Pecuários, submetendo o mesmo estabelecimento a fiscalização de dois Serviços;
- Ausência de Manual de Procedimentos para a Fiscalização de Comercio de Material Genético Animal;
- Ausência de laboratórios habilitados a proceder analise laboratorial dos produtos fiscalizados;
- Necessidade de aporte de recursos humanos, financeiros, e de base física para a estruturação do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, após a divisão das áreas pecuária e agrícola.

2.3.2.12. Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal, garantindo também a sustentabilidade da atividade.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos produtos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das Boas Práticas de Fabricação - BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIP/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEFIP/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Fernanda Marcussi Tucci Coordenadora da CPAA/DFIP/SDA/MAPA
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Grayce Carvalho Kerber Chefe do SEFIP/SFA-MT

Produtos	Meta Física	
	Prevista	Realizada
Fiscalizações	154	129
Amostras colhidas para análise laboratorial	277	213

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Programado	Aplicado
Diárias	32.745,00	28.435,45
Material de Consumo	16.887,85	8.520,17
Passagens	3.000,00	3.745,92

Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	3.700,00	3.841,22
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Despesas colaborador eventual	2.000,00	0,00
Indenização	0,00	138,00
Outros	0,00	0,00
Total	58.332,85	44.680,76

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Produtos Destinados a Alimentação Animal (TC)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCOGM = (QAAC / QAAP) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QAAC = Quantidade Amostras analisados em Conformidade QAAP = Quantidade Amostras Analisadas no Período
Valores	CTF = R\$33.170,92 NFR = 129	NFP= 154 NFR= 129	QAAC = 204 QAAP = 207
Resultado	R\$ 257,00	84%	98,5 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações	Para o cálculo do custo total das fiscalizações foram deduzidos os valores aplicados em cursos, reuniões e outros eventos.		
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	Relatório Geral do SEFIP/SFA-MT

Foram previstas 154 fiscalizações para 2011, e realizadas 129, o que representa 84% da meta prevista. Do total de R\$58.332,85 previstos para o ano de 2011, foi aplicado R\$44.680,76 o que representa 77% do montante previsto. Nota-se que a quase totalidade das finanças empregadas em 2011 refere-se ao pagamento de diárias e material de consumo, gastos típicos das ações de fiscalização a campo.

Para o cálculo do Indicador de Eficiência, o valor total gasto em fiscalizações foi obtido contabilizando o aplicado em diárias pagas a servidores para execução de atividades de fiscalização

dentro do Estado de Mato Grosso - R\$20.672,31; Os valores gastos com suprimentos de combustíveis, material de expediente, material elétrico e eletrônico e de processamento de dados, manutenção de veículos - R\$8.520,17 e gastos com serviços de terceiros - R\$3.979,22, totalizando o montante de R\$33.171,70. Excluiu-se o aplicado em diárias e passagens aéreas pagas a servidores para participação em atividades extra fiscalização, tais como reuniões, cursos, e auditorias externas.

O custo da fiscalização no exercício de 2011 ficou determinado em R\$257,00. Foi obtido através da divisão do valor gasto em fiscalizações, pelo número de fiscalizações realizadas (R\$33.170,92/129).

Comparando-se os custos de cada fiscalização no exercício de 2011 - R\$257,00, em relação aos de 2010 - R\$254,00, conclui-se que os gastos estão equilibrados nos dois últimos anos, evidenciando que o planejamento e o cumprimento das ações foram bem executados, a despeito das dificuldades apresentadas em 2011. Destacam-se aí as grandes distâncias a serem percorridas pelos técnicos para realização das fiscalizações, frente à vasta dimensão territorial do estado, que em sua extensão equivale a um território maior do que os dos estados de SP, RJ, ES e os três estados da Região Sul do país, PR, SC, e RS, somados. Também, contou como entrave ao desempenho das atividades programadas as limitações para o empenho de diárias e para locomoção impostas através do Decreto 7.446. É importante salientar que as programações não cumpridas no período são sobrepostas nos meses subjacentes ocasionando o acúmulo de fiscalização em detrimento das ações de escritório, tais como atendimento aos clientes, análise de processos de registros de estabelecimentos e de produtos e análises dos processos administrativos de autos de infração, que se encontram com considerável atraso nas emissões de pareceres e relatórios, haja vista permanecerem em tramitação processos administrativos constituídos em 2009.

É importante observar que a implantação de Unidades Técnicas Regionais – UTRAS em municípios pólos de algumas regiões do estado poderia representar significativa redução dos custos de fiscalização, devido à menor necessidade de deslocamento.

Para o cálculo do Indicador de Eficácia verifica-se que o percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado atingiu o escore de 84%, índice considerando muito satisfatório, reflexo do detalhado planejamento das viagens, e da dedicação e o empenho dos fiscais que executam deslocamentos para localidades distantes de Cuiabá/MT, onde se busca sempre obter um melhor aproveitamento do recurso aplicado. Além disso, nas ocasiões em que havia necessidade de apuração de denúncia ou vistoria para liberação de registro, situações atendidas prioritariamente e imediatamente, outras empresas já registradas na mesma região eram também fiscalizadas, de maneira a otimizar a aplicação dos recursos.

Na avaliação do **Indicador de Efetividade**, calculado com base na conformidade das amostras laboratoriais analisadas no período, temos o índice de 98,5%, revelando, portanto, uma melhora do índice de efetividade em relação a 2010, de 96,4%.

As amostras dos produtos para análises são colhidas durante as fiscalizações realizadas e objetivam a averiguação de sua conformidade quanto aos níveis de garantia, e possíveis substâncias contaminantes. Durante o exercício de 2011 foram colhidas 213 amostras e destas, 207 já foram analisadas pelo LANAGRO, sendo que 204 apresentaram resultado dentro do padrão, ou seja, atenderam aos níveis de garantia sob os quais estão registrados ou não continham substâncias contaminantes nos testes microbiológicos e/ou microscópicos, conforme o objetivo da análise realizada. Apenas três amostras colhidas para análise de conformidade apresentaram resultados FORA DO PADRÃO, ou não conforme e, dentre as amostras colhidas para análise de microscopia ou microbiologia, (100%) apresentaram resultado NEGATIVO.

Como resultado das ações de fiscalização tem-se verificado, de maneira geral, melhorias nas condições higiênico-sanitárias e tecnológicas das indústrias, em grande parte devido à exigência de implantação das Boas Práticas de Fabricação, o que tem refletido na melhora do Índice de Conformidade (98,5%). Nesse sentido, é importante ressaltar que todos os estabelecimentos registrados em atividade no estado entregaram seu Manual de Boas Práticas de Fabricação, e que após revisto o critério sobre implantação das BPF, consideramos que 31% dos

estabelecimentos registrados e ativos do estado têm BPF implantadas. Se correlacionarmos este percentual com o volume produzido por estes estabelecimentos, podemos aferir que uma grande parte dos produtos destinados à alimentação fabricados no estado são produzidos com BPF, uma vez que os estabelecimento que respondem por maiores volumes de produção são, via de regra, os mais avançados em relação à implementação das BPF.

Há que se destacar o decréscimo do número de apreensões e de lavratura de autos infração em decorrência do trânsito de produtos irregulares oriundos de outros estados e remetidos via Correios. A atividade de fiscalização realizada junto à Secretaria Estadual de Fazenda do Mato Grosso- SEFAZ-MT, no posto de distribuição dos Correios do município de Várzea Grande teve início em Janeiro de 2010, com considerável volume de produtos irregulares ingressando no Estado via remessas postais.

Quanto às irregularidades verificadas em 2011 constata-se que são relativas aos produtos que se apresentam, principalmente com a rotulagem em desacordo com o registro. Trata-se a quase totalidade, de suplementos minerais para mistura com recomendação de uso em desacordo com a informada no registro do produto, caracterizando engano e fraude ao consumidor. Em decorrência destas ações, ao longo do ano de 2011 foram lavrados 27 Termos de Apreensão, tendo sido apreendidos 40,07 toneladas de produtos destinados à alimentação animal.

Outro ponto a se destacar é adequação das empresas ao Decreto 6.296/2007. Dos 129 estabelecimentos registrados no estado 101 estão regulares, e embora o prazo para adequação tenha expirado em 2010, ainda restam 28 estabelecimentos em processo de adequação, pois entregaram parcialmente a documentação, ficando pendente a liberação da Licença de Operação expedida pela SEMA/MT. Há que se ressaltar a extrema dificuldade vivenciada pelos estabelecimentos na obtenção da Licença no Órgão Ambiental, o que se constitui como obstáculo para a regularização do registro do perante o MAPA.

As ações referentes ao ano de 2011 contaram com a participação de 3(três) Fiscais Federais Agropecuários, sendo que 2(dois) deles desempenharam atividades nos demais planos de trabalho do SEFIP - FISCGENE E FISPROVET. Na prática, o PI FISCINAN contou com 1 FFA com dedicação de 100% de seu tempo, e 2 fiscais que dedicavam aproximadamente 75% de seu tempo cada. O setor contou também com a colaboração de um administrativo, um estagiário e 1 agente de inspeção que desempenha funções administrativas e de apoio técnico aos FFA do setor.

O desempenho do PI em relação à consecução das metas estabelecidas pode ser considerado satisfatório, uma vez o Serviço acumula o déficit de fiscais desde julho de 2010, período que saiu o Fiscal Federal Agropecuário Diego Gedhine, e reduziu a força de trabalho em 25%. Todavia, a demanda de atividades do setor e o déficit de pessoal no Serviço comprometeram o planejamento e ocasionou o cancelamento do III Seminário “Qualidade na Alimentação e Nutrição Animal”, evento programado para ser realizado em novembro de 2011, e que visava à melhoria da qualidade dos produtos destinados à alimentação animal através da orientação e aproximação do serviço público junto ao segmento produtivo, utilizando-se de ferramenta menos agressiva e impactante do que a fiscalização tradicional.

Quando consideramos o volume e a complexidade das atividades exercidas pelo PI, frente à vasta extensão territorial do Estado – conforme anteriormente explicitado, e analisando o tempo despendido para o atendimento de todas as ações executadas na área, as quais aparecem listadas abaixo, fica evidente que o número de fiscais com o qual contamos, atualmente é insuficiente.

Quanto aos equipamentos disponíveis, o PI Fiscinan compartilha com os demais PI do SEFIP, 7(sete) microcomputadores fixos, 4(quatro) impressoras, 6(três) computadores portáteis, 3(três) impressoras portátil, 1(um) aparelho de GPS e 1(uma) máquina fotográfica. Outros equipamentos indispensáveis ao bom andamento das atividades do setor foram solicitados no POA.

O SEFIP, tem frota de veículos utilizados em conjunto com as demais ações do Serviço, sendo 1 caminhonete Mitsubishi L200 HPE ano 2009/2010, 1 caminhonete Ranger ano 2009/2009 e 1caminhonete S10 ano 2011. Pode-se afirmar que o número e condições dos veículos são satisfatórios.

Em relação às instalações físicas, destaca-se a necessidade de melhor acomodação dos funcionários do setor. Com o aumento constante da demanda, novos registros de empresas e a circulação cada vez maior de clientes e funcionários dentro da instituição, suas acomodações físicas apresentam-se pequenas e inadequadas, havendo a necessidade de ampliação de salas e número de móveis. O setor não dispõe de acomodação para receber clientes externos, capaz de oferecer a devida segurança e privacidade para o tratamento de assuntos de interesse da Administração e dos administrados, sem que haja a possibilidade de constrangimentos e acesso dos clientes a assuntos internos, dos quais não sejam interessados. Cabe ressaltar, também, que foi colocada a disposição do SEFIP a área para armazenamento e guarda dos produtos apreendidos. Entretanto, falta prover o mobiliário adequado para a acomodação e organização das mercadorias, de forma a manter a segurança, a fácil identificação e resgate das mercadorias, e preservar a integridade das embalagens e dos produtos.

Em síntese, podemos apontar como deficiências da área, as quais limitam o desempenho desta atividade no estado: O efetivo de FFA; A ausência Unidades Técnicas Regionais de Agricultura – UTRA's; A falta de padronização das ações e procedimentos entre os Estados frente às novas legislações publicadas, e por fim, as dificuldades relacionadas ao suporte tecnológico, principalmente no que se refere aos sistemas de informática para registros de estabelecimentos e de produtos, haja vista a existência de diferentes sistemas de registro de produtos e estabelecimentos no país, sem uma lista unificada e sem a possibilidade de acesso às informações de alguns estados.

Principais ações executadas durante o exercício:

Registro de novos Estabelecimentos Fabricantes, Fracionadores ou Importadores de produtos para alimentação animal:

Em 2011 foram realizadas 08 vistorias em estabelecimentos que solicitaram registro na área de alimentação animal, sendo que houve a concessão de 5 novos registros na área, totalizando 129 estabelecimentos registrados. Nas vistorias para concessão de novos registros os estabelecimentos são avaliados quanto ao atendimento condições estruturais para aplicação das Boas Práticas de Fabricação, na qual necessita obter uma pontuação mínima para liberação do registro. Nota-se que no exercício de 2011, 62,5% das empresas vistoriadas foram aprovadas.

Registro de novos produtos Suplementos e Ingredientes:

Foram concedidos 8 novos registros de produtos no ano de 2011, os quais passaram por análise minuciosa de seus dados e informações, visando atender às legislações específicas e garantir aos consumidores a oferta de produtos de qualidade. Destaca-se que o número de produtos registrados em 2011 está menor que em 2010, em face da atual legislação em vigência - IN 42/2010, que isenta de registro grande parte dos produtos destinados alimentação animal.

Fiscalizações a estabelecimentos fabricantes de produtos para alimentação animal:

No total 129(cento e vinte e nove) fiscalizações foram realizadas durante o exercício, assim contabilizadas: 8 para vistorias visando à concessão de novos registros; 83 fiscalizações em indústrias registradas como fabricantes de produtos destinados à alimentação animal, incluindo 1 investigação RASFF e 2 acompanhamentos de auditorias de missões internacionais em estabelecimentos exportadores de ingredientes; 9 fiscalizações de denúncias; 10 fiscalizações em agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; 14 fiscalizações de comércio clandestino; 1 investigação do PNCR e 4 Auditorias em BPF. Assim 64,34% das fábricas registradas em atividade no estado foram fiscalizadas no exercício de 2011.

Denúncias de estabelecimentos clandestinos:

Durante o ano de 2011 foram recebidas 9 denúncias de estabelecimentos que supostamente estariam operando sem registro. Deste montante, 6 foram confirmadas, e os estabelecimentos foram devidamente autuados. Neste tipo de ação se percebe grande dificuldade por parte da fiscalização, visto a alta periculosidade a que são submetidos os fiscais, já que, na maioria dos

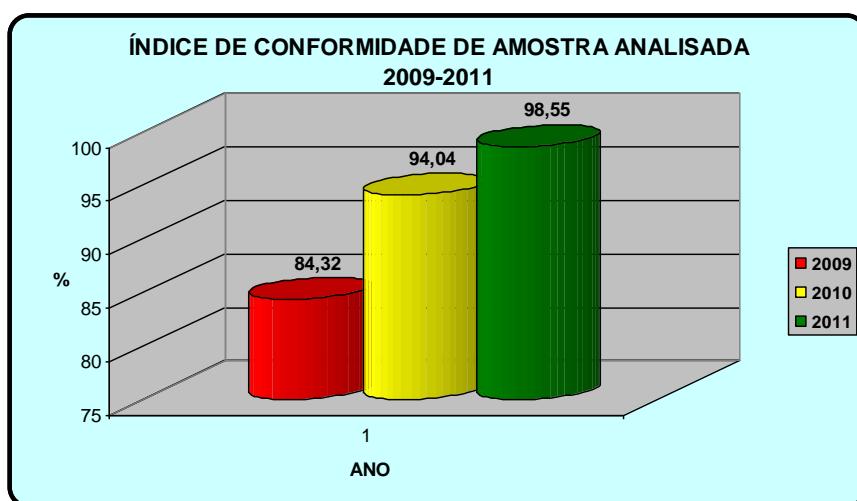
casos, trata-se de pessoas ou empresas inidôneas, utilizando o nome e até embalagens de empresas registradas para colocar no mercado produtos que causam prejuízos aos pecuaristas e sérios riscos à saúde e bem estar animal.

Colheitas e análises de produtos

Foram realizadas 213 colheitas de amostras, entre rações, suplementos, concentrados e ingredientes, incluídas aí as amostras colhidas em investigações do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC e para averiguação de denúncias.

O gráfico da figura V, detalha com mais precisão o comportamento desta taxa nos últimos 3 anos e mostra o percentual de conformidade dos produtos analisados entre os anos de 2009 e 2011. Nota-se uma evolução dos Índices de conformidade de 2009 a 2011, ressaltados no índice obtido em 2011 o qual atingiu 98,55%. O melhor resultado da série histórica 2005-2011 é reflexo das melhorias advindas da implementação dos programas de BPF, haja vista a melhoria das condições técnicas e higiênico-sanitárias dos estabelecimentos.

Figura V - Número de Produtos para Alimentação Animal Analisados e seu respectivo percentual de conformidade durante os anos de 2009 a 2011 no Estado de Mato Grosso.



Lavraturas de Autos de Infração

Durante o exercício de 2011 foram lavrados 37(trinta e sete) Autos de Infração, sendo que o principal motivo de suas lavraturas foi a constatação de produtos com rotulagem em desacordo com a legislação, e estabelecimentos que não adequaram os registros em relação ao decreto 6.296/2007 e Decreto 7.045/2009 dentro do prazo determinado na legislação vigente.

Participação em reuniões e conferências em 2011

- Capacitação quanto aos Procedimentos para a Relatoria de Processos Administrativos de Auto de Infração, curso promovido pela CPAA/DFIP para todos os fiscais que atuam na área de fiscalização de alimentos para animais;
- Treinamento em Procedimentos para Auditoria de BPF, com base na IN 04/2007.
- Reunião nacional da Coordenação de Fiscalização Produtos para Alimentação Animal, para discussão sobre procedimentos de fiscalização, avaliação do trabalho executado e o planejamento das ações para o decorrer do ano
- Reunião Anual do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários, tendo como pauta os procedimentos de fiscalização, avaliação e o planejamento das ações para o próximo ano.

2.3.2.13. Fiscalização de Produtos Veterinários - Fisprovet

Tipo		Atividade
Finalidade		Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição		Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas		CPV/DFIP/SDA/MAPA
Unidade Executora		SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução		SEFIP/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação		Cleber Taylor Melo Carneiro
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local		Grayce Carvalho Kerber - Fiscal Federal Agropecuário do SEFIP/DDA/SFA-MT

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações	123	59

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	0,00	999,40
Material de Consumo	6.375,60	1.233,99
Passagens	0,00	684,51
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	4.600,00	1.485,78
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	10.975,60	4.403,68

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização (TC)

Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCOGM = (1 - (AI / FR)) * 100$
Operadores:	$CTF = \text{Custo Total de Fiscalização (R\$)}$ $NFR = \text{Número de Fiscalizações Realizadas}$	$NFP = \text{Número de Fiscalizações Programadas}$ $NFR = \text{Número de Fiscalizações Realizadas}$	$AI = \text{Autos de infração Emitidos}$ $FR = \text{Fiscalizações Realizadas}$
Valores	$CTF = 2.719,77$ $NFR = 59$	$NFP = 123$ $NFR = 59$	$AI =$ $FR =$
Resultado	R\$ 46,00	48%	Não efetuado
Und. Medida:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações	Para o cálculo do custo total das fiscalizações foram deduzidos os valores de diárias e deslocamentos aplicados em cursos.		
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

Para o cálculo do Indicador de Eficiência, o valor total gasto em fiscalizações foi obtido contabilizando o aplicado em gastos com suprimentos de combustíveis, material de expediente, material de processamento de dados, manutenção de veículos e seguros, material de sinalização visual e correios e telecomunicações, totalizando o montante de R\$2.719,77. Excluiu-se o aplicado em diárias e passagem aéreas pagas a servidores para participação em atividades extra fiscalização – cursos. O custo da fiscalização no exercício de 2011 ficou determinado em R\$46,00. Foi obtido através da divisão do valor gasto em fiscalizações, pelo número de fiscalizações realizadas (2.719,77/59).

No cálculo do Indicador de Eficácia verifica-se que o percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado atingiu o escore de 48%. Há que se ressaltar que o estado de Mato Grosso não tem estabelecimentos fabricantes de produtos veterinários registrados e os estabelecimentos comerciantes (revendas) são fiscalizados pelo órgão de defesa do estado - INDEA, sob amparo de legislação própria. A meta de 123 fiscalizações programadas para 2011 foi calculada com base no número de fiscalizações executadas em 2010, onde cada remessa de produto apreendido em conjunto com a SEFAZ foi contada como 1(uma) fiscalização realizada. O índice alcançado em 2011 ao ser comparado com 2010 reflete um decréscimo no número de apreensões de produtos no trânsito interestadual, isto explicado pela impossibilidade de fiscalização junto aos correios com a mesma periodicidade semanal do ano anterior, quando contávamos com fiscal com dedicação exclusiva ao PI, e também com o apoio de fiscais do SIPOA e do SSA.

Quanto ao **Indicador de efetividade**, o mesmo não foi calculado face à especificidade das ações desenvolvidas. Contudo, consideramos plenamente efetiva as fiscalizações realizadas que culminou com a retirada de circulação de grande quantidade de produtos irregulares, coibindo o consumo de produtos capazes de causar prejuízos ao produtor e danos à saúde animal e humana. Também, foram desencadeadas ações educativas e disciplinares, com exposição aos produtores dos riscos e implicações negativas à economia e à saúde animal, decorrentes do comércio irregular realizado entre produtores e estabelecimentos clandestinos por meio de telefones e da internet.

Atividades desempenhadas

No exercício de 2011, o foco das fiscalizações voltou-se para a realização de diligências ao centro distribuidor do Serviço de Correios de Várzea Grande, onde, juntamente com a Secretaria de Fazenda foram realizadas 59 interceptações de remessas de produtos de uso veterinário em trânsito interestadual, gerando a apreensão de 528 frascos de produtos em desacordo com a legislação.

Visando apurar responsabilidades foram lavrados 19 Autos de infração. Foram emitidos 32 Termos de Notificação aos destinatários dos produtos apreendidos com divulgação sobre a importância do uso responsável de produtos veterinários. A todos foram encaminhadas cartilhas educativas. Encaminhados à Polícia Federal, objetivando instaurar processos investigativos para apurar em sua origem os responsáveis pela produção e o comércio clandestinos, 28 Termos de Apreensão, representativos de 28 remessas, totalizando a apreensão de 373 unidades de produtos veterinários, sendo a grande maioria de uso proibido.

Participação em reuniões e conferências em 2011

Capacitação de 1(um) fiscal quanto aos Procedimentos para a Relatoria de Processos Administrativos de Auto de Infração da área do PI Fisprovet, curso promovido pela CPAA/DFIP. O SEFIP manteve em 2011 a expectativa da definição dos procedimentos e do amparo legal, que respaldasse a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e a integralidade dos sistemas de fiscalização de insumos pecuários – SUASA. Após as reuniões realizadas em 2010 entre o SEFIP/DDA/SFA-MT, INDEA, DFIP/SDA/MAPA e a CONJUR/MAPA, foram feitas as tratativas no sentido de procurar o ajuste legal para desenvolver a atividade de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, culminando com o formal requerimento de adesão requerido pelo INDEA, sendo constituído o processo MAPA 21024.3581/2010-13.

A equivalência dos Serviços de fiscalização de produtos veterinários e a adesão do INDEA ao SUASA passaram a serem avaliados em instância central e superior do MAPA. Até o momento, as atividades de fiscalização/supervisão/monitoramento ou auditorias nos estabelecimentos que comercializam produtos veterinários ou das ações executadas pelo INDEA, permanecem suspensas no aguardo das decisões a serem tomadas entre o MAPA e o INDEA.

Condições físicas e Quadro de pessoal

O SEFIP/MT compartilha os equipamentos disponíveis ao Serviço com os demais PI Fiscinan e Fiscgene são 7(sete) microcomputadores fixos, 4(quatro) impressoras, 6(três) computadores portáteis, 3(três) impressoras portátil, 1(um) aparelho de GPS e 1(uma) máquina fotográfica. Outros equipamentos indispensáveis ao bom andamento das atividades do setor foram solicitados no POA. A frota de veículos é utilizada em conjunto com as demais ações do Serviço, sendo 1 caminhonete Mitsubishi L200 HPE ano 2009/2010, 1 caminhonete Ranger ano 2009/2009 e 1 caminhonete S10 ano 2011. Pode-se afirmar que o número e condições dos veículos são satisfatórios.

Em relação às instalações físicas, destaca-se a necessidade de melhor acomodação dos funcionários do setor e dos arquivos. Com o aumento constante da demanda de serviços e a circulação cada vez maior de clientes e funcionários dentro da instituição, suas acomodações físicas apresentam-se pequenas e inadequadas, havendo a necessidade de ampliação de salas e número de móveis. O setor não dispõe de acomodação para receber clientes externos, capaz de oferecer a devida segurança e privacidade para o tratamento de assuntos de interesse da Administração e dos administrados, sem que haja a possibilidade de constrangimentos e acesso dos clientes a assuntos internos, dos quais não sejam interessados. Cabe ressaltar, também, que foi colocada a disposição do SEFIP a área para armazenamento e guarda dos produtos apreendidos. Entretanto, falta prover o mobiliário adequado para a acomodação e organização das mercadorias, de forma a manter a segurança, a fácil identificação e resgate das mercadorias, e preservar a integridade das embalagens e dos produtos.

Quanto ao quadro pessoal salientamos que a deficiência na área é crítica, pois não existe nenhum fiscal com dedicação exclusiva ao PI. Destacamos que as atividades de fiscalização no exercício de 2010 foram realizadas através de forças tarefas semanais, mediante a concentração de esforços que envolveram fiscais e administrativos de outras áreas da SFA-MT. Em 2011, não contamos com esta força de trabalho uma vez que este grupo se dedicou as atividades inerentes as suas áreas.

As limitações operacionais e gerenciais que se apresentaram se restringiram a:

- Falta de aporte de recursos humanos e de estruturação da base física do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários. Em face de carência de fiscais atuando no PI FISPROVET a realização das ações fica condicionada a disponibilidade de fiscais de outras áreas e de outros Serviços;
- A área destinada ao depósito e armazenagem dos produtos veterinários apreendidos, se apresenta sem as condições necessárias de boa organização para a fácil identificação dos lotes apreendidos.
- A morosidade na tramitação dos processos administrativos de auto de infração e a falta de julgamento prorrogam a inutilização dos produtos mantidos em instalações provisórias, sem espaço para acomodação de outras remessas apreendidas. Cabe salientar que dos 218 Processos de Autos de Infração constituídos em 2010 e 2011 e encaminhados para os domicílios dos autuados, nenhum está tramitado em julgado e com definição quanto ao destino dos produtos.
- Ausência de definição do processo MAPA 21024.3581/2010-13, de Adesão do INDEA ao SUASA.

2.3.2.14. Fiscalização de Sementes e Mudas - FISCALSEM1

Tip	Atividade
Finalidade	Oferecer materiais de multiplicação e reprodução vegetal de qualidade para os produtores rurais, garantindo suas conformidades com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética estabelecidos pela legislação
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste na execução dos seguintes processos: 1) Inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM de produtor, beneficiador, reembalador e armazenador de sementes e mudas; 2) credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM de certificador, laboratório, amostrador e responsável técnico de sementes e mudas; 3) Inscrição de campos de produção de sementes e mudas; 4) Fiscalização da produção e utilização de sementes e mudas; 5) inspeção dos campos de produção sementes e mudas; 6) auditoria das empresas certificadoras de sementes e mudas; 7) apreciação e relatoria de processos administrativos de Autos de Infração; 8) Atendimento de clientes externos; 9) apuração de denúncias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudas – CSM/DFIA/SDA/MAPA
Unidade Executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	José Neumar Francelino
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFIA/DDA/SFA-MT José Silvino Moreira Filho – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações realizadas em estabelecimentos	186	221

Fiscalizações realizadas em campos de produção de sementes	14	0
Coleta de amostras de sementes e mudas	646	597
Suspensão da comercialização de sementes	0	16
Total	846	834

Despesas	Financeiro		
	Previstas	Realizadas	Realizadas com fiscalização
Diárias	72.139,50	51.536,42	36.803,20
Diárias Colaborador Eventual	0,00	8.588,10	8.588,10
Material de Consumo	42.122,50	46.567,23	11.785,20
Passagens	27.200,00	23.425,81	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	74.100,00	67.827,73	0,00
Material Permanente	158.000,00	0,00	0,00
Total	373.562,00	197.945,29	57.176,50

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Variação do custo unitário da fiscalização em relação ao ano anterior	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de sementes (TC)
Fórmula de Cálculo	Custo unitário anual realizado da fiscalização = Recursos gastos (R\$) / N.º de fiscalizações Eficiência = [(Custo unitário da fiscalização do ano anterior / Custo unitário fiscalização do ano de referência) x 100]	PFR = (NFR / NFP) x 100	TC=(QAC / QAP) x 100
Operadores	Custo total da fiscalização (CTF) Número total de fiscalizações realizadas (NFR) Custo unitário realizado da fiscalização (CR) Recursos gastos (R\$) N.º de fiscalizações realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QAC = Quantidade de sementes e mudas Amostradas analisadas em Conformidade (toneladas) QAP = Quantidade de sementes e mudas Amostradas analisadas no Período (toneladas)
Valores	2010 CTF 2010 = 54.610,59 NFR = 244 CR 2010 = R\$ 223,81 2011 CTF 2011 = 57.176,50 NFR = 221 CR 2011 = R\$ 258,72 Eficiência = [(CR 2011) / (CR 2010) – 1] x 100)] Eficiência = [(R\$258,72) / (R\$223,81) – 1] x 100)]	NFP= 846 NFR= 834	QAC = 9.933,70 QAP = 10.094,18

Resultado	15,60	98,58	98,41
Un. Medida	Percentagem (%)	Percentagem (%)	Percentagem (%)
Fonte:	SIAFI Gerencial SIPLAN SEOF/SFA/MT SEFIA/DDA/SFA/MT	SIPLAN SEFIA/DDA/SFA-MT	SEFIA/DDA/SFA-MT

Observa-se que no exercício 2011 a meta física foi atingida quase que integralmente, ficando em 98,58%, apesar do volume de sementes coletadas ter sido inferior ao programado em virtude da dificuldade de encontrar nos estabelecimentos produtores sementes analisadas e aprovadas por ocasião das fiscalizações.

Verifica-se que o custo unitário da fiscalização sofreu uma elevação de 15,60%, o que é justificável em razão do aumento do preço dos combustíveis e do atendimento de denúncias a usuários de sementes, cujas propriedades estão localizadas a grandes distâncias da Superintendência, exigindo deslocamentos mais longos, somados à dificuldade de localização dos denunciados.

A respeito das metas financeiras, foi utilizado um total de R\$197.945,29 para o desenvolvimento das atividades durante 2011. Desse total, R\$57.176,50 representaram os gastos com deslocamento dos fiscais federais agropecuários para fiscalização dentro do Estado de Mato Grosso. O restante foi aplicado em diárias para realização de treinamentos, participação em reuniões e eventos nacionais, além do custeio de materiais de consumo, telefone, Correios e serviços de manutenção de veículos.

Constata-se que a disponibilização dos recursos pelo Órgão Central ficou aquém do programado pelo SEFIA/DDA/SFA-MT, principalmente em virtude do contingenciamento de recursos destinados à aquisição de materiais permanentes, previstos no Plano Operativo de 2011.

O indicador de Efetividade, representado pela Taxa de Conformidade de Sementes e Mudas (TC), alcançou o índice de 98,41%, o que evidencia o resultado positivo das ações da fiscalização federal, refletindo na boa qualidade das sementes ofertadas pelos produtores do Estado de Mato Grosso.

Em 2011, foram mantidas as fiscalizações com parcerias do Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (INDEA/MT).

Cumpre registrar que a criação de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs, atualmente inexistentes, em locais geograficamente estratégicos, apresenta-se como medida capaz de melhorar a atuação da fiscalização e possibilitar que o SEFIA/DDA/SFA-MT se mostre mais presente em todo o Estado de Mato Grosso. Além disso, um maior número de Fiscais Federais Agropecuários torna-se extremamente necessário, haja vista o aumento da demanda de serviços em função do ritmo de desenvolvimento do setor agropecuário estadual. Destaca-se, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento/desburocratização da legislação.

Conclui-se que o SEFIA/DDA/SFA-MT, na área de sementes e mudas, tem melhorado sua gestão, mantendo padrão de atendimento ao público, finalização de processos administrativos e atendimento as denúncias, o que refletiu na melhoria da qualidade dos produtos e serviços colocados à disposição dos consumidores.

2.3.2.15. Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes procedimentos: 1) Registro de estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação, exportação e comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 4) apreciação e relatoria de processos administrativos de Autos de Infração; 5) atendimento de clientes externos; 6) apuração de denúncias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA/MAPA
Unidade Executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Hideraldo José Coelho
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFIA/DDA/SFA-MT Raquel Mortari Gimenes – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnica

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização em estabelecimentos	93	88
Fiscalização em produtos	257	101
TOTAL	350	189

Despesas	Financeiro (R\$)		
	Previstas	Realizadas	Realizadas com fiscalização
Diárias	57.009,45	20.324,81	16.022,20
Material de Consumo	9.900,00	8.962,77	4.968,47
Passagem aérea	11.000,00	7.402,18	0,00
Serviço de Terceiros	1.750,00	878,00	0,00
Total	79.659,45	37.567,76	20.990,67

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Variação do custo unitário da fiscalização em relação ao ano anterior	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2011 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Índice de conformidade (IC) de fertilizantes minerais simples, de fertilizantes minerais mistos, de fertilizantes líquidos e corretivos agrícolas.
Fórmula de Cálculo	Custo unitário anual realizado da fiscalização = Recursos gastos (R\$) / N.º de fiscalizações Eficiência = [(Custo unitário da fiscalização do ano anterior / Custo unitário fiscalização do ano de referência) x 100]	Eficácia = [(Número de fiscalizações realizadas / Número de fiscalizações programadas) x 100]	<u>Fertilizante Mineral Simples:</u> IC = (VFSC / VFSA) x 100 <u>Fertilizante Mineral Misto:</u> IC = (VFMC / VFMA) x 100 <u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> IC = (VFLC / VFLA) x 100 <u>Corretivo Agrícola:</u> IC = (VCC / VCA) x 100
Operadores	Custo total da fiscalização (CTF)	Número de fiscalizações	<u>Fertilizante Mineral</u>

	<p>Número total de fiscalizações realizadas (NFR)</p> <p>Custo unitário realizado da fiscalização (CR)</p> <p>Recursos gastos (R\$)</p> <p>N.º de fiscalizações realizadas</p>	<p>programadas</p> <p>Número de fiscalizações realizadas</p>	<p><u>Simples:</u> Volume (t) de fertilizante mineral simples amostrado no ano de 2011 (VFSA) Volume (t) de fertilizante mineral simples conforme* no ano de 2011 (VFSC)</p> <p><u>Fertilizante Mineral Misto:</u> Volume (t) de fertilizante mineral misto amostrado no ano de 2011 (VFMA) Volume (t) de fertilizante mineral misto conforme* no ano de 2011 (VFM)</p> <p><u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido amostrado no ano de 2011 (VFLA) Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido conforme* no ano de 2011 (VFLC)</p> <p><u>Corretivo Agrícola:</u> Volume (t) de corretivo agrícola amostrado no ano de 2011 (VCA) Volume (t) de corretivo agrícola conforme* no ano de 2011 (VCC)</p>
	<p>2010 CTF 2010 = 43.366,62 NFR = 316 CR 2010 = R\$ 137,23</p> <p>2011 CTF 2011 = 20.990,67 NFR = 88 CR 2011 = R\$ 238,53</p> <p>Eficiência = $[(CR\ 2011) / (CR\ 2010) - 1] \times 100$</p> <p>Eficiência = $[(R\\$238,53 / R\\$137,23) - 1] \times 100$</p>	<p>Número de fiscalizações programadas = 350</p> <p>Número de fiscalizações realizadas = 189</p>	<p><u>Fertilizante Mineral Simples:</u> VFSA = 1.480 t VFSC = 440 t</p> <p><u>Fertilizante Mineral Misto:</u> VFMA = 4.922,64 t VFM = 4.722,64 t</p> <p><u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> VFLA = 26.815,00 l VFLC = 25.415,00 l</p> <p><u>Corretivo Agrícola:</u> VCA = 125,980,00 t VCC = 120.780,00 t</p>
Valores	73,82	54,00	<p><u>Fertilizante Mineral Simples:</u> IC = 30 %</p> <p><u>Fertilizante Mineral Misto:</u> IC = 96 %</p>
Resultado			

			<u>Fertilizante Mineral</u> <u>Líquido:</u> IC = 95 % <u>Corretivo Agrícola:</u> IC = 96 %
Un. Medida	R\$/fiscalização	Porcentagem (%)	Porcentagem (%)
Fonte:	SIAFI Gerencial SIPLAN SEOF/SFA-MT SEFIA/DDA/SFA-MT	SIPLAN SEFIA/DDA/SFA-MT	SEFIA/DDA/SFA-MT

Observa-se que a eficácia atingida para a ação no ano de 2011 foi de 54%. Tal fato pode ser justificado pela remoção para outro Estado de 1 (um) Fiscal Federal Agropecuário com dedicação exclusiva e que atuava como Responsável Técnico da área de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI). Além disso, não foi possível a realização de uma ação concentrada de fiscalização em propriedades rurais, prevista no Plano Operativo de 2011, com o objetivo de coleta de amostras de fertilizantes.

Para o desenvolvimento da referida ação, seria imprescindível o apoio da Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA/MAPA, com a disponibilização de Fiscais Federais Agropecuários de outros Estados, o que não foi possível, sobretudo em razão da publicação do Decreto n.º 7.446/2011, que limitou o uso de 40 diárias por servidor no ano, inviabilizando o deslocamento de servidores de outros Estados para apoiar a ação.

Apesar da baixa eficácia das atividades, se for desconsiderada a programação de fiscalização em produtos, prejudicada pelos eventos relatados acima, a eficácia sobe para 95%, ou seja, das 93 fiscalizações programadas em estabelecimentos, 88 foram realizadas.

A tabela referente à programação e à execução física inclui as fiscalizações realizadas nos estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais e nas propriedades rurais, somadas ao número total de amostras coletadas de fertilizantes e corretivos.

Já para o cálculo da eficiência foi considerado apenas o número de estabelecimentos fiscalizados, ou seja, 88, mesma metodologia empregada para o cálculo do custo de cada fiscalização no ano de 2010, tendo sido revelado um aumento do custo unitário da fiscalização em 2011, em comparação ao observado em 2010, passando de R\$ 137,23 para R\$ 238,53.

Ocorre que em 2010, a ação concentrada de fiscalização em propriedades rurais resultou em um número expressivo de fiscalizações, notadamente em produtos, com a otimização das despesas de deslocamento, o que refletiu na queda do custo unitário da fiscalização, de R\$ 216,57 em 2009 para R\$ 137,23 em 2010. Isso se deve ao fato de que em um dia normal de trabalho é possível fiscalizar mais propriedades rurais do que estabelecimentos. No entanto, conforme relatado acima, em 2011 não foi possível realizar a ação concentrada de fiscalização em propriedades rurais, levando o custo unitário da fiscalização a valores mais elevados.

Resultado positivo pode ser observado na elevação dos índices de efetividade (conformidade) para a maioria dos produtos amostrados, com destaque para o Fertilizante Mineral Misto e o Fertilizante Mineral Líquido, que passaram de 88% e 87% em 2010, para 96% e 95%, respectivamente, em 2011. Já o índice de conformidade para o Fertilizante Mineral Simples baixou para 30%; no entanto, foram coletadas apenas 3 amostras, não podendo esse índice ser considerado representativo da qualidade do produto.

Salienta-se que, para a obtenção de melhores resultados nessa ação, faz-se necessário suprimir fatores limitantes como o insuficiente efetivo de fiscal disponível, a ausência de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs, a carência de treinamentos em áreas específicas e correlatas ao trabalho como, por exemplo, tecnologia de fabricação de fertilizantes, procedimentos de auditoria e a carência de adequado suporte tecnológico, no que se refere a programas e sistemas de informática.

2.3.2.16. Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agronômica; 2) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas de pesquisa e do trânsito internacional; 3) fiscalização das empresas formuladoras, manipuladoras, fabricantes, importadoras e exportadoras de agrotóxicos; 4) apreciação e relatoria de processos administrativos de Autos de Infração; 5) Atendimento de clientes externos; 6) apuração de denúncias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA/DFIA/SDA/MAPA
Unidade Executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Eduardo Pacifici Rangel
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFIA/DDA/SFA-MT Julio Cesar Alves de Lima – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização de estabelecimento produtor / importador	15	14
Fiscalização de estabelecimento de pesquisa	10	10
Fiscalização de produtos (agrotóxicos)	22	30
Fiscalização de pesquisas com agrotóxicos	10	18
Coleta de amostras de agrotóxicos	12	0
Total	69	72

Despesas	Financeiro (R\$)		
	Previstas	Realizadas	Realizadas com fiscalização
Diárias	32.667,12	10.991,02	6.679,62
Diárias Colaborador Eventual	60.500,00	41.003,00	41.003,00
Material de Consumo	16.650,00	4.941,00	2.412,51
Passagem aérea	26.500,00	12.334,32	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	1.100,00	20,00	20,00
Total	137.417,12	69.289,34	50.115,13

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Variação do custo unitário da fiscalização em relação ao ano anterior	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2011 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Índice de conformidade de produtos fiscalizados (ICPF).
Fórmula de Cálculo	Custo unitário anual realizado da fiscalização = Recursos gastos (R\$) / N.º de fiscalizações	PFR = (NFR / NFP) x 100	ICPF = (PFC / PF) x 100

	Eficiência = [(Custo unitário da fiscalização do ano anterior / Custo unitário fiscalização do ano de referência) x 100]		
Operadores	Custo total da fiscalização (CTF) Número total de fiscalizações realizadas (NFR) Custo unitário realizado da fiscalização (CR) Recursos gastos (R\$) N.º de fiscalizações realizadas	Número de fiscalizações realizadas no ano de 2011 Número de fiscalizações programadas para o ano de 2011 = NFP	Produtos Fiscalizados no ano de 2011 = (PF) Produtos Fiscalizados Conforme no ano de 2011 = (PFC)
Valores	2010 CTF 2010 = 13.783,31 NFR = 35 CUF 2010 = R\$ 393,80 2011 CTF 2011 = 9.112,13 NFR = 34 CR 2011 = 268,00 Eficiência = [(CR 2011) / (CR 2010) - 1) x 100)] Eficiência = [(R\$268,00 / R\$393,80) - 1) x 100)]	NFP = 69 NFR = 72	PF = 48 PFC = 18
Resultado	-31,95	104,35	37,50
Un. Medida	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Fonte:	SIAFI Gerencial SIPLAN SEO/FSA-MT SEFIA/DDA/SFA-MT	SIPLAN SEFIA/DDA/SFA-MT	SEFIA/DDA/SFA-MT

Verifica-se que as metas físicas previstas para o ano de 2011 foram integralmente atendidas, refletindo numa eficácia de 104,35%, já que foram realizadas 72 fiscalizações das 69 previstas no Plano Operativo Anual.

Com relação à eficiência, observou-se uma diminuição do custo unitário da fiscalização da ordem de 31,95%, que passou de R\$393,80 em 2010 para R\$342,37 em 2011, o que se deve ao aperfeiçoamento do planejamento e da estratégia de fiscalização.

A Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA/DFIA/SDA/MAPA estipulou como meta física para o Estado de Mato Grosso um total de 30 (trinta) fiscalizações para serem realizadas no exercício de 2011, mas foram programadas 69 ações considerando-se as inspeções, fiscalizações e vistorias.

Como em 2010, no exercício de 2011 foram realizadas fiscalizações conjuntas com equipes de diferentes órgãos que integraram as fiscalizações de agrotóxicos e afins, como o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA/MT, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/MT, Polícia Federal e IBAMA/MT, alcançando bons resultados.

O objetivo para o próximo ano é aumentar o número de fiscalizações de produtos e a realização das coletas de agrotóxicos para aferição da qualidade, ação essa que não foi possível de

realizar em 2011 em razão da indisponibilidade no Estado de empresas aptas a realizarem o transporte das amostras de agrotóxicos até o laboratório licitado pelo MAPA, com sede no Estado de São Paulo.

Considerações

Para o desenvolvimento das ações de fiscalização o SEFIA/SFA-MT dispõe, além do Chefe do Serviço, de uma equipe de apenas 09 (nove) Fiscais Federais Agropecuários, distribuídos conforme a Tabela V, abaixo:

Tabela V – Fiscais Federais Agropecuários lotados no SEFIA/SFA-MT.

Área de Atuação	Número de FFAs
Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	2
Sementes e Mudas	6
Agrotóxicos e Afins	1
TOTAL	09

Apóiam as atividades administrativas 05 (cinco) assistentes administrativos, sendo 03 (três) do quadro de servidores do MAPA e 02 (dois) cedidos por outras instituições.

Além do reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários, a extensão territorial do Estado, aliada à inexistência de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs representam obstáculos ao desenvolvimento da fiscalização de insumos agrícolas no Estado de Mato Grosso.

Com relação à extensão territorial, em particular, salientamos que o Estado de Mato Grosso conta com 141 municípios distribuídos em um território de 903.386,10 Km², podendo ser colocado dentro do seu mapa os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e toda região Sul do Brasil, conforme demonstrado na Tabela VI.

Tabela VI – Comparativo da extensão territorial dos estados (em Km²).

Estados	Extensão km ²
MT	906.806
RS	282.062
SP	248.808
PR	199.709
SC	95.442
ES	46.184
RJ	43.909
TOTAL	906.806
	729.494

No que se refere às condições estruturais do SEFIA/SFA-MT, cumpre registrar que no ano de 2011 foi realizada a reestruturação do Serviço, com reforma e ampliação de suas dependências.

Com a reestruturação, o Serviço passou a contar com melhores condições de atendimento aos seus clientes internos e externos, maior segurança documental e patrimonial, maior conforto aos servidores e adequadas condições de acessibilidade aos portadores de deficiência.

Apesar do reduzido quadro de Fiscais Federais Agropecuários, a determinação dos servidores, o foco na gestão de resultados – em alinhamento com o Plano de Gestão Estratégica do MAPA –, o aperfeiçoamento do planejamento e das estratégias de fiscalização utilizadas têm permitido o alcance de metas quali-quantitativas satisfatórias.

O planejamento das ações a serem realizadas no ano de 2011, a exemplo dos anos anteriores, envolveu a elaboração de planos operativos em todas as áreas, estabelecendo-se metas físicas e financeiras bem definidas e compatíveis com a disponibilidade do quadro de pessoal. Entretanto, em todas as áreas foram priorizadas as atividades relativas ao atendimento de denúncias, que vem sofrendo um gradual incremento nos últimos anos.

O acompanhamento das metas físicas ocorreu através de relatórios mensais de atividades e do sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, o acompanhamento envolveu dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

2.3.2.17. Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL2

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação, no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população
Descrição	Vigilância e controle zoosanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral do VIGIAGRO - Brasília
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	VIGIAGRO/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcos de Barros Valadão
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Donizeti Pereira de Mesquita

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	20	28

Elementos de Despesa	Financeiro*	
	Provisão Recebidas	Realizadas
Diárias	0	0
Material de Consumo	0	0
Passagem aérea	0	0
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0	0
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	0	0
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Representativo das fiscalizações realizadas no exercício e número de termo de ocorrência emitido

	Área Animal	
	Importação	Exportação
Nº Partidas Inspecionadas*	0	28
Nº Termos de ocorrência	0	1
Nº Ocorrências sanitárias**	0	0

Para analise dos indicadores, consideraremos os resultados físicos da ação FISCANIMAL2, entretanto, não apresentaremos o indicador da eficiência, haja vista que nas fiscalizações realizadas não foram utilizados recursos financeiros

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização na Importação/Exportação (TC)
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TC = (1 - (TO / FR)) * 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações	TO = Termo de Ocorrência FR = Fiscalizações Realizadas

	Realizadas	
Valores	NFP= 20 NFR= 28	TO=1 FR = 28
Resultado	140 %	96,42 %
Und. Medida:	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações		
Fonte:	SIPLAN/SSA	SIPLAN/VIGIAGRO

EFETIVIDADE: visa identificar a relação entre as ocorrências detectadas nas importações e exportações com o total de fiscalizações realizadas. Em 2011 a meta era atingir até 95%, dentro do prisma de que, quanto maior melhor. O valor alcançado de 96,42% ficou dentro do índice esperado. **EFICÁCIA:** visa mostrar a abrangência da cobertura da vigilância internacional animal por meio das fiscalizações realizadas no trânsito internacional de animais e subprodutos de origem animal.

Como não é possível prever o quantitativo de animais/produtos de origem animal que serão importados ou exportados num determinado período, estimou-se para o ano de 2011 que realizaria 20 (vinte) fiscalizações, entretanto, durante o exercício foram feitas 28 (vinte e oito) fiscalizações, 8 (oito) além das previstas, representando um acréscimo de 40%.

No ano de 2011, as fiscalizações foram realizadas por um FFA do SSA que está acumulando a responsabilidade do PI-FISCANIMAL2, as seguintes atividades:

- 01 (Uma) emissão de Autorização de Importação para 1 (uma) Chinchila, procedente do Japão e a Interface com o Serviço de Saúde Animal - SSA na viabilização dessa importação;
- Anuênciaria em LI no SISCOMEX, para importação de produtos de origem animal para alimentação animais de companhia (cães e gatos), procedentes da Alemanha, em Abril e Agosto;
- Anuênciaria em LI no SISCOMEX, para reimportação de produtos de origem animal (Carnes) em: Abril, Junho, Julho e Novembro;
- Foram realizadas 26 (vinte e seis) fiscalizações com vistas a exportação acobertadas com Certificado Zoossanitário Internacional – CZI, para animais de companhia (Cães e gatos), que foram destinados aos países: Argentina, Bolívia, Chile, Canadá, França, Itália, EUA, Paraguai, Portugal, Paraguai e Espanha, assim como 01 (uma) fiscalização de 2.000 (Duas mil) unidades de peles de jacaré com vistas a exportação para a Bolívia e 1 (uma) fiscalização de 532 (quinhentos e trinta e duas) amostras de soros bovinos e equinos para pesquisa, com destino à Itália, acobertadas com CSI – Certificado Sanitário Internacional, totalizando 28 fiscalizações.

2.3.2.18. Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país e Aduanas do Interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral do VIGIAGRO - Brasília
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcos de Barros Valadão
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Alzira Araujo Menezes Catunda

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	711	905

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	20.142,50	16.407,59
Material de Consumo	16.310,43	16.343,76
Passagem aérea	7.800,00	6.607,82
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	11.153,94	10.993,36
Equipamentos e Material Permanente	0,00	
Total	55.406,87	50.352,53

Analise dos indicadores FISCPLANTA2

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização na Importação/Exportação (TC)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TC=(1-(AI / FR)) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 50.352,53 NFR = 905	NFP= 711 NFR= 905	AI = 0 FR = 905
Resultado	R\$ 55,63	127,28 %	100 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

INDICADORES DE DESEMPENHO GESTÃO ESTRATÉGICA

PI	Type	Fórmula	UVAGRO-Cáceres	UVAGRO-Cuiabá	VIGIAGRO-MT	
FISCAPLANTA2	Efetividade	Termos de Ocorrências / Fiscalizações realizadas x 100	= 0 / 317 * 100 0,00	= 1 / 604 * 100 0,16	= 1 / 921 * 100	0,10
FISCAPLANTA2	Eficácia na Exportação	1 – (Notificações recebidas / Certificados emitidos) x 100	= 0-(0 / 06) *100 0,0	=1-(0/13 *100 0,13	=1-(0 / 13) *100	0,13
FISCAPLANTA2	Eficácia na Importação	Fisc. Realizada + Total bagagens / DIs + Pass. desembarcados	= (311 + 0) / (311 + 0) 1,0	= (591 + 0) / (591 + 0) 1,00	= (921 + 0) / (921 + 0) 1,00	

Representam o Índice de Cobertura da Vigilância Internacional Vegetal.

EFETIVIDADE: Visa identificar a relação entre as ocorrências detectadas nas importações e exportações com o total de fiscalizações realizadas.

Em 2011, a meta era atingir até 5%. O valor alcançado 1,00%.

EFICÁCIA: Visa mostrar a abrangência da cobertura da vigilância internacional vegetal por meio das fiscalizações realizadas no trânsito internacional de mercadorias, passageiros e embalagens de madeira.

IMPORTAÇÃO: Em 2011 a meta era 100% como meta. Aqui quanto maior é melhor. O valor alcançado foi superior a meta, indicando uma excelente cobertura da Fiscalização Federal Agropecuária no trânsito internacional.

EXPORTAÇÃO: Em 2011 a meta era 100% como limite mínimo. Aqui quanto maior é melhor. O valor alcançado (100%) foi idêntico, indicando uma boa cobertura da Fiscalização Federal Agropecuária no trânsito internacional.

Recursos Humanos

Categoria	UVAGRO-Cáceres	UVAGRO-Cuiabá
Fiscal Federal Agropecuário – Engenheiro Agrônomo	1	1
Fiscal Federal Agropecuário – Méd. Veterinário	1*	1*
Administrativo	0	0
Estagiário	0	0

*FFAs lotados em outros Serviços e que atendem por demanda as unidades.

Resultados operacionais/produtos por UVAGRO

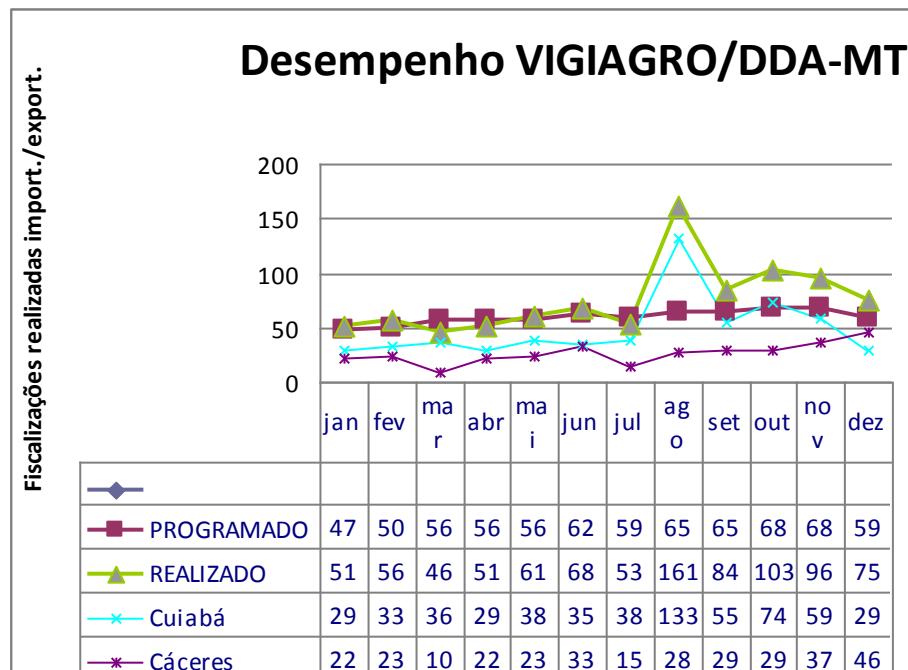
UVAGRO CÁCERES

ATIVIDADE	Nº PROCESSOS	CERT. FITO	PESO (TON)	TOTAL U\$	TOTAL GERAL – U\$
1) EXPORTAÇÕES					
• MILHO/GRANEL	06	06		115.224,54	115.224,54
• AGROTOXICOS	00	-			
• TOTAL	06	06		115.224,54	115.224,54
2) IMPORTAÇÕES					
• MADEIRAS	285	-		255.100,82	255.100,82
• FEIJÃO	-	-			
• ULEXITA	26	-		138.686,60	138.686,60
• TOTAL	311	-			
				393.787,42	393.787,42
3) EMB. MADEIRA/EXPO	-	-	-	-	-
• TOTAL	-	-	-	-	-
4) DIs REGISTRADAS	317				
RFB/CÁCERES-MT					
5) Lis DEFERIDAS	311				
UVAGRO/CÁCERES					
OBS- DIFERENÇA DIs/Lis	REGISTRO DE DI EM OUTRA PRAÇA - EX: MADEIRA SERRADA (MARINGÁ) E ULEXITA				
	NÃO EXISTEM REGISTROS DE CONTROLE DE PASSAGEIROS INGRESSANDO POR CORIXA				

UVAGRO CUIABÁ

ATIVIDADE	Nº PROCESSOS	CERT. FITO	CERT. ZOOS.	T.O SANITÁRIA	PESO (TON)	TOTAL U\$
1) EXPORTAÇÕES - VEGETAL						
• MILHO/SC. 60 kg	-	-	-	-	-	-
• FEIJÃO/SC. 60 kg	-	-	-	-	-	-
• MADEIRA/SERRADA	-	-	-	-	-	-
• SEMENTES (SOJA)	02	02	-	-	1,6	Pesquisas
TOTAL	02		-	-	1,6	-
2) EXPORTAÇÃO - ANIMAL						
• JACARÉ/PELE	02	-	02	-	8,5	12.341,00
• ANIMAIS COMPANHIA (CÃES E GATOS)	09	-	09	-	-	-
TOTAL	11	-	11	-	-	12.341,00-
3) IMPORTAÇÃO – VEGETAL						
• AGROTÓXICOS	72	-	-	-	3,45	7.225.544,41
• FERTILIZANTES	05	-	-	-	6,92	3.127.485,12
• FLOCOS DE QUINUA	13	-	-	-	63,00	187.856,45
• PROTEÍNA TEXT. SOJA	07	-	-	-	84,3	203.549,17
• EMBALAGEM MADEIRA	480	-	-	01		
TOTAL	590	-	-	01		10.756.776,15
4) IMPORTAÇÃO – ANIMAL						
• ANIMAIS DE COMPANHIA (CÃES E GATOS)	01	-	-	-	-	-

Planejamento operacional x execução total por unidade



Obs: O PI FISCANIMAL2 não teve programação física para o ano de 2011

COMENTÁRIOS:

Os resultados operacionais alcançados foram da ordem de 127,8 %, sendo 27,8% superior ao programado para o ano de 2011. O bom desempenho foi ocasionado pelas ações das missões governamentais com o objetivo de abrir novos mercados internacionais para os produtos brasileiros, bem como pela oferta de produtos originários da China e Índia, a preços atraentes aos importadores brasileiros, os acréscimos das importações também foram incrementadas pela desoneração fiscal. Registra-se que pela UVAGRO CUIABÁ o maior movimento continua sendo as fiscalizações sobre embalagens e suportes de madeira, ocorrendo um acréscimo na movimentação da importação de agrotóxicos, destinados a cultura da soja, com o advento da instalação de escritório de representação da BASF na cidade de Cuiabá-MT, Os produtos de origem animal, continuam com as exportações pelo recinto alfandegado do Aeroporto, sinalizando que possivelmente essa seja uma atividade importante para os próximos anos. Constitui-se como um grande entrave nas importações e exportações do Estado, a dificuldade da logística de movimentação na chegada e partida de cargas conteinezas, o que vem onerando a atividade. Ressaltamos aqui que o nosso trabalho ocorre por demanda, que por sua vez depende de vários fatores, sendo o principal o desempenho da economia global.

Não houve nenhuma notificação de introdução de pragas via mercadorias importadas/exportadas via Mato Grosso, demonstrando a importância da fiscalização do MAPA.

Os resultados financeiros foram 55,63% inferiores ao ano anterior. Neste ano não houve aquisição de materiais permanentes.

Para realizar as atividades de fiscalização, a Divisão de Defesa Agropecuária -DDA/SFA-MT e suas unidades operativas UVAGRO-CÁCERES e UVAGRO-EADI CUIABÁ dispõe de dois Fiscais Federais Agropecuários lotados no serviço (um em Cáceres e um em Cuiabá,), sendo que alguns colegas pertencentes a outras áreas prestam auxílio quando necessário. Na atividade de apoio, contamos com um administrativo. As UVAGROS da SFA-MT necessitam de equipamentos modernos (computadores e impressoras multifuncional) necessários para o desempenho das atividades e agilidade no processamento das informações.

2.3.2.19. Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI / SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Reuniões/Palestras	07	24
Fiscalizações de Convênios	06	06

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas R\$	Realizadas R\$
Diárias	15.300,00	3.573,72
Material de Consumo	6.400,00	2.106,40
Passagem aérea		
Serviço de Terceiros Pessoa Física		
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	1.300,00	1.296,62
Equipamentos e Material Permanente		
Total	23.000,00	6.976,74

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Participação Realizada (CPR)	Percentual de Participações Realizadas em relação ao Programado (PPR)	
Fórmula de Cálculo	$CPR = CTP / NPR$	$PPR = (NPR / NPP) * 100$	
Operadores:	$CTP = \text{Custo Total de Participação (R\$)}$ $NPR = \text{Número de Participações Realizadas}$	$NPP = \text{Número de Participações Programadas}$ $NPR = \text{Número de Participações Realizadas}$	
Valores	$CTP = \text{R\$ 6.976,74}$ $NPR = 30$	$NPP = 13$ $NPR = 30$	
Resultado	R\$ 232,56	230,76%	
Und. Medida:	R\$ / Participação	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial	Relatórios Mensais DPDAG/SFA/MT	

Frente à realidade desafiadora de melhorar a condição socioeconômica de quase a totalidade dos médios e pequenos produtores agropecuários do Estado de Mato Grosso, que segundo informação da EMPAER-MT são em torno de 50.000 tradicionais e 90.000 assentados, em 2011 aumentou-se o relacionamento institucional com os órgãos federais e estaduais ligados ao setor agropecuário, com as prefeituras municipais e entidades privadas sem fins lucrativos, com o

objetivo de motivá-los a buscar meios de acessar os benefícios dos programas do MAPA, principalmente o de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.

Em abril, foi realizada reunião na sede da SFA/MT, coordenada pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, com a participação dos seguintes órgãos: SFA/MT, Embrapa Agrossilvipastoril, CEPLAC, CONAB, MPA, DFA/MT, INCRA/MT, IBAMA, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF, EMPAER-MT, Associação Matogrossense dos Municípios – AMM e OCB-MT. A pauta da reunião foi discutir a participação dos órgãos em projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado. Houve participação em diversas reuniões na SEDRAF para auxiliar na elaboração dos projetos que poderiam enquadrar nos programas do MAPA e que culminou com a inserção de diversas propostas no Sistema de Convênios – SICONV. De todo esse trabalho, apenas a proposta SICONV nº 75880/2011 efetivou-se em convênio, com valor de repasse de R\$ 225.000,00 e R\$ 25.000,00 de contrapartida, com objetivo de capacitar representantes da rede pública e privada de Assistência Técnica e Extensão Rural para atuarem nas cadeias produtivas da Fruticultura, Horticultura, Mandiicultura e Apicultura.

Quanto aos convênios já firmados, para atender a solicitação da SDC houve fiscalização das obras do convênio nº 084/2002, firmado com o Sindicato Rural de Campo Novo dos Parecis, houve o acompanhamento da execução das atividades do convênio nº 755830/2011, firmado com o Sindicato Rural de Cuiabá, cujo objetivo foi auxiliar na realização da 47ª EXPOAGRO – Exposição Agropecuária e Industrial de Cuiabá e a execução das metas do convênio nº 748441/2010, firmado com a Fundação de Amparo a Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso – FUNDAPER, cujo objetivo é a Recuperação de Pastagens Degradadas com vistas à melhoria da Produção e Produtividade do Rebanho Leiteiro do Estado de Mato Grosso. Dentre todos os convênios que foram acompanhados, a partir de 2007, ano de lotação no antigo SEPDAG, este convênio MAPA/FUNDAPER merece destaque de modelo a ser seguido para as outras propostas de convênios.

O bom resultado alcançado fundamenta-se na participação colegiada de diversos órgãos desde a construção da proposta, o acompanhamento da execução e avaliação das atividades, que no caso específico há um grupo gestor formado por representantes da SEDRAF, SFA/MT, EMPAER, SENAR/MT, Embrapa Agrossilvipastoril e OCB/MT. A meta principal é a capacitação de técnicos multiplicadores que atuam na assistência técnica e extensão rural, que sob a coordenação dos pesquisadores Embrapa Agrossilvipastoril, obteve-se participação média de oitenta pessoas nos quatro módulos dos cursos ministrados, sendo 70% do quadro da EMPAER, 10% das cooperativas, 10% do SENAR e 10% das Secretarias Municipais de Agricultura.

Outras atividades que dispensaram razoável tempo da equipe desta divisão foram às participações nas reuniões das câmaras técnicas vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, do Trigo, de Biodigestores, de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Também integramos o Comitê Gestor Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos, coordenado pela CONAB/MT e participamos do grupo Gestor Estadual da Fruticultura.

2.3.2.20. Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e

	avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL - SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Willian Silva Chanca
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Contratos Fiscalizados	21	22

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 6.400,00	R\$ 4.062,50
Material de Consumo	R\$ 4.800,00	R\$ 1.919,39
Passagem aérea	-----	-----
Serviço de Terceiros Pessoa Física	-----	185,86
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 1.600,00	R\$ 160,78
Equipamentos e Material Permanente	-----	-----
Total	R\$ 12.800,00	R\$ 6.328,53

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	
Operadores:	CFR = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	
Valores	CTF = 6.328,53 NFR = 22	NFP = 21 NFR = 22	
Resultado	R\$ 287,66	104,76 %	

Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial	Relatório dos Planos Internos – DPDAG/SFA/MT	

De acordo com a Constituição Federal, a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Os recursos dos Contratos de Repasses são provenientes das Emendas Parlamentares aprovadas no Orçamento Geral da União (OGU), sendo esses recursos repassados para Prefeituras Municipais e/ou Secretaria de Agricultura do Estado. Vale salientar que esses recursos não são de iniciativa da SFA/MT.

Cabe a SFA/MT analisar o Plano de Trabalho apresentado pela Proponente e verificar sua adequação junto ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, tendo esse programa três ações previstas no Plano Plurianual do Governo Federal: 1 – Apoio aos Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário; 2 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário; 3 – Energização Rural. Cuja normatização foi implementada a partir da publicação da Portaria MAPA nº 1.232/2008.

Em 2011, recebemos, analisamos e aprovamos 60 propostas de Emendas parlamentares, das quais apenas 09 foram empenhadas, conforme quadro exposto abaixo. A quantidade de emendas empenhadas depende do recurso disponível no orçamento do MAPA para as mesmas e da regularidade de documentação e adimplênciados municípios recebedores.

Ao DPDAG cabe, ainda, a fiscalização do cumprimento da ação proposta no Plano de Trabalho e do objetivo dela decorrentes, inclusive quanto ao atendimento dos beneficiários previstos, conforme Plano de trabalho aprovado pelas SFA's – Superintendências Federais de Agricultura, e da continuidade do programa. Essa Fiscalização é feita por amostragem e essa amostragem é determinada tanto por coordenação específica em Brasília quanto pelo DPDAG/SFA/MT, tendo esse último o critério de aproveitamento de recursos unindo ações de outros PIs à fiscalização de contratos de repasse naqueles municípios de atuação.

No último ano, foi realizada fiscalizações em 15 municípios: Alto Paraguai, Santo Afonso, Diamantino, Nova Marilândia, Várzea Grande, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Barra do Bugres, Jangada, Novo Mundo, Dom Aquino, Matupá, Peixoto de Azevedo, Guarantã e Nova Olímpia, totalizando 23 contratos de repasse fiscalizados.

Tabela VII - Emendas aprovadas e empenhadas em MT no ano de 2011

Tomador/Município Beneficiado	CNPJ	Valor Repasse	Programa: PRODESA	Objeto
LUCAS DO RIO VERDE/MT	24772246000140	146.250,00	PRODESA PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	Aquisição trator agrícola e implementos de pequeno porte.
TAPURAH/MT	24772253000141	507.975,00	PRODESA	Aquisição de patrulha mecanizada.
POCONE/MT	03162872000144	487.500,00	PRODESA	Aquisição de Patrulha Mecanizada: CAMINHÃO O KM TRUCK

GUARANTA DO NORTE/MT	03239019000183	292.500,00	PRODESA	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA : TRATOR E IMPLEM.
ALTO PARAGUAI/MT	03648532000128	146.250,00	PRODESA	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA : TRATOR E IMPLEM.
POCONE/MT	03162872000144	487.500,00	PRODESA	Aquisição de Patrulha Mecanizada: CAMINHÃO CAÇAMBA E CAMINHÃO COMBOIO
VERA/MT	00179531000193	487.500,00	PRODESA	Aquisição de Patrulha Mecanizada: Escavadeira Hidráulica
PORTE ESPERIDIAO/MT	03238904000148	485.769,38	PRODESA	Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Porto Esperidiao-MT
NOVA MONTE VERDE/MT	37465556000163	146.250,00	PRODESA	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA : TRATOR E IMPLEM.
TOTAL		3.187.494,38		

2.3.2.21. Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS / SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Dias
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Unidade Controlada	187	71
Palestras	10	04

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 1.530,00	R\$ 1.327,20
Material de Consumo	R\$ 140,00	R\$ 140,00
Passagem aérea	R\$ 730,00	R\$ 467,46
Serviço de Terceiros Pessoa Física	-	
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	-	
Equipamentos e Material Permanente	-	
Total	R\$ 2.400,00	R\$ 1.934,66

Atributo	Indicadores	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Palestra Realizada (CPR)	Percentual de Palestras Realizadas em relação ao Programado (PPR)	
Fórmula de Cálculo	CPR = CPR/NPR 1.934,66 / 75	PPR = NPR/PPR*100 (75 / 187) * 100	
Operadores:	CPR = Custo Total da palestra NPR = Número de Palestras Realizadas	NPP = Número de Palestras Programadas NPR = Número de Palestras Realizadas	
Valores	CTP = 1.934,66 NPR = 75	NPP = 187 NPR = 75	
Resultado	R\$ 25,79/ATIVIDADE	40,10%	
Unid. Medida:	R\$/unidade controlada	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	

As ações realizadas no PI CERTORGAN1 não são contempladas pelo produto previsto. São realizadas diversas ações, mas apenas o Cadastro dos Organismos de Controle Social é contabilizado como produto.

Foi desenvolvido um trabalho de divulgação da Instrução Normativa nº 19 sobre Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica e orientação dos Técnicos e Produtores sobre a organização e cadastramento das Organizações de Controle Social, por meio de palestras em eventos do setor, por meio de reuniões com técnicos de determinadas regiões e reuniões com Grupos de produtores Orgânicos interessados em se regularizar como OCS. Principalmente sobre os prazos estabelecidos pelo Decreto 6.323 e quais os caminhos para a regularização dos produtores e entidades certificadoras. Foram ministradas palestras nos seguintes locais: Universidade de Cuiabá- UNIC, Universidade Federal do Mato Grosso, Sebrae Mato Grosso, APECOL- Associação dos Produtores Ecológicos do Vale do São Lourenço.

Apesar do esforço para alcançar as pessoas envolvidas na Cadeia Produtiva Orgânica, foram realizados apenas 05 cadastros de Organização de Controle Social e nenhum pedido de credenciamento de Certificadora ou de Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. As Organizações de Controle Social cadastradas foram: Associação dos Produtores Orgânicos de Alta Floresta – ASPOAF, Grupo de Produtores Orgânicos de Itaúba, Grupo de Produção Orgânica Boa Esperança-Alta Floresta, Grupo Modelo-Alta Floresta, Grupo de Produção Orgânica de Matupá. Num total de 13 produtores.

Fica impossibilitado o planejamento das ações deste PI, porque o produto (Unidade Controlada) é executado mediante demanda dos produtores e Técnicos para a realização dos cadastros das OCS's. O produto físico previsto corrigido para essa ação está baseado no previsto pela Coordenação Nacional de Agroecologia. O produto físico inicial é uma estimativa, baseada na realidade do Mato Grosso.

Consideramos, para efeito de produto, as unidades controladas que são membros de OCS's e as palestras de orientação realizadas para os grupos.

2.3.2.22. Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico - DESENORG

Descrição	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pela regulamentação nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos;

	materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Dias
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Pessoa Beneficiada	1.100	135

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 960,00	R\$ 0,00
Material de Consumo	R\$ 6.829,00	R\$ 6.829,00
Passagem aérea	-----	-----
Serviço de Terceiros Pessoa Física	-----	-----
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 2.398,06	R\$ 2.397,14
Equipamentos e Material Permanente	-----	-----
Total	R\$ 10.187,06	R\$ 9.226,14

Atributo	Indicadores	Eficácia	Efetividade
	Eficiência		
Indicador	Custo de uma Pessoa Beneficiada (CPB)	Percentual de Pessoas Beneficiadas em relação ao Programado (PPB)	
Fórmula de Cálculo	CPB = CTPB / NPB CPB= 9.226,14/135	PPB = (NPB / NPP) * 100 PPB= (135 / 1.100) x 100	
Operadores:	CTPB = Custo Total de Pessoa Beneficiada (R\$) NPB = Número de Pessoas Beneficiadas	NPB = Número de Pessoas Beneficiadas NPB = Número de Pessoas Beneficiadas	
Valores	CTPB = 9.226,14 NPB = 135	NPBP = 1.100 NPBR= 135	
Resultado	R\$ 68, 3417/pessoa benefic.	12,27%	
Unid. Medida:	R\$ / pessoa beneficiada	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial		

Foi dada continuidade na ação de distribuição das sementes de adubos verdes remanescentes de 2010, do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, nos

Municípios de Jaciara, Santo Antonio do Leverger, São Félix do Araguaia, Nova Xavantina, Campo Verde e Nova Mutum, Rondonópolis, Cuiabá, Sinop e Várzea Grande.

Realizada visita técnica de acompanhamento do Grupo de Estudos em Agroecologia do IFMT-Serra de São Vicente contemplado com recursos deste Ministério, para execução de seus experimentos. A execução das metas do Projeto apresentado pelo grupo está em andamento, porém com algum atraso por conta dos recursos. A Coordenadora do Grupo recebeu aviso de que deveria pagar somente as bolsas dos alunos e suspender temporariamente os gastos com material.

Reunião com Associação APECOL do Município de Jaciara participante do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, para recebimento dos Termos de Compromisso dos Agricultores que receberam sementes e informações sobre o plantio e germinação das sementes, já estavam armazenadas por um longo período e entrega das cartilhas para os produtores.

O produto físico previsto para essa ação está baseado no previsto pela Coordenação Nacional de Agroecologia. O produto físico corrigido é uma estimativa, baseada na realidade do MT e também na orientação de que o produto (pessoa beneficiada) deve ter comprovação.

2.3.2.23. Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DMAA/DIEL/SDC/MAPA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe da DPDAG/SFA/MT

Produtos	Física		
	Previstas	Corrigido	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	117	40	32

Elementos de Despesa	Financeiro		
	Previsto Inicial	Previsto Corrigido	Realizado
Diárias	23.302,52	6.018,00	4.429,24
Material de Consumo	11.550,00	2.397,87	2.396,98
Passagens	2.000,00	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	2.400,00	1.192,50	1.192,50

Equipamentos e Material Permanente	98.500,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Total	137.752,52	9.608,37	8.018,72

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo Unitário da Fiscalização Realizada (CFR) no ano de 2011	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade apresentada pelas empresas, quando da Fiscalização.
Fórmula de Cálculo	$CFR_{2011} = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCOGM = (1 - (AI / FR)) * 100$
Operadores:			
CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$)	NFP = Número de Fiscalizações Programadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas	
NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFR = Número de Fiscalizações Realizadas		
CTF = 8.018,72 NFR = 32	NFP = 40 NFR = 32	AI = 9 FR = 32	
R\$ 250,58	80%	71,87 %	
R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)	
SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	Controles internos da DPDAG/SFA/MT	

A finalidade da fiscalização é assegurar a adequada qualidade dos serviços da aviação agrícola, objetivando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e sustentabilidade ambiental, como também a diminuição dos custos de produção, proporcionando ainda que as aplicações dos produtos, quando necessários, sejam realizadas em épocas oportunas.

As fiscalizações são realizadas nas empresas, pessoas físicas e jurídicas, registradas no Ministério da Agricultura, que incluem a exploração da Aviação Agrícola em seus objetivos, ou a realizar em consonância com os interesses de sua exploração agropecuária, bem como a campo quando das aplicações dos produtos. Essas empresas são formadas pelas categorias: Empresas de Aviação Agrícola (Prestadoras de Serviços); Empresa Rural (Agropecuárias), Cooperativas, Agricultor Proprietário de aeronave agrícola, Órgãos Públicos e Entidades de Ensino.

No presente exercício, contamos com um universo de 119 empresas/agricultores registrados na atividade, distribuídos conforme a tabela abaixo e com uma frota de 270 aeronaves agrícolas.

Tabela VIII - Empresas/agricultores registrados no Estado de Mato Grosso, na área de aviação agrícola

Categorias	Quantidade
-------------------	-------------------

Empresa de Aviação Agrícola	43
Empresa Rural	09
Agricultor Proprietário Aeronave Agrícola	67
TOTAL	119

No que tange à área trabalhada com aviação agrícola no estado de Mato Grosso, a compilação dos dados apresentados pelos fiscalizados resultou em um acréscimo de aproximadamente 19% em relação ao ano de 2010, estando mais próxima àquela declarada em 2009, como ilustra a Tabela abaixo. Esse resultado provavelmente deve-se ao aumento do número de aeronaves cadastradas no estado (de 259 em 2010 para 270 em 2011), acompanhado da redução da ociosidade da frota, tendo em vista que a área média trabalhada por aeronave em 2011 foi 14% superior a do ano anterior, atingindo 21.549,62 ha/aeronave.

Tabela IX - Evolução da área (ha) trabalhada com aviação agrícola no Estado de Mato Grosso

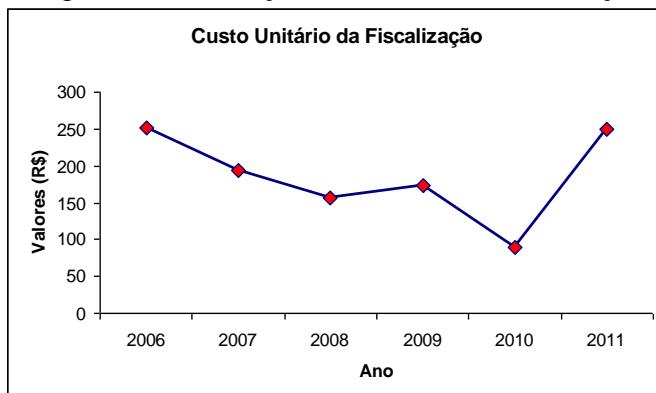
ANO	2000	2001	2002	2003	2004
Total	2.217.275	2.484.531	2.931.651	2.705.567	3.377.642
ANO	2005	2006	2007	2008	2009
Total	3.642.475	3.324.816	3.339.011	4.257.525	5.781.835
ANO	2010	2011			
Total	4.896.746	5.818.398			

Adicionalmente, há que se destacar a maior participação da cultura do algodão na área trabalhada com avião agrícola em 2011, que saltou de 1.383.419 ha em 2009 para 2.384.522 ha em 2010, possivelmente impulsionada pelo cenário de recordes em área plantada e produção dessa cultura no Mato Grosso, chegando aos 724.943 ha plantados em 2011 (incremento de 103%) conforme Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária – IMEA.

No presente exercício, foram efetuadas 32 fiscalizações a empresas ou produtores proprietários de aeronaves agrícolas no estado de Mato Grosso, das quais 09 apresentaram irregularidades que resultaram em Auto de Infração, convergindo para uma Efetividade de 71,87%. A maior parte das infrações era referente a pátios de descontaminação em desconformidade com as normas de trabalho vigentes estabelecidas na Instrução Normativa nº 02/2008. Em consequência foram arrecadados em multa R\$ 12.803,36. Foram atendidas 02 denúncias de possível deriva.

O cumprimento da meta física proposta para o ano de 2011 ficou comprometido, refletindo uma redução do Indicador Eficácia. Com a publicação da Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010, que aprova o novo Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a fiscalização das atividades aeroagrícolas nos estados tornou-se responsabilidade da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), que, no estado do Mato Grosso, não possui em seu quadro, Fiscais Federais Agropecuários - Engenheiros Agrônomos com o curso de Coordenador em Aviação Agrícola. Além disso, a fiscal que assumiu a responsabilidade pelo setor de Aviação Agrícola entrou de licença maternidade em abril. Diante dessa situação, para realizar as fiscalizações era necessário o acompanhamento de fiscais do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA, coordenadores em Aviação Agrícola, requerendo a adequação das ações fiscais à programação das atividades desse outro setor. A publicação Decreto nº 7.446, de 1º de Março de 2011, que restringiu o número de diárias por servidor, constituiu também outro fator limitante às ações fiscais. Isso influenciou o indicador de Eficiência, já que eram necessárias diárias também para os fiscais do SEFIA que auxiliaram nas ações da Aviação Agrícola, refletindo um aumento expressivo no Custo Unitário da Fiscalização Realizada em relação ao ano anterior, de R\$ 89,41 para R\$ 250,58, como ilustra a figura abaixo:

Figura VI - Evolução dos custos de fiscalização



(Fonte: DPDAG/SFA-MT).

Mediante o exposto, o serviço da Aviação Agrícola concentrou-se principalmente nas atividades de escritório, efetuando alterações de registros, análises de novos registros, tabulação de dados dos Relatórios Mensais encaminhados, análises e concessões de autorizações para prestação de serviços aeroagrícolas no estado, além de intimações para que empresas se regularizem junto ao MAPA por meio do registro de suas atividades.

Como consequências das fiscalizações foram registradas 06 (seis) novas empresas/produtores proprietários de avião agrícola, que passaram a executar suas atividades obedecendo às normas de trabalho, garantindo a segurança humana e a sustentabilidade ambiental; e ocorrendo o cancelamento do registro de 04 empresas que não desenvolviam mais a atividade.

O fiscal federal agropecuário Ubiratã Figueiredo ministrou no mês de março palestra sobre a aviação agrícola, cujo público alvo foram técnicos do Indea – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.

Com referência aos cursos de Técnicos Executores em Aviação Agrícola, realizados por empresas com delegação de competência do MAPA, e sob sua fiscalização, houve a formação de 91 novos profissionais para atuarem no mercado de trabalho.

Houve o relacionamento institucional com Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA/MT para a definição do licenciamento ambiental das estruturas físicas dos pátios de descontaminação de aeronaves agrícolas.

Diante disso, nota-se que o desempenho no período foi abaixo do esperado, tendo em vista as limitações citadas acima e considerando os resultados de eficácia obtidos. Almeja-se que as empresas sejam fiscalizadas no mínimo uma vez ao ano, tendo em vista a especificidade da atividade desenvolvida e os riscos expostos à população, bens e meio ambiente. Entretanto, para este fim, urge a contratação de mais recursos humanos (Fiscais Federais Agropecuários), além da estruturação do setor com treinamentos, curso de coordenadores em aviação agrícola, equipamentos e veículos.

2.3.2.24. Qualidade de Insumos Agropecuários - FISCALPEC

Tipo	Fiscalização
Finalidade	Fiscalizar a conformidade dos serviços prestados ao setor pecuário.
Descrição	Avaliação da conformidade do conjunto de elementos que caracterizam os controles técnicos dos serviços consignados. Auditagens técnico-fiscais e operacionais realizadas nas organizações autorizadas a prestarem serviços pecuários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos;

	provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias; competições turfísticas; promoções hípicas; classificação de animais de abate e suas carcaças; classificação de couros, peles e casulos; fiscalização do bem estar animal e da prestação de serviços das atividades delegadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária – CPIP / CGSPR / DEPROS / SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Kleber Villela
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	14	14

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 2.500,00	R\$ 1.831,74
Material de Consumo		
Passagem aérea	R\$ 1.850,00	R\$ 1.592,58
Serviço de Terceiros Pessoa Física		
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica		
Equipamentos e Material Permanente		
Total	R\$ 4.350,00	R\$ 3.424,32

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	
Operadores:	CFR = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	

Valores	CTF = 3.424,32 NFR = 14	NFP = 14 NFR = 14	
Resultado	R\$ 244,59	100%	
Und. Medida.:	244,59 / Fiscalização	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial	Relatório dos Planos Internos – DPDAG/SFA/MT	

Foram emitidos Certificados Zootécnicos para 13 touros, das raças NELORE, NELORE MOCHO E BRAHMAN. Foi fiscalizada 01 Associação de Raça – Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pantaneiro, localizada no Município de Poconé/MT.

2.3.2.25. Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas – ORGMANEJO2

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente vinculados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras e matérias primas, aumentar as disponibilidades hídricas em termos qualitativos e quantitativos, bem como promover o aumento da produtividade agropecuária.
Descrição	Fomento a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária, para a otimização do uso da água, a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade territorial de planejamento. Capacitação, a realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e pilotos, produção e difusão de material técnico e instrucional. <ul style="list-style-type: none"> - Identificar e estratificar os resíduos e dejetos oriundos do setor agropecuário com potencial econômico de aproveitamento; - Identificar tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização racional de resíduos e dejetos no setor agropecuário; - Realizar ou apoiar campanhas, mostras, exposições, cursos e outros eventos que tratem sobre o manejo e uso racional de resíduos e dejetos do setor agropecuário; - Articular com outras instituições do setor público e privado, em nível nacional, regional e local, para a promoção e desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento de resíduos e dejetos do setor agropecuário; - Articulação para criação e implementação de instrumentos que viabilizem economicamente a adoção dessas técnicas, no sentido de estimular o setor a participar do mercado de créditos de carbono no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, constituindo-se em mais uma alternativa de renda ao produtor, além dos benefícios relativos ao meio ambiente.

	- Estímulo ao setor produtivo agropecuário a adotar técnicas que permitam a agregação de valor aos atuais resíduos e dejetos de seus processos produtivos, bem como promover a diminuição dos impactos ambientais negativos gerados pelo uso e manejo inadequados dos mesmos, bem como reduzir os custos de produção.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos – CMSP-CGDS-DEPROS-SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	Elvison Nunes Ramos
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Pessoas Beneficiadas	232	232

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas R\$	Realizadas R\$
Diárias	2.671,65	1.103,16
Material de Consumo	3.607,60	3.607,31
Passagem aérea	4.600,00	2.635,48
Serviço de Terceiros Pessoa Física	6.261,10	6.261,10
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	157,50	157,50
Equipamentos e Material Permanente		
Total	17.297,85	13.764,55

Atributo	Indicador
	Eficiência
Indicador	Custo de uma Participação (CP)
Fórmula de Cálculo	$CP = CTP / NPB$
Operadores:	CTP = Custo Total de Participação (R\$) NPB = Número de Pessoas Beneficiadas
Valores	CTP = 13.764,55 NPB = 232

Resultado	R\$ 59,33
Und. Medida:	R\$ / Participação
Observações	
Fonte:	SIAFI Gerencial

O Governo Federal instituiu o **Plano ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono**, com o intuito de aliar eficiência na produção de alimentos e bioenergia com redução das emissões dos gases de efeito estufa, contribuindo com a consecução dos compromissos assumidos voluntariamente pelo Brasil na COP-15 - 15ª Conferência das Partes, realizada pela UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em razão da criação do Grupo de Trabalho do Plano ABC no MAPA, através da publicação da Portaria nº 652 de 02 de agosto de 2011, as atividades do PI ORGMANEJO2 concentraram-se nas ações deste plano.

As atividades do Plano ABC em Mato Grosso tiveram início em março de 2011, com a formação do Grupo Gestor, para coordenar as primeiras ações no Estado. Em junho foi realizado o Seminário de Sensibilização e Difusão do Plano ABC em Mato Grosso, com 123 participantes, e que teve por objetivo levar a conhecimento das lideranças do meio rural, político e governamental a proposta do Plano ABC. Em agosto, tivemos a participação de instrutores no Curso de nivelamento do Plano ABC em Brasília, com foco na harmonização do conteúdo e a metodologia dos treinamentos do Plano ABC.

Em setembro, de 12 a 14, foi realizada a Oficina para Elaboração do Plano Estadual da Agricultura de Baixo Carbono. Esta oficina contou com ampla participação com representantes do setor governamental federal e estadual, universidades, instituições de pesquisa, setor produtivo, agricultura familiar e organizações não-governamentais. O resultado desta oficina foi o Plano Estadual do ABC, que estabelece objetivos, metas e ações necessárias para cada uma das tecnologias que compõem o Plano ABC. Seguindo às orientações da coordenação nacional do Plano ABC, foi encaminhada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar e ao Governo do Estado a proposta do **Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono** para ser avaliada e formalizada como política pública do Governo do Estado.

Por fim, em novembro, tivemos o Curso de Capacitação de Multiplicadores do ABC, realizado em Cuiabá, que deu início ao processo de capacitação nas tecnologias e que contou com a presença de 63 técnicos de todo o Estado.

Como se pode notar, a meta física foi cumprida integralmente. Isso porque ainda não havia programação das atividades do Plano ABC, sendo este também o motivo que inviabilizou a utilização do indicador de Eficácia. Para a o cálculo do Indicador de Eficiência, foram contabilizados como número de Pessoas Beneficiadas apenas os participantes dos eventos que demandaram recursos financeiros: Curso de Capacitação de Multiplicadores do ABC; Seminário de Sensibilização e Difusão do Plano ABC em Mato Grosso e Oficina para Elaboração do Plano Estadual da Agricultura de Baixo Carbono.

O Estado de Mato Grosso, por sua importância no agronegócio brasileiro, pode dar uma expressiva contribuição para o alcance das metas estabelecidas no Plano ABC, sendo que as ações executadas propiciarião ainda o aprimoramento técnico da produção rural e o aumento da sustentabilidade das propriedades. Para tanto, esperamos continuar no ano de 2012 a realizar capacitações e eventos de divulgação do Plano ABC.

2.3.2.26. Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTCGAS

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura,

	Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGAS
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DAD/SFA-MT
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	JOSENICE A. T. SIQUEIRA

Produto	Realizado
Diárias processadas em toda a SFA	1.180
Diárias solicitadas em toda a SFA	
Passagens processadas em toda a SFA	435
Pagamentos Efetivados	2.412
Emissão de Notas de Empenho	1.447
Recadastramento de inativos	67
Recadastramento de Pensionistas	106
Concessão Licença-Maternidade-Paternidade	6
Concessão de Auxílio-Funeral	1
Concessão de Pensão	1
Concessão Aposentadorias	1
Concessão de licença médica (nº de dias)	1.652
Concessão de licença médica (nº de servidores)	83
Concessão de Licença Assiduidade	2
Concessão de abono permanência	15
Conc. de adicional de Insalubridade – Periculosidade	8
Processos licitatórios compreendendo dispensa-inex-licitação	161
Elab. de contratos Prest. de Serviços	0
Autuação de Processos Administ.	5.639
Manutenção Física Unid. Descentralizadas	1
Manut. Frota Veículos	17

SIAFI

Elemento de Despesa	Executado 2009	Executado 2010	2011	
			Programado SIOR	Executado
339014	20.387,15	53.762,89	18.334,18	19.954,72
339030	72.052,15	84.891,12	155.189,00	103.491,54
339033	22.278,83	22.487,69	11.759,52	8.258,27
339036	0,0	11.203,70	7.827,89	7.280,00
339037	449.206,84	367.956,95	602.596,00	536.833,81
339039	385.871,41	387.862,32	474.533,90	360.442,78
339147	80,00	2.241,20	3.430,00	1.456,00
339092	13.645,62	13.875,77	0,00	0,00
339093	26.999,17	157.075,96	0,00	107,00
339139	20.814,00	23.800,00	29.713,11	12.494,67
449052	51.253,54	957.457,80	74.175,88	0,00
339192	0,0	200,00	0,00	516,29
TOTAL	1.069.392,4	1.062.588,71	1.377.559,30	1.050.834,90

A DAD – Divisão de Apoio Administrativo da SFA/MT, da qual fazem parte o SGP – Serviço de Gestão de Pessoas, a SAG – Seção de Atividades Gerais, o SEOF – Seção de Execução Orçamentário e Financeira e o SCC – Setor de Compras e Contratos, que é responsável por todos os processos licitatórios e/ou de aquisições da SFA/MT.

Dentre as principais dificuldades na área administrativa estão a falta de recursos para custeio e o reduzido quadro de pessoal.

Com relação ao quadro de pessoal, destacamos que além de ser em pequena quantidade para fazer frente à demanda de trabalho, um número significativo de servidores já tem ou está prestes a ter tempo hábil para aposentadoria. A falta de renovação do quadro de servidores de carreira da área administrativa pode comprometer seriamente o conjunto de atividades da Superintendência nos próximos anos. No entanto, importa ressaltar que as nomeações de novos agentes administrativos ao longo dos anos de 2010 e 2011, representaram um reforço importante para a administração. Entende-se que o quadro ainda é carente, pois a demanda administrativa é alta, e servidores nessa área são necessários tanto para atuar diretamente na administração, como para apoiar a área técnica em suas atividades de natureza administrativa.

Durante o ano de 2011, o foco das ações administrativas foi a eficiência na prestação de serviços. O trabalho, para atingir resultados favoráveis, foi realizado na tentativa de maior integração entre área técnica e área administrativa da SFA/MT. Tal apoio é necessário para melhor dispêndio dos recursos de acordo com a demanda administrativa.

Os contratos de prestação de serviço de “Limpeza e Conservação” e “Vigilância Armada” vêm sendo compartilhados com as unidades de meteorologia e Superintendência da Pesca, sob a coordenação desta SFA/MT. Esse compartilhamento é vantajoso, tendo em vista que a área física é comum a estes órgãos institucionais.

Visando ainda uma gestão mais eficiente de recursos, durante o ano de 2011, a área administrativa passou a operar, para os contratos de telefonia, no sistema de bilhetagem. Desta forma, é possível identificar quanto cada setor/seção/divisão utiliza em serviços telefônicos e proceder com a divisão de custos por PI, de acordo com o percentual de utilização dos serviços de telefonia.

As informações relativas à área de recursos humanos e despesa de pessoal podem ser verificados no Item 3.

A DAD – Divisão Administrativa tem realizado um trabalho de acompanhamento e gestão da área administrativa desta Superintendência. Este trabalho baseia-se no Plano Operativo do PI MANUT. A partir do referido Plano Operativo, tem-se mensurado os produtos da ação realizados, bem como é feito o acompanhamento da execução orçamentária e financeira e dos indicadores da gestão. Esta atividade muito contribuiu para o gerenciamento dos gastos, auxiliando as ações que visam a redução de despesas.

Abaixo apresentamos os indicadores:

SIGL A	Indicador	FÓRMULA	INDICADOR	FORMULA	Valor %	Mensal %	Meta SFA
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	(79/84) x 100	94%	-----	97%
Icfdf (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagamento / Nº de diárias recebidas) x 100	Conformidade das diárias	(1.180/1.180) * 100	100%	-----	100 %
Icfg (%)	Eficácia	(Nº de conformidades atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades) x 100	Conformidade Contábil	(250/250) x 100	100%	-----	100 %
Ieof (%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados)	Execução Orçamentária	(1.291.917,79/1.350.295,80) x 100	95%	-----	90%

		x 100	e Financeira				
Ipapc	Eficiênci a	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	1/2	50%	0,5	100 %
Iplic	Eficiênci a	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	84/3	28	2,33	35%
Ippd	Eficiênci a	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1.180 / 2	590	49,2	100 %
Iemp	Eficiênci a	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1.447/ 2	723,5 0	60,3	100 %

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura MT	22000	130077

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Valores em R\$ 1,00		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	130001	1K400001	0,00	0,00	1.077,20
		130002	1810001	0,00	0,00	5.135,52
		130002	45720001	0,00	0,00	17.603,55
		130002	47160001	0,00	0,00	1.276.379,80
		130007	20190001	0,00	0,00	11.619,10
		130007	21240001	0,00	0,00	50.170,90
		130007	21340001	0,00	0,00	141.223,00
		130007	21400001	0,00	0,00	8.103,70
		130007	21410001	0,00	0,00	37.939,48
		130007	21790001	0,00	0,00	200.408,96
		130007	21800001	0,00	0,00	55.406,87

		130007	29090001	0,00	0,00	76.673,22
		130007	47230001	0,00	0,00	14.077,80
		130007	47450001	0,00	0,00	22.529,32
		130077	47460001	0,00	0,00	30.929,16
		130007	48420001	0,00	0,00	62.243,25
		130007	85720001	0,00	0,00	25.654,66
		130007	85920001	0,00	0,00	70.613,25
		130007	86580001	0,00	0,00	594.503,40
		135007	89380001	0,00	0,00	424.240,34
		130007	89390001	0,00	0,00	27.278,63
		130011	2272001	0,00	0,00	61.302,00
		420013	21220001	0,00	0,00	6.811,70
		420013	21770001	0,00	0,00	9.608,37
		420013	22720001	0,00	0,00	9.563,93
		420013	2B170001	0,00	0,00	7.215,41
		420013	2B470001	0,00	0,00	3.426,60
		420013	47200001	0,00	0,00	2.400,00
		420013	47470001	0,00	0,00	4.350,00
		420013	85930001	0,00	0,00	17.297,85
		420013	85980001	0,00	0,00	3.597,98
		420013	86060001	0,00	0,00	10.187,06
		420013	86110001	0,00	0,00	8.494,30
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	130002	47160001	73.916,00	0,00	0,00
		130007	21340001	200.000,00	0,00	0,00
		130007	47460001	40.000,00	0,00	0,00
		130007	48420001	1.586.500,00	0,00	0,00
		130007	48420001	1.166.500,00	0,00	0,00
		130007	85720001	400.000,00	0,00	0,00
		130007	85720001	600.000,00	0,00	0,00
		130007	86580001	31.355,00	0,00	0,00
		130007	86580001	9.930,00	0,00	0,00
	Recebidos			4.108.201,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários na UJ

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		Valores em R\$1,00
	2011	2010	2011	2010	
Modalidade de Licitação	1.562.916,46	4.163.505,22	1.562.916,46	4.163.505,22	
Convite					
Tomada de Preços	7.201,04	713.428,62	7.201,04	713.428,62	
Concorrência	-	-	-	-	
Pregão	1.555.715,42	3.450.076,60	1.555.715,42	3.450.076,60	
Concurso	-	-	-	-	
Consulta	-	-	-	-	
Registro de Preços	-	-	-	-	
Contratações Diretas	528.428,66	571.544,15	528.428,66	571.544,15	
Dispensa	490.035,38	538.071,48	490.035,38	538.071,48	
Inexigibilidade	38.393,28	33.472,67	38.393,28	33.472,67	
Regime de Execução Especial	107.549,01	148.727,68	107.549,01	148.727,68	
Suprimento de Fundos	107.549,01	148.727,68	107.549,01	148.727,68	
Pagamento de Pessoal	674.801,76	1.835.264,88	674.801,76	1.835.264,88	
Pagamento em Folha	-	-	-	-	
Diárias	674.801,76	1.835.264,88	674.801,76	1.835.264,88	
Outros	-	-	-	-	
TOTAL	2.873.695,89	6.719.041,93	2.873.695,89	6.719.041,93	

Fonte: SIAFI Operacional, 19241.02.03, 19241.02.12, 19241.02.06, 19241.02.09, 33390.14.14, 33390.36.02 e SIAFI Gerencial - Despesas Pagas 2011 Conta Contábil 29241.04.03

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal		-	-	-	-	-	-	-
31.90.08-00	5.135,52	6.005,45	5.135,52	6.005,45		-	5.135,52	6.005,45
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes		-	-	-	-	-	-	-
339037-00	727.631,34	1.109.501,01	664.605,74	1.109.501,01	63.025,60	464.423,38	664.605,74	1.109.501,01
339039-00	664.392,93	945.308,94	559.966,88	945.308,94	104.426,05	-	559.966,88	945.308,94
339014-00	573.628,36	571.212,68	573.628,36	571.212,68	-	148.300,34	573.628,36	571.212,68
Demais elementos do grupo	3.349.825,79	2.254.312,47	3.224.923,43	2.254.312,47	124.902,36	1.903.587,40	3.224.923,43	2.254.312,47
Totais	5.315.478,42	4.880.335,10	5.023.124,41	4.880.335,10	292.354,01	2.516.311,12	5.023.124,41	4.880.335,10

Fonte: SIAFI Operacional

OBS: No exercício 2011 predominou-se conforme a disposição de rubricas apresentadas. No exercício 2010 a 1ª rubrica: 339039; 2ª rubrica: 339014; 3ª rubrica: 339030

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	2.081.701,00	3.018.277,63	1.997.855,00	1.307.140,99	83.846,00	1.711.136,64	1.997.855,00	1.307.140,99
1º elemento de despesa	1.966.500,00	610.600,00	1.966.500,00	610.600,00	-	1.711.136,64	1.966.500,00	610.600,00
2º elemento de despesa	115.201,00	2.047.023,82	31.355,00	335.887,18	83.846,00	-	31.355,00	335.887,18
3º elemento de despesa	-	360.653,81	-	360.653,81	-	-	-	360.653,81
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	2.081.701,00	3.018.277,63	1.997.855,00	1.307.140,99	83.846,00	1.711.136,64	1.997.855,00	1.307.140,99

Fonte: SIAFI Operacional

2.4.3. Indicadores Institucionais

Os Indicadores Institucionais foram apresentados e discutidos no Item 2.2, onde constam os Resultados da Gestão Estratégica e seus respectivos Indicadores.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
		0,00	0,00	0,00	0,00

Razões e Justificativas: Não Existe esta situação na Unidade

Fonte:

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	9.092,02	0,00	9.092,02	9.092,02
2010	45.327,63	0,00	45.327,63	0,00
2009				

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	292.354,01	0,00	292.354,01	0,00
2010	264.439,66	0,00	264.439,66	0,00
2009	869.318,89		869.318,89	

Observações:

5. RECURSOS HUMANOS

Os dados abaixo se referem a situação em 31/12/2011

5.1. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	213	213	07	02
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	213	213	07	02
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	213	213	07	02
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	213	213	07	02

Fonte: SIAPE

5.2. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	03
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	03
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	17
3.1. De ofício, no interesse da Administração	01
3.2. A pedido, a critério da Administração	15
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	01
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	21

Fonte: SIAPE

5.3. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	12	12	01	01
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	12	12	01	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	12	12	01	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	13	13	0	02
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13	13	0	02
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	25	25	01	03

Fonte: SIAPE

5.4. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	52	62	36	28	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	52	62	36	28	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	01	0	04	12	08
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	02	07	03
2.3. Funções gratificadas	01	0	02	05	05
3. Totais (1+2)	53	62	40	40	18

Fonte: SIAPE

5.5. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	08	07	46	125	0	0	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	08	07	46	125	0	0	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	01	01	11	13	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	02	10	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	01	01	09	03	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	09	08	57	138	0	0	01

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.6. Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	56	01
1.1 Voluntária	45	01
1.2 Compulsória	01	0
1.3 Invalidez Permanente	10	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	26	0
2.1 Voluntária	26	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	82	01

Fonte: SIAPE

5.7. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	125	01
1.1. Integral	107	01
1.2. Proporcional	18	0
2. Em Atividade	31	0
3. Total (1+2)	156	01

Fonte: SIAPE

5.8. Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	10	09	07	08	54.473,75
1.1 Área Fim	07	07	06	06	-
1.2 Área Meio	03	02	01	02	-
2. Nível Médio	06	07	06	07	25.301,01

2.1 Área Fim	02	03	03	04	-
2.2 Área Meio	04	04	03	03	-
3. Total (1+2)	16	16	13	15	79.774,76

Fonte: CONTROLE INTERNO / SIAPE

5.9. Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	9.426.118,87	11.424,87	12.791.116,11	1.839.184,73	805.457,45	308.149,00	61.143,24	-	7.209,69
	2010	8.914.378,89	10.648,55	12.241.960,26	1.573.406,13	834.812,40	243.873,00	53.037,51	8.000,00	21.871,73
	2009	7.669.322,45	-	10.345.820,56	1.312.801,18	407.469,75	-	72.174,98	-	36.310,62
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	145.155,63	-	6.454,96	4.242,60	17.314,94	6.884,40	-	-	-
	2010	126.560,51	-	12.948,91	3.051,33	15.938,33	6.927,70	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	940.461,79	214.958,92	1.068.575,79	206.087,18	43.137,88	24.578,09	3.387,21	-	21.589,80
	2010	816.188,47	182.190,52	941.334,55	156.700,13	35.533,37	16.855,19	3.746,21	-	18.744,37
	2009	729.410,02	190.795,38	725.478,62	137.259,42	17.120,12	6.012,53	3.416,65	-	9.957,96
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	534.727,31	59.144,24	227.389,43	39.796,20	57.649,25	20.379,23	2.067,19	-	-
	2010	534.727,31	59.144,24	227.389,43	39.796,20	57.649,25	20.379,23	2.067,19	-	-
	2009	501.061,16	60.870,02	249.910,10	44.583,52	32.090,00	2.202,99	1.245,31	-	-

Fonte: SIAPE

	Anos	Total	Média Mês
Exercícios	2011	28.893.786,00	2.407.815,50
	2010	27.179.860,91	2.264.988,41
	2009	22.555.313,34	1.879.609,45

5.10. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:
(NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE)

5.11. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:
(NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE)

5.12. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:
(NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE)

5.13. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	01	01	01
	Entregaram a DBR	01	01	01
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	24	24	24
	Entregaram a DBR	24	24	24
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Controle interno

5.14. Locação de Mão de Obra mediante contratos de prestação de serviços

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso											
UG/Gestão: 130077					CNPJ: 00396895/0033-02						
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					Sit.
						Início	Fim	P	C	P	
Observação:											
LEGENDA											
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.											
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.											
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.											
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											

5.15. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

SIGLA	indicador	FÓRMULA	INDICADOR	FORMULA	Valor %	Mensal %	Meta SFA
Isartsa (%)	Eficácia	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	Índice de servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	(52 / 218) x 100	23,85%	-----	28,%

Ialimed (%)	Eficácia	(Número de servidores afastados x afastamento em dias dos servidores) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	$(75 * 34,4) / (218 * 300) * 100$	3,03,%	-----	2,8%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	$(85 / 218) * 100$	39%	-----	30,0%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$(1 / 1) * 100$	100,0%	-----	100,0%

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

6.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
1	755875/2011	INDEA /MT	16.086383,60	1.729.566,68	1.322.148,00	1.322.148,00	25/07/11	31/12/15	1
1	755771/2011	INDEA /MT	29.160.468,00	2.950.800,00	3.182.688,00	3.182.688,00	01/07/11	31/12/15	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Processos 21024.000392/2011 e 21024.000389/2011

6.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			UG/GESTÃO: SFA-MT			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
a) Defesa Vegetal	1	0	0	1.322.148,00		
b) Defesa Animal	1	0	1	3.182.688,00	4.999.999,80	5.339.728,34
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	2	0	1	4.504.836,00	4.999.999,80	5.339.728,34

Fonte: Processos 21024.001407/2009-01, 21024.000392/2011, 21024.000389/2011

6.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes:

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			UG/GESTÃO: SFA/MT			
Modalidade	Qty. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011	
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012		
Convênio						
a) Defesa Vegetal	1	16.086.383,60	1.322.148,00	2.856.971,65	8%	
b) Defesa Animal	1	29.160.468,00	3.182.688,00	5.347.621,00	11%	
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	2	45.246.851,60	4.504.836,00	8.204.592,65		

Fonte: Processos 21024.000392/2011 e 21024.000389/2011

6.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
CNPJ: 00.396.895/0033-02		UG/GESTÃO: SFA/MT		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
				Convênios Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade		--
		Montante Repassado		--
2010	Contas NÃO prestadas a VENCER	Quantidade	2	--
		Montante Repassado (R\$)	4.504.836,00	--
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	--
		Montante Repassado (R\$)	4.999.999,80	--
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--
		Montante Repassado (R\$)	--	--
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--
		Montante Repassado (R\$)	--	--

Fonte: Processos 21024.001407/2009-01, 21024.001647/2010-31, 21024.000392/2011 e 21024.000389/2011

6.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
CNPJ: 00.396.895/0033-02		UG/GESTÃO: SFA/MT		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos
				Convênios Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			0 0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		
2011		Montante repassado (R\$)		
Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)	4.504.836,00		

2010	Quantidade de contas prestadas	1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1
		Quantidade Reprovada	
		Quantidade de TCE	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado (R\$)	
2009	Quantidade de contas prestadas	1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1
		Quantidade Reprovada	
		Quantidade de TCE	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado	

Fonte: Processos 21024.001407/2009-01, 21024.001647/2010-31, 21024.000392/2011 e 21024.000389/2011

7. Declarações sobre SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso

Declaração

Código da Unidade Gestora	130077
Nome da Unidade Gestora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
CNPJ	00.396.895/0033-02

Declaro que as informações referentes aos contratos de repasse estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Várzea Grande/MT, 19 de março de 2012.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Lute".
Ana Luiza de Almeida Neta
Chefe Substituta da DAD/SFA/MT



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado do Mato Grosso

Declaração

Código da Unidade Gestora	130077
Nome da Unidade Gestora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – SFA/MT
CNPJ	00.396.895/0033-02

Declaro que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelecido o art. 19 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008.

Várzea Grande, 26 de março de 2012.

Jose Geraldo Ferreira de Souza
Chefe do SEOF/DAD/SFA-MT

8. Informações sobre a entrega de Declaração de Bens e Rendas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso
Divisão de Apoio Administrativo
Serviço de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO

1. Declaro que os servidores identificados no Rol de Responsáveis abaixo relacionados apresentaram a **Declaração de Bens e Renda**, exercício 2011, ano base 2010, em atendimento ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Servidores Titular	Servidores Substituto	Cód. Natureza
Francisco Moraes Chico Costa	Antonio Sérgio Marques Teles Lobo – exonerado em Fev/2011 Gisele Fátima Nunes Rondon	100/132/918
Josenice Auxiliadora Tavares Siqueira	Ana Luiza de Almeida Neta	103
Regina Maura de Lima	Marco Aurélio dos Santos Pereira dispensado em mar/2011	110
		132
José Geraldo Ferreira de Souza	Zulema Bordon Garcia	137/138
*****	Nelso Fortunato Ojeda	301
Renée Maria de Almeida Dispensada em fev/2011	Ana Luiza de Almeida Neta	703

SGP/DAD/SFA-MT, 29 de março de 2012

Neusta
Nadir Edmundo da Jesus da Costa
Qua. de Serviço
SGP/DAD/SFA-MT

9. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26.	A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
□ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Papel reciclado					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
□ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				x	
□ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Redução na conta de Energia Elétrica					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
□ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					x
□ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Veículos flex.					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
□ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,		x			

possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X		
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X		
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				
Considerações Gerais: Está previsto para 2011 a elaboração de um projeto interna da SFA que visa promover ações de sustentabilidade nas atividades da Superintendência.				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

11. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	MT	Σ	Σ
	Várzea Grande	1	1
	Cáceres	1	2
	Vila Bela da Santíssima Trindade	0	1
	Subtotal Brasil	2	4
Total (Brasil + Exterior)		2	4

Obs. Existem 4 imóveis que foram doados na fronteira com a Bolívia para a construção de Postos de Vigilância que estão em fase de regularização junto ao Patrimônio da União.

11.2. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
130077	916700024.500-0 SEDE – SFA	Uso em Serviço Público	Bom	CR\$ 23.788.558,16	31/10/2008	R\$ 6.168.244,09
130077	904700092.500-0 Uvagro-Cáceres	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 52.101,49	20/04/2006	R\$ 52.101,49
130077	RIP UTILIZAÇÃO: 910900037.500-3 Fortuna-Vila Bela da Santíssima trindade	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 135,49		(1)
130077	RIP UTILIZAÇÃO: 904700199.500-1 Corixa-Cáceres	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 135,13		(1)
Total						

IMÓVEL EM REAVALIAÇÃO

11.3. Despesa com Manutenção no exercício

Despesa com Manutenção no exercício	
Imóvel	Instalações
140.804,56	8.014,07

12. Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	-	-	-	-	-
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	-	-	-	-	-
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos: 01 servidor e 01 terceirizado				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	-	-	-	-	-
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	-	-	-	-	-
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	-	-	-	-	-
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	-	-	-	-	-
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	-	-	-	-	-
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação: 60%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
As Superintendências Federais de Agricultura nos Estados são totalmente subordinadas a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assim, toda a parte de planejamento e diretrizes de T.I é feito pelo Ministério como um todo.					

O MAPA possui em seus quadros servidores da área de T.I, contudo a SFA/MT não possui nenhum servidor específico dessa área.
O PDTI usado pela SFA/MT é o do MAPA.
Os itens em branco correspondem a quesitos que se aplicam ao Ministério com um todo e não à SFA.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

13.1. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Saques		Faturas		Total (R\$)	
Exercício	Quantidade	Valor (A)	Quantidade.	Valor (B)	A+B
2009	0,00	0,00	298	107.549,01	107.549,01
2010	0,00	0,00	355	148.727,68	148.727,68
2011	0,00	0,00	406	187.889,28	187.889,28

Fonte: Conta Contábil 1922410209 – Valor Saques e
Conta Contábil 212.680.200 - Quantidade Pagamentos

13.2. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo UG e PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Cód. UG 1 - 130077		Limite de Utilização da UG: R\$ 600.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor Saque	Fatura	Total
JOAQUIM GUIMARAES BOTARO	01461392837		1.333,58		1.333,58
EDUARDO MESQUITA FREIRE	02781606626		2.672,25		2.672,25
LEANDRO JOSE MACHADO	02931914762		1.512,05		1.512,05

RAQUEL MORTARI GIMENES	04222956988		582,97		582,97
GUILHERME REIS CODÓ DIAS	05440350624		773,39		773,39
MATEUS CARVALHO SILVA ARAUJO	05491362662		3.780,54		3.780,54
LIONIR PEREIRA SANTOS	06170587172		6.545,13		6.545,13
LUIZ HENRIQUE GONCALVES PIRES	06988093869		2.200,11		2.200,11
PATRICIA CRISTINA BORGES DIAS	07562481750		379,11		379,11
JULIANA GLIOSCI DELLIVENERI	10080768725		723,15		723,15
UBIRATAN FIGUEREDO ROCHA	10449817172		4.227,83		4.227,83
ANTONIO GOMES DE SOUZA	10454446500		149,89		149,89
ONILDO DE SOUZA	10504788191		7.899,37		7.899,37
JULIO CESAR REYES	13888010861		496,90		496,90
DONIZETI PEREIRA DE MESQUITA	16875559153		800,00		800,00
JULIO CESAR ALVES DE LIMA	16875572842		4.897,51		4.897,51
MARCELINO PESSOA	17082765991		898,07		898,07
JOSE LUIZ DA SILVA	17892678115		2.011,07		2.011,07
ANTONIO BARRETO	19343477449		3.544,44		3.544,44
PAULO ROGERIO PARENTE DIAS	19458887844		542,76		542,76
MARCIA APARECIDA DE ALBUQUERQUE TEIXE	20715196120		915,57		915,57
BENEDITO LUIZ DE AGUIAR FILHO	20745508120		5.981,35		5.981,35
CLEOMAR JOSE DA COSTA	20823452620		1.690,29		1.690,29
REINI BRAGA MOREIRA	22002975809		274,12		274,12
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	22940057168		5.817,83		5.817,83
ANTÔNIO SÉRGIO MARQUES TELES LOBO	24333239753		1.068,85		1.068,85
MARCELO AUGUSTO BARBOSA FIGUEIREDO AL	24769001843		1.425,89		1.425,89
ENIO JOSE DE ARRUDA MARTINS	25392034934		761,84		761,84
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA	27470091149		1.069,13		1.069,13

WANDERLEI DIAS GUERRA	28440269153		1.305,79		1.305,79
CLOVIS COSTA KNABBEN	32083041968		374,74		374,74
NELSO FORTUNATO OJEDA	32901062172		1.710,75		1.710,75
WALDEMIR NUNES FONTOURA	34044914168		4.927,89		4.927,89
JOSE MARIA DA SILVA	34633103172		3.267,03		3.267,03
JUNIOR MARTINS COSTA	35607246949		5.394,88		5.394,88
JOSE SILVINO MOREIRA FILHO	40549747168		1.167,72		1.167,72
DALCI DE JESUS BAGOLIN	42058686187		1.386,81		1.386,81
FLAVIA GRANVILE SILVA	45520135053		43,00		43,00
OMAR ROBERTO DA SILVEIRA	45846006191		1.654,63		1.654,63
MARCOS OLIVEIRA DE SOUZA	47905891100		962,98		962,98
NILO SILVA DO NASCIMENTO	48714003104		1.185,36		1.185,36
JACINTO DIANA	51503395804		1.287,73		1.287,73
EVANDRO PEDROLLO DE ASSIS	52279863120		2.807,89		2.807,89
IDEVANIR FERRARINI	53458605800		521,40		521,40
ISMAR QUEIROZ	57488312600		7.671,56		7.671,56
DIRCEU SANTANA DE AMORIM	66694230125		1.603,84		1.603,84
LUCIANO PESTRE COUTINHO	69846260130		3.343,20		3.343,20
ANTONIO DIAS DE CARVALHO NETO	69949034191		397,78		397,78
MARCELO ZANCONATO PINTO	79595618691		3.621,18		3.621,18
LANIERE NOGUEIRA GONZAGA	80878008187		1.346,93		1.346,93
CLEMENS BARBOSA DE NOVAIS JUNIOR	82816964604		4.786,59		4.786,59
ISANA SOUZA SILVA	85653411191		1.440,19		1.440,19
LUCIANO FROSI	92283683068		445,83		445,83
Total utilizado pela UG			117.630,69		117.630,69

Fonte: Conta Contábil 199.962.402

14. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não se aplica.

15. Atendimento às Recomendações dos Órgão de Controle

NÃO SE APLICA – As contas ainda não foram julgadas.

16. Recomendações do Órgão de Controle Interno em atendimento no exercício

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109012	4.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Movimentação dos Recursos do Convênio Nº 01/2009 em desacordo com a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 127/2008, não permitindo a identificação dos beneficiários finais dos pagamentos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação:			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			
Em 21 de junho de 2011, data anterior à publicação do novo convênio, esta Superintendência notificou a convenente através do Ofício SSA/SFA/MT nº 229/11 para que, nos próximos instrumentos de transferência, sejam adotadas medidas visando assegurar que a movimentação dos recursos obedeça às disposições da legislação vigente, de forma que os pagamentos sejam efetuados exclusivamente mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço – Anexo VII.			
Utilizando-se de instrumento da Portaria nº 101/2011, esta Superintendência está acompanhando a execução do novo convênio, visando garantir o cumprimento desta legislação.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Foram esclarecidos os itens apresentados no Relatório de Auditoria.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

2	201109012	4.1.2.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação:		Código SIORG	
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso		002293	
Descrição da Recomendação:			
Inércia do Gestor em diligenciar o Convenente do Convênio nº 01/2009 (SIAFI nº 707073) quanto às seguintes desconformidades: inoperância do sistema autotrack, atraso na execução das ações de supervisão da fiscalização móvel e indícios de fracionamento de despesas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação:		Código SIORG	
Serviço de Sanidade Animal		002293	
Síntese da providência adotada:			
O valor referente a esta aquisição foi glosada na prestação de contas do convênio. A convenente contestou, sendo esta encaminhada à CJU/MT para análise e emissão de parecer jurídico.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Aguardando manifestação da CJU/MT.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201109012	5.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			
Descrição da Recomendação:			
	Divergência entre o objeto licitado na tomada de preço nº 01/2010 e o objeto a ser executado pela empresa contratada		
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação:		Código SIORG	
Divisão Administrativa		002293	
Síntese da providência adotada:			
Recomenda-se ao gestor abster-se de utilizar recursos de uma categoria de programação em outra, em observância ao princípio da legalidade e da eficiência na administração pública.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Recomendação acatada de abster-se de utilizar recursos de uma categoria de programação em outra.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201109012	2.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			
Descrição da Recomendação:			

Fragilidade nos controles relativos à área de licitações e contratos, comprometendo sua integridade.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Divisão Administrativa	Código SIORG 002293
--	-------------------------------

Síntese da providência adotada:

Foi feito pela Administração, juntamente com o Setor de Compras e Contratos, uma reavaliação e reformulação do Projeto Reestruturação do Processo de Compras, com base no diagnóstico e planejamento das necessidades de aquisições da SFA/MT e das ações relativas às compras, onde foi realizado um levantamento dos itens em que realizamos dispensa de licitação incidindo em fracionamento de despesa, programando as licitações destes itens na modalidade pregão eletrônico-registro de preço. Foi elaborado um calendário das licitações 2012, que está dentro do Projeto de Reestruturação.

Recomendação atendida: todos os processos licitatórios iniciados após a auditoria já possuem o check-list, como documento, inclusive para a contratação dos serviços de engenharia.

Síntese dos resultados obtidos:

Planejamento das ações pertinentes às licitações, seguindo cronograma das licitações e cronograma de acompanhamento das vigências dos contratos e Termos Aditivos.

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201109012	3.2.3.1	

Órgão/entidade objeto da recomendação:

Código SIORG

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso

002293

Descrição da Recomendação:

Realização indevida de dispensa de licitação para reconhecimento de dívidas

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Divisão Administrativa	Código SIORG 002293
--	-------------------------------

Síntese da providência adotada:

Compulsando os autos MAPA- 21024.002120/2010-23, verifica-se que o início do trâmite para a realização do Pregão nº 07/2010 – cujo objeto era a contratação de empresa especializada no ramo de informática para prestação de serviço técnico bem como manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da rede interna de computadores, localizados na Sede da SFA/MT, na cidade de Várzea Grande/MT, até o envio desse para a análise e emissão de parecer por parte da Consultoria Jurídica da União, na época ainda NAJ, se deu em um lapso temporal completamente razoável para que se realizasse a nova contratação antes do vencimento da vigência do contrato que vigorava.

Aconteceu que lançado o Edital ocorreram algumas impugnações e o que normalmente levaria poucos dias para ser concluído, acabou atrasando todos os procedimentos seqüenciais, a ponto de comprometer o tempo necessário à conclusão do certame, culminando na anulação do mesmo.

A SFA/MT, ao iniciar o processo para essa nova contratação, teve como objetivo atender às IN's 02/2008 e 04/2010 do Ministério do Planejamento, que naquele momento não seria

obrigatório, pois o contrato à época vigente (nº 14/2008), quando firmado, em 2008, obviamente não deveria atender a IN 04/2010, mas mesmo depois da publicação desta, ainda poderia ter sido aditivado. Porém, esta Superintendência, buscando sempre se adequar às novas determinações e orientações legais, tentou se adequar às citadas IN's, mas acabou prejudicada pelas situações que ocorreram, o que nos obrigou a realizar, por pura falta de alternativa viável, a dispensa de licitação em pauta.

Esta Superintendência tem compromisso e responsabilidades perante a sociedade, aos seus clientes externos e internos, devendo prestar os serviços com qualidade e agilidade imprescindíveis para o setor agropecuário do Estado. A suspensão desses serviços causaria os mais diversos transtornos aos nossos usuários, pois o serviço de informática é uma ferramenta de trabalho fundamental à execução dessas atividades, podendo a sua paralisação causar prejuízos aos serviços administrativos e técnicos. As atividades de concessão de registro de estabelecimentos e produtos, que são obrigados pelo Ministério da Agricultura, não seriam possíveis a execução, pois são todas dependentes totalmente do serviço de rede logística interna e externa. A SFA/MT causaria prejuízos até irreparáveis aos seus clientes, pois os registros são de caráter nacional e imprescindível para a comercialização e transporte de produtos. O cliente não entenderia como um motivo justo, o prejuízo causado por problemas de ordem interna. Não vendo alternativa, decidiu-se pela contratação emergencial, entendendo que há situações em que o gestor se depara e tem que tomar decisões, respeitando e evitando, contudo, a causa de prejuízo financeiro ao erário público, o que não ocorreu nesse caso.

Ressaltamos que a contratação em comento, seguiu os trâmites legais previstos pela legislação, opinião essa corroborada pelo Parecer nº 370/201/NAJ/MT/CGU/AGU, acostados às fls. 45/51.

Contudo, medidas corretivas já foram tomadas pela Administração da SFA/MT: foi elaborado o Projeto de Reestruturação de Processo de Compras, com base em diagnóstico e planejamento das necessidades de aquisição e das ações relativas às compras; foi designado um servidor responsável para acompanhar a planilha de vigência dos contratos, visando coibir atrasos no inicio das tratativas de processos licitatórios e prorrogação de Termos Aditivos; foi criada uma planilha contendo o cronograma das licitações e foi implantado Check-list como documento obrigatório em todos os processos de licitação.

Síntese dos resultados obtidos:

Planejamento das ações pertinentes às licitações, seguindo cronograma das licitações e cronograma de acompanhamento da vigência dos contratos e Termos Aditivos.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201109012	3.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUNET sobre bens de uso especial da união sob a responsabilidade da SFA/MT.			
Setor responsável pela implementação:			Código SIORG
Divisão Administrativa			002293

Síntese da providência adotada:

Referente à fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet, sobre bens de uso especial da União sob a responsabilidade da SFA-MT, temos a relatar o que segue:

1. Constanam desatualizados os registros dos bens imóveis situados na localidade de: - Corixa no município de Cáceres/MT – situado na faixa de fronteira do Brasil com a Bolívia sob o Rip: 9047.00120.500-0 e Destacamento Militar de Fortuna no município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT sob o Rip: 9109 00024.500-2, ambos adquiridos com recursos do FOCEN, que teve a sua prestação de conta conclusa em Dezembro/11/MAPA ao FOCEN. Porém, a SFA/MT mantém retido o pagamento à Empresa Construtora referente à última fatura, até que sejam sanadas as pendências na obra, apontadas pela Auditoria nº 20118451/002 de 05/12/2011 – CGU/MT.

Dessa forma, a atualização será feita após o pagamento da referida fatura, quando o Setor Financeiro/SFA/MT procederá a baixa no SIAFI na conta “obras em andamentos” e na seqüência, o Setor de Patrimônio promoverá a atualização do imóvel no Sistema SPIUnet de acordo com o valor de mercado atual.

2. Foi elaborado em 02/01/2012 o inventário de bens móveis, conforme Portaria nº 188 de 25/08/11, do Senhor Superintendente da SFA/MT, em anexo, designando servidores para constituírem a Comissão de Inventário da SFA/MT, referente ao exercício de 2011. Os registros sintéticos contábeis patrimoniais foram atualizados pelo Setor de Material e Patrimônio no SIAFI bem como promovida a conciliação com Sistema ASI - Patrimônio.

3. Quanto ao inventário de bens imóveis: referente à atualização da vigência do imóvel da área que abriga a Sede da SFA/MT no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet – RIP 9167.00024.500-0 sob responsabilidade da UG 130077-SFA/MT, foi elaborada nova planta baixa e memorial descritivo, onde foi constatado que a área utilizada pela SFA/MT é maior que a área matriculada sob o nº 36.189, livro nº 2 do 1º Serviço Notarial e Registral de Várzea Grande, sendo necessário efetuar averbação da área à citada matrícula. (anexo ofício nº 037/2012/DIDEP/SPU/MT de 25/01/2012). Assim, somente após esta correção que poderemos realizar a atualização do imóvel no sistema.

4. Foi designado o servidor: Marco Aurélio dos Santos Pereira, Siape: 73873, para promover as atualizações dos Imóveis de Uso Especial da União, sob responsabilidade da UG 130077, no SPIUnet, o qual foi treinado e cadastrado no sistema pela Superintendência do Patrimônio da União/MT.

Síntese dos resultados obtidos:

Foram esclarecidos os itens apresentados no Relatório de Auditoria

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201109012	5.1.3.1	

Órgão/entidade objeto da recomendação:**Código SIORG**

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso

002293**Descrição da Recomendação:**

Sobrepreço de R\$ 7.559,82 nos itens de serviços do contrato nº 10/2010, referente à obra de reforma e ampliação do prédio do SEFAG/DDA/SFA/MT.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:****Código SIORG**

Divisão Administrativa	002293
Síntese da providência adotada:	
O Ofício nº 224/2011/GAB/SFA/MT encaminha intimação de compensação no valor de R\$ 12.836,25 da nota fiscal, no valor de R\$ 16.050,04, o gera uma obrigação de pagamento de apenas R\$ 3.213,79 do valor da referida nota fiscal.	
Síntese dos resultados obtidos	
Decisão acatada pela empresa CAG Engenharia e Construções Ltda., através do ofício nº 108/2011 de 07/12/11.	

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ): SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E	Código da UG: 130077

ABASTECIMENTO – SFA/MT			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

FIM